



**SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
DO PROGRAMA
CULTURA VIVA**

NOVOS MAPAS CONCEITUAIS

PRESIDENTE DO BRASIL

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA

João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Alfredo Manevy

SECRETÁRIOS

Secretaria de Cidadania Cultural
Célio Turino
Secretaria de Políticas Culturais
José Luiz Herencia
Secretaria de Audiovisual
Sílvio Piropo Da-Rin
Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
Américo José Córdula Teixeira
Secretaria de Articulação Institucional
Silvana Lumachi Meireles
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Roberto Gomes do Nascimento

INSTITUIÇÕES VINCULADAS AO MINC

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Presidente: Luiz Fernando de Almeida
Agência Nacional de Cinema (ANCINE)
Presidente: Manoel Rangel
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
Presidente: José Almino de Alencar e Silva Neto
Fundação Cultural Palmares (FCP)
Presidente: Zulu Araújo
Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)
Presidente: Sérgio Mamberti
Fundação Biblioteca Nacional (BN)
Presidente: Muniz Sodré de Araújo Cabral

INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Coordenadora Residente da ONU no Brasil e Representante Residente do PNUD
Kim Bolduc
Representante Residente Assistente para Programas - Maristela Baioni
Analista de Programa - Claudia Valenzuela
Assistente de Programa - Graziela Silveira

CONSELHO CONSULTIVO DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Alfredo Manevy
Américo José Córdula Teixeira
Antônio Albino Canelas Rubim
Bernd Flichtner
Boaventura de Sousa Santos
Candace Slater
Célio Turino
Claudia de Sousa Leitão
Danilo Miranda
Emir Simão Sader
Idelette Muzart-Fonseca dos Santos.
Ivana Bentes
João Luiz Silva Ferreira
Leonardo Boff
Lia Calabre
Mãe Lúcia de Oyá T'Ogùn
Maria Benites
Mestre Lumumba
Moacir Gadotti
Nelson De Luca Pretto
Paul Heritage
Paul Israel Singer
Sérgio Mamberti

Silvana Lumachi Meireles
Sílvio Pirôpo Da-Rin

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL

Secretário de Cidadania Cultural
Célio Turino

Chefe de Gabinete
Antônia Maria do Carmo Rangel

Diretor de Acesso a Cultura
TT Catalão

Coordenadora geral de Ações
Eliete Braga

Coordenadora geral de Mobilização e Articulação de Rede
Juana Nunes

Coordenadora geral de Cidadania Cultural
Elaine Tozzi

EQUIPE DA SECRETARIA

Álvaro Caetano
Alexandre Santine
Ana Paula Rodrigues
Andréia Fernanda
Anete Vidal
Antônia Maria do Carmo Rangel
Caetano Ruas
Camila Palatucci
Carlos Firmino
Célia Barbosa
Célio Turino
Crissomalle Cardoso
Danilo Almeida
Daniele Malaquias
Dayanne Timóteo
Denise Silva Araújo
Elaine da Silva Tozzi
Elenice Santos
Eliete Braga
Élio Cordeiro
Fernando Miranda
Frederico Carelli
Gesilene Pinheiro Rocha
Gicelda Silva
Heroneide Lucena
Ieda Pereira
Isabelle Albuquerque
Ítalo Rios
Ione Yamada
Janaina Carvalho
Java Ribeiro
Josiane Santana Ribeiro
Juana Nunes
Karina Zago
Karla Pinhel
Kleber Fragoso
Lídia Andrade
Lúcia Campolina
Luciana Oliveira de Souza
Luciano Feitosa
Luiz Andrade Sammartano
Marcelo Reges
Marilúcia Francisca da Silva
Mônica Kimura
Natalia Caetano
Nemésia Antunes
Oswaldo Farias
Pablo Gonçalves
Patrícia Franco
Paula Souza
Priscila Pimentel
Regina Célia Neto
Roberta Cordeiro
Roberta Melo
Robson Gomes
Rosane Acácio
Sarah Gonçalves

Stella Farias
Solange Moura
Sumaya Dounis
Tatiane Ribeiro
TT Catalão
Thomas Strauss
Valéria Viana Labrea
Zildelene Medeiros
Zonda Bez

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Coordenação do Seminário SCC/ MinC
Antonia Maria do Carmo Rangel
Sumaya Cristina Dounis
Valéria Viana Labrea

DOCUMENTÁRIO “A VIDA DO PROGRAMA CULTURA VIVA”

Claudia Bandeira de Mello
Denise Sampaio Gusmão
Valéria Viana Labrea

MUSEU DA PESSOA

Adilson Lima
Danilo Eiji
Sarah Martins Faleiros
Thiago Majolo

MEDIAÇÃO E RELATORIA

holon: soluções integrativas
Anja Kamp
Carolina Vieira
Davi Bimbatti
Fabiana Prado
Fábio Deboni (coordenador da equipe)
Isadora Cruxên
Joana Faggin
Júlio Magalhães
Lucas Alves
Marcelo Facchina
Mariana Manfredi
Mauro Soares
Nhanja Ribeiro
Patrícia Nottingham
Renata Florentino
Renata Zambello
Sara Poletto

PUBLICAÇÃO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: NOVOS MAPAS CONCEITUAIS

Coordenação da publicação
Antonia Maria do Carmo Rangel
Valéria Viana Labrea

SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Valéria Viana Labrea

PROJETO EDITORIAL

Cezar Bianchi
Valéria Viana Labrea

CAPA

TT Catalão

FOTÓGRAFO

Ítalo Rios Cary
Kleber Fragoso
Luiz Andrade Sammartano
TT Catalão



Seminário Internacional do Programa Cultura Viva

18 a 20 de novembro de 2009 - Pirenópolis GO - Brasil



**Secretaria de
Cidadania Cultural**

**Ministério
da Cultura**





SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

NOVOS MAPAS CONCEITUAIS

A person wearing a vibrant, sequined outfit with green, yellow, and white elements is crouching on a dark cobblestone street. The person is positioned in the lower-left quadrant of the frame, looking down at the ground. The background is a vast expanse of the same cobblestone pavement, receding into the distance under bright, high-contrast lighting.

SUMÁRIO

- 13 PAZ DE ÓLEO
- 15 MINISTRO JUCA FERREIRA
- 16 APRESENTAÇÃO
- 16 CONSELHO CONSULTIVO DO PROGRAMA CULTURA VIVA
- 19 PONTUAR A DIVERSIDADE
- 21 PROGRAMA CULTURA VIVA | PROJETO PONTOS DE CULTURA
- 23 EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL | PROBLEMAS E PERSPECTIVAS
- 30 POLÍTICA/POÉTICA: O SEMINÁRIO INTERNACIONAL
- 31 PROGRAMA CULTURA VIVA: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A METÁFORA DA ALTERIDADE
- 34 OS PONTOS DE CULTURA: UM NOVO LÉXICO PARA UMA POLÍTICA DOS POBRES E DO AMOR!
- 36 O PROGRAMA CULTURA VIVA: RIQUEZA E DESAFIOS NA GESTÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
- 38 SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA VIVA
- 40 O FUTURO JÁ É AQUI!
- 43 SALVE! SALVE! BRASIL, UM SONHO INTENSO
- 47 TRANSE E TRANSIÇÃO, TRAVESSIA E TRAVESSURAS, TRÂNSITO E TRANSGRESSÃO
- 49 14. EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA): O OLHAR DO OBSERVADOR
- 52 SUBVERSÃO, RESISTÊNCIA, PERTENCIMENTO E COMPARTILHAMENTO
- 58 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: A TRADUÇÃO INTERCULTURAL COMO METODOLOGIA
- 62 CARTOGRAFIA DOS PONTOS DE CULTURA: NOVOS MAPAS CONCEITUAIS



PAZ DE ÓLEO

Cada grama de sombra vale o preço desse sol
Estranhos em minha cama pintam de amarelo os meus lençóis
Estou caminhando, mas atravesso grossas paredes
Daí da sua janela sou mais um imbecil que caiu na rede
Procurando a paz
Que a gasolina queima
Se melhorar piora

Por isso essa pobreza
A minha filha nem imagina o quanto custa ser feliz
Do outro lado do mundo alguém com a vida por um triz
E o tempo está nublado
Todos no mesmo barco
Tirando água de canequinha
Contando quinquilharias
E o pulso
E a bula
E o fluxo
E a bússola

Estão todos birutas
Estão todos birutas
Estão todos birutas
Birutas
Birutas
Birutas
Birutas

Letra e Música: Cabeto Rocker
(a partir da descoberta de minha filha que o sol faz sombra...)
Cantada à capela no Círculo de Convergência

O Seminário Internacional do Programa Cultura Viva revelou o quanto as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura conseguiram, mais que visibilidade, adquirir consistência e força de gestão.

Especialmente com o Programa Cultura Viva, iniciamos uma abertura inédita no processo histórico de relação entre Estado e Sociedade, onde o conceito de cultura se amplia em ações de cidadania e projetos ligados a economia criativa definindo um valor de referência para o desenvolvimento.

Sob a escala do humano como base e sua produção simbólica, garantida pela liberdade de expressão democrática, permeamos todo o território nacional, sem discriminar linguagens, modos ou estilos.

O Programa Cultura Viva encontra nos Pontos de Cultura (uma de suas ações) a ponta desta política geral aplicada diretamente no meio.

Milhares de comunidades podem hoje atuar em rede com a perspectiva de construir um fortalecimento não só institucional, mas político e também estético pela permanente troca de informações, técnicas e circuitos de mostras. Nessa dimensão do local que se legitima no contato aberto do compartilhar, revela-se a magnífica diversidade cultural do Brasil.

A importância do Seminário configurou-se na chance de circular os diversos processos de sistematização em um Programa tão plural; possibilitar a troca entre as inúmeras personalidades acadêmicas que têm o Programa e suas comunidades como objetos de pesquisa; relacionar metodologias; estabelecer e confirmar os fundamentais vínculos e parcerias internacionais do Programa; relacionar os diversos relatos destas complexas experiências; revalidar princípios das políticas e celebrar a festa, o ritmo e as cores do encontro, algo natural e inerente quando se reúnem as manifestações artísticas brasileiras.

Nesta publicação encontramos reflexões estruturais do que foi o Seminário e resoluções que mais nos incentivam a continuidade dessa política do Ministério da Cultura na certeza de que o salto qualitativo principal da relação entre Estado e Sociedade, na área cultural, considera o respeito as forças vivas comunitárias, deve sempre potencializar o que já existe e sempre entender a cultura além das artes: como meios e modos de pensar, fazer, saber, existir em autonomia e liberdade.

Assim superamos situações adversas, minimizamos os abismos socioeconômicos, possibilitamos a criação e a expressão para mudarmos realidades enraizadas por anos de descaso e intolerância. Ao lembrarmos de todo o trajeto iniciado desde 2004, o primeiro edital do Programa, só há o que saudar nesta fase de análise e plenárias para uma consolidação que longe de significar um fechamento de ciclo nos abre perspectivas extraordinárias pelo tanto que temos ainda a caminhar.

Ministro Juca Ferreira

1. APRESENTAÇÃO

O processo de empoderamento, em última instância, é a articulação da experiência local, singular e setorial de cada um, como uma possibilidade de compreensão e cognição de todos os mecanismos sociais e articulação de um programa de cidadania para encurtar essa distância.(...) O reconhecimento da diversidade necessita de uma complementação que é o desejo e a integração e troca. (...) Trata-se de um aprendizado com o Brasil de como construir estabilidade dentro de uma situação de desigualdade absoluta com relação a acessos, direitos e oportunidades.

Juca Ferreira (Um Movimento de Revitalização da Cultura Brasileira).

O Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, reuniu os protagonistas dos Pontos de Cultura

e seus diferentes interlocutores: gestores, acadêmicos e pesquisadores contemporâneos em Pirenópolis, em meados de novembro de 2009. A memória desse encontro busca honrar e reconhecer a profundidade do diálogo que se instaurou tanto nos Grupos Aglutinadores, temáticos, quanto nos Círculos de Convergência, espaços de encontro.

Este encontro teve como objetivos “apresentar, sistematizar e compreender essa experiência social, a partir do aprofundamento da discussão de seus conceitos e diretrizes estruturantes” e, a partir de uma metodologia que privilegiou a troca de saberes, acreditamos que o grupo reunido no interior de Goiás refletiu, reafirmou e significou as diretrizes conceituais do Programa Cultura Viva, e hoje podemos pensar que temos um campo semântico amplo e bem heterogêneo que mostra que a polissemia faz parte do

discurso dos Pontos de Cultura. Da mesma forma, a experiência de ser Ponto de Cultura passa pela academia a partir de olhares de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento e pesquisadores da Geografia, História, Letras, Antropologia, Sociologia, Comunicação, Artes, Cinema, Teatro, Turismo, Pedagogia, Serviço Social, Administração, entre outras, e todas buscam em diversas orientações teóricas e posições ideológicas compreender a novidade que os Pontos instauram nas políticas públicas, particularmente, nas políticas culturais.

Esta publicação procura registrar e documentar os principais sentidos que afloraram nas discussões. Para isso, coerente com a metodologia de tradução intercultural, optamos por deixar que diferentes vozes construam um mapa, certamente não o único ou correto, mas uma interpretação possível dos cenários descritos e problematizados. Nossa discussão girou em torno das redes de formulação criadas pelos conceitos de autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão de redes e como eles são concretizados na experiência vivida.

O texto de abertura, do **Ministro Juca Ferreira**, contextualiza o Programa Cultura Viva na política cultural do MinC. **Célio Turino** apresenta a proposta de um Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva, “um espaço de encontro para troca de saberes que busca reunir representantes do Estado, dos Pontos de Cultura, acadêmicos, mestres da tradição

oral e pessoas cujo “saber fazer” e cujo “pensar sobre o fazer” vem nos ensinando e revelando diferentes dimensões de uma cultura que é viva, fluida, que transforma a comunidade e por sua vez é por ela transformada”.

Os conselheiros presentes ao Seminário, **Américo José Córdula Teixeira, Bernd Flechtner, Candace Slater, Guiseppo Cocco, Maria Benites, Paul Heritage, Lia Calabre, Claudia Leitão, Antonio Rubim**, e um novo membro, professor **Nelson Pretto**, foram convidados a apresentar suas percepções do encontro e do programa e seus textos vão de depoimentos intimistas à reflexão teórica, mostrando a vitalidade e os diferentes olhares desse grupo que vem se juntar ao programa.

Paolo Buccieri narra sua surpresa ao chegar a um Seminário que foge aos moldes tradicionais e seu encontro com a vitalidade e diversidade da cultura brasileira nos faz refletir nas diferenças interculturais e possíveis pontes, onde nós, brasileiros, temos muita experiência e conhecimento para trocar. **TT Catalão**, nosso diretor, um poeta que passou um ano percorrendo os Pontos de Cultura iniciou essa cartografia e seu texto reflete sobre os desafios entre Cultura, Tradição e Invenção, o GA do qual participou. **Jussara Miranda**, veio ao Seminário como “observadora” e suas impressões, absolutamente pessoais do GA Cultura e Emancipação (Estado, sociedade e política) que reuniu Pontos, gestores e pesquisadores, mostra que os conceitos

estruturantes do Programa têm seus sentidos em disputa e não há consensos ou hegemonia dentro do programa.

O **GA Cultura Digital** aceitou o desafio de um texto coletivo, cuja autoria é compartilhada entre seus membros, e assim organizou, ele mesmo, sua reflexão sobre seu grupo.

Para contextualizar o Seminário, o texto de **Valéria Viana, Sumaya Dounis e Antônia Rangel** convida o leitor a conhecer os muitos caminhos percorridos pelas ações do Programa e que levaram à compreensão do Seminário como uma parada necessária para compreender e sistematizar essa experiência. Partem da compreensão que o Programa apresenta novas práticas culturais,

que operam em um contexto igualmente novo e que as teorias sobre cultura e transformação social, atualmente disponíveis, não dão conta adequadamente desta novidade política e cultural. Elas entendem que o Programa Cultura Viva pressupõe um novo modo de produzir conhecimentos, necessita de uma racionalidade mais ampla, em que se amplia a diversidade epistemológica do mundo ao credibilizar a experiência social e ao reconhecer que existem infinitas formas de descrever, ordenar e classificar o mundo.

Coube também à equipe que coordenou o Seminário sistematizar o material que foi produzido nos GAs e nos Círculos. Para tanto, **Valéria Viana e Antônia Rangel**, optaram pela metodologia da **cartografia social**, criando redes de formulação onde as confluências e alteridades que permeiam as experiências de cada participante do Seminário são

apresentadas. Deliberadamente, as autoras evitaram interpretar, fixar um sentido para os recortes que compõem seu texto, embora, é claro, os próprios recortes evidenciam uma opção. Mas, naquilo que está posto, o desafio é o leitor construir sua leitura e esse desafio permeia toda a proposta do programa, qual seja, cada Ponto, gestor e pesquisador construir, a partir do seu olhar particular e singular pontes de compreensão e reconhecimento recíproco.

Esperamos que esse material cumpra sua função e torne presente as experiências culturais disponíveis no país, ao valorizar vivências e ao reconhecer potências de possibilidades epistemológicas e ontológicas diversas.

Boa Leitura!

ANTONIA MARIA
DO CARMO RANGEL





2. CONSELHO CONSULTIVO DO PROGRAMA CULTURA VIVA

CÉLIO TURINO
SECRETÁRIO DE CIDADANIA
CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

Quando os Pontos de Cultura desenham linhas comuns a partir das imensas diversidades de cada um, conseguimos mover consciências para fazer da vida uma benção de luz e luta onde a arte é a arte do encontro e a cultura é o meio ambiente da cidadania.

Gilberto Gil (TEIA 2006. p.8)

Quando falamos em um Conselho Consultivo nos propomos subverter o senso comum que nos diz que este é um mero espaço formal que designa tradicionalmente um “corpo deliberativo instituído para dar pareceres”, como ensina o dicionário. Buscando um outro sentido para nosso Conselho, nesse mesmo dicionário, deslocamos o sentido mais usual, abrindo mão de “pareceristas” desnecessários, preferimos pensar em uma “reunião” ou “encontro” para “ensinamento” ou, nos nossos termos, “troca de saberes”. Esse é o sentido do nosso Conselho Consultivo: um espaço de encontro para troca de saberes que busca reunir representantes do Estado, dos Pontos de Cultura, acadêmicos, mestres da tradição oral e pessoas cujo “saber fazer” e cujo “pensar sobre o fazer” vem nos ensinando e revelando diferentes dimensões de uma cultura que é viva, fluida, que transforma a comunidade e por sua vez é por ela

transformada.

Nosso Conselho é formado por pessoas que têm saberes para compartilhar. E nossa primeira proposta para o Conselho é uma revista semestral, impressa ou virtual cuja linha editorial, seus articulistas e conteúdo ainda vão ser definidos pelos conselheiros e os Pontos de Cultura, um novo espaço onde possamos continuar a cartografia dos Pontos de Cultura, criando novos mapas culturais no Brasil que, junto com alguma reflexão dos Conselheiros, indiquem cenários de futuro para o Programa.

Acreditamos que esse é o momento para o Conselho (já há muito sonhado!) passar a fazer parte da vida do Programa porque estamos em processo de descentralização, ao fortalecer redes e compartilhar poderes e responsabilidade, exercitando a co-gestão e é necessário um espaço para pensar o Programa, encontros regulares para reflexão-ação, assim mesmo, tudo junto, pois queremos pensar e fazer, fazer pensando. Não um espaço estéril, de pensar por, mas um espaço de pensar com, de agregar, proporcionar encontros e reencontros. E aí fica evidente que nossos “conselheiros” não podem ser pessoas distantes do que fazemos nos Pontos de Cultura.

Ainda é cedo para concluir o que o Ponto de Cultura pode representar para a cultura brasileira, melhor ir identificando, deixar acontecer sem dirigismos, centralismos ou caminho



único. Os Pontos de Cultura têm o que mostrar e querem fazê-lo a partir de seu próprio ponto de vista e os membros do Conselho devem refletir a compreensão de que nossa brasilidade hoje é construída por “identidades que transbordam as tradicionais categorias e que se reinventam a todo momento” como disse Juca Ferreira na Teia de 2006. Que os Pontos se espalhem, se integrem, troquem experiências, vençam desafios, escolham o seu caminho.

Fomos buscar em nossos parceiros de longa data, nos Pontos, nos acadêmicos e pesquisadores que têm os Pontos como foco de reflexão, nas pessoas que embora ainda não dialoguem diretamente com o programa têm refletido sobre nossas questões. Esses interlocutores, para nós, estão além dos novos intelectuais politicamente comprometidos com o próprio grupo social para fazer e escrever a história propostos por Marx e

o entendemos como intelectuais orgânicos, a partir da perspectiva da sociologia gramsciana. Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos grupos sociais subalternos, e no caso do Brasil, a partir de uma visão descolonizadora.

Entendemos que para ampliar esse processo de des-esconder o Brasil e des-silenciar grupos sociais até então considerados subalternos se faz necessário esse novo protagonista, ampliar o diálogo, agora com um grupo de pessoas reunidas em um Conselho Consultivo do Programa com quem possamos criar um espaço de interlocução e polifonia, nos inspirar, fortalecer e trocar saberes para compreender como funciona e o que funciona nesse novo movimento cultural que emerge nos Pontos de Cultura e tem um papel civilizatório relevante de



transformação e reinterpretação do Brasil.

Lembrando Gilberto Gil na Teia 2006, este programa, como todo o Ministério tem esse princípio do “A fim: nossa gente que não se entrega, não se dobra, não se curva: a fim de querer, a fim de fazer, a fim de tecer, a fim de acontecer”. Seguindo esse princípio do a fim, buscamos com o Conselho criar mais um espaço para produção de conhecimento sobre os Pontos e de reconhecimento recíproco com pessoas que estão a fim de fazer o programa acontecer para além das políticas de Estado, criando uma política da vida. Surge daí nossa lista inicial de nomes para o Conselho: pessoas que entendem a cultura para além das belas artes e dos padrões que o mercado impõe.

Nosso Conselho é composto inicialmente pelos formuladores e gestores das políticas públicas culturais no país que dialogam diretamente com a Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura: Juca Ferreira, Alfredo Manevy, Américo José Córdula Teixeira, Silvana Lumachi Meireles, Sílvio Pirôpo Da-Rin, Sérgio Mamberti. O Programa criou uma rede interna de relações, dentro do próprio Ministério, para que não aconteçam ações desconectadas, que se esgotam em si mesmas e por isso é importante a experiência destes gestores/formuladores no Conselho.

Ao vincular cultura e economia, nos aproximamos dos fundamentos da economia solidária, que visam à emancipação de grupos sociais ao humanizar o processo de produção e consumo. Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, presente no Conselho, relaciona as atividades e produtos culturais e os princípios da economia solidária ao surgimento de uma nova consciência onde, segundo suas próprias palavras “o local, a diversidade, o respeito à natureza, o conhecimento tradicional e a liberdade de transpor as limitações do exclusivo, da patente, da propriedade intelectual” sejam valorizados.

A sustentabilidade na proposta do Programa tem diferentes dimensões: ambiental, econômica, cultural, política, humana, ética. No Brasil, a insustentabilidade ambiental é mais uma dimensão das desigualdades sociais, e os grupos socialmente excluídos são os mais atingidos pela devastação ambiental. Não por acaso Boff vincula o grito da Terra ao grito dos pobres, entendendo-o como duas dimensões de uma mesma problemática. A questão ambiental faz parte da agenda dos movimentos populares que lutam por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos. Muitos Pontos de Cultura já incorporaram a dimensão ambiental à cultura e muitos são Salas Verdes, Coletivos Educadores ou centros de educação ambiental. Para

que possamos aprofundar nossa compreensão sobre a ética do cuidado, que articula o cuidado com a Mãe Terra ao cuidado com o humano, convidamos Leonardo Boff para juntar-se ao Conselho.

Acreditamos que ele e Aritana tenham muito a nos ensinar sobre a alteridade, a tolerância, a importância da escuta e da busca pela sustentabilidade. O povo do Alto Xingu, ao reencontrar suas canções, reencontra também suas tradições e ressignifica sua relação com a natureza e é uma fonte de inspiração para quem, como nós, procura articular cultura e meio ambiente para propor um novo sentido para o humano. Aritana é putaki wikiti (dono da aldeia, chefe), Aritana, o líder dos Yawalapiti. Aritana, filho de Kenato, o legendário cacique tão citado pelos irmãos Villas-Boas em suas tentativas para criar o Parque Nacional do Xingu, é um líder, não apenas de seu povo, mas dos muitos povos que habitam aquele imenso território de 2 milhões e 600 mil hectares de diversidade biológica e cultural. No Parque vivem 4.000 índios de 14 diferentes etnias. Chamamo-los de índios, generalizando diferentes povos, pois quando os europeus aportaram por aqui, pensaram estar chegando nas Índias do Oriente. Eram muitos os povos que habitavam a terra que viria a ser chamada de Brasil; no Xingu: Kalapalo, Wauja, Meniakó, Kuikuro, Kamaiurá, várias etnias, troncos



linguísticos, culturas. Para ser líder no meio de tanta diversidade é preciso compreender o outro, ser tolerante, aprender a ouvir, falar muitas línguas; o idioma Kamaiurá é do tronco tupi-guarani, Kuikuro (Karib), Yawalapiti (Arauk).

O Programa, a partir de uma proposta inicial aparentemente simples: “potencializar o que já existe”, ao ver o número de Pontos aumentando vê sua complexidade aumentando e precisa buscar os fundamentos de uma “cultura política que permita voltar a pensar e a querer a transformação social e emancipatória, ou seja, o conjunto dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais que tenham por objetivo transformar as relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada” como propõe Boaventura de Sousa Santos. Sua proposta de um olhar pós-colonial parte da ideia de que “das margens e da periferia, as estruturas de saber e poder são mais visíveis” e que é necessário uma “pluralidade de projetos coletivos articulados de modo não hierárquico” onde

os saberes são reciprocamente traduzidos, gerando reconhecimento recíproco e uma nova forma de produção de conhecimento onde os saberes tradicionais e os acadêmicos dialoguem. A ecologia do saberes propõe que nesse encontro de saberes, novos saberes, contextuais, híbridos emergem. Essa ideia é muito cara ao Programa porque entendemos que os Pontos estão produzindo conhecimentos e tecnologias sociais a partir da transformação da realidade vivida pela comunidade. Por isso chamamos para nosso Conselho os Mestres Griôs, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, para dialogarem com os acadêmicos e pesquisadores do Brasil e do exterior que tem nos Pontos seu objeto de análise e reflexão.

Mãe Lúcia de Oyá T’Ogún que com Beth de Oxum, em Pernambuco fez do seu terreiro de candomblé um espaço de resistência e hoje toca a zabumba de seus avós, com mais de 150 anos, ensinando aos jovens os ritos da religião africana e a sambada, a ciranda,

o samba de coco, o maracatu e os encontros de brincantes traz para o Conselho a sabedoria da tradição que compartilha com Mestre Lumumba, de São Paulo. A tradição e a educação popular dialogam com Moacir Gadotti em nosso Conselho, que atualiza a obra freireana ao reafirmar seu sentido político e a renova ao articulá-la com a questão ambiental, propondo uma Pedagogia da Terra que mostra que o sentido da vida não está desvinculado ao sentido do próprio Planeta.

A participação política dos trabalhadores para transformar suas condições é tema constante para Emir Sader, que orienta várias dissertações e teses sobre os Pontos de Cultura onde se desafia a “pensar o real não apenas a partir de dilemas conjunturais que o cotidiano propõe, mas a partir de alternativas para a sociedade, de futuro, de vida – sempre aberta para os homens”.

Comunicação, Cultura Digital, novas tecnologias, políticas culturais e as redes estão presentes nas reflexões de Ivana Bentes, Nelson Pretto, Antônio Rubim, Cláudia de Sousa Leitão, professores e pesquisadores que estão produzindo, em suas universidades, conhecimentos importantes que desvelam as múltiplas realidades que o Cultura Viva expõe. Giuseppe Cocco vê nos Pontos de Cultura uma radicalização da democracia, uma política do comum que reconhece a multiplicidade dos movimentos culturais. Danilo Miranda atual diretor do SESC-SP, faz uma ponte entre mundos e estéticas, convergindo o popular e o erudito.

Também Maria Benites pesquisa a interface entre o erudito e o popular, junto com Bernd Flechtner, educador da Universidade de Siegen, na Alemanha, percebem nos Pontos essa potência de redemocratizar a cultura a partir “de baixo”, produzindo uma arte original, singular, radicalmente nova. Candace Slater, da Universidade de Bekerley e Idelette Muzart da Universidade Paris X acompanham os Pontos de Cultura no exterior, em São Francisco e em Paris, a partir do diálogo entre tradição e modernidade. Paul Heritage da Universidade de Londres, trabalha o teatro como direito humano, com jovens em conflito com a lei e com penitenciários. E Lia Calabre, da Casa de Rui Barbosa, hoje articula uma rede de pesquisadores – graduandos, mestrands, doutorandos – que tem como objeto de Pesquisas os Pontos de Cultura e as diferentes ações do programa.

Não pretendemos exaurir nosso leitor com todos os predicados que justificam a presença dessas pessoas no Conselho, mas apenas instigá-los a saber mais sobre o trabalho desses homens e mulheres que trilham caminhos diversos, buscando um “outro mundo possível” e que agora se encontram aqui para juntos com a rede dos Pontos, gestores, parceiros, pesquisadores e comunidades pensar e tornar viável o cenário de futuro do Programa Cultura Viva. Esse é o desafio que nos impusemos há 5 anos e que vimos vivendo desde então. Vamos, então, abrir a rede.

Todos são bem-vindos!

3. PONTUAR A DIVERSIDADE

AMÉRICO CÓRDULA¹

Como cidadão e secretário da Identidade e Diversidade Cultural, agradeço a oportunidade, fiquei muito honrado e foi um aprendizado conviver estes dias em Pirenópolis. Deixo minha análise e considerações sobre o mais importante programa do MinC, nestas duas gestões do governo Lula - Cultura Viva.

Dar os paus para construir a canoa, régua e compasso para construir o caminho, a conexão para se emancipar, o resto é por conta desta sociedade que vive nessa “nação grandalhona, meio velha, mas uma musa e tanto”². O mínimo foi oferecido, num programa que foi lançado como numa aventura, como muita intuição e em eterno processo de construção, não tem fim, novos atores surgem, mostram o que sabem fazer, trocam, crescem, interagem com o poder público e se tornam assim a trama que encontra com o outro que é o urdume e ali se estabelece um ponto nesta rede infundável.

Cultura, tradição, tecnologia e muita ousadia, não sabíamos o que aconteceria, mas aconteceu, manifestações que estavam escondidinhas nos vales, ali ao nosso lado, na periferia, no campo, navegando pelo rio, na segura do sertão, na prisão, no manicômio, na brincadeira do parque, enfim, não importa de onde, o que importa é que foram revelados, mais que isso, conectados e assim percebemos a cultura brasileira. Célio Turino vestido no seu Panamá, em suas mais de 600 viagens, tão

bem condensadas em seu livro, Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima³, pôde ter seus alumbamentos e perceber nas suas idas e vindas o que de fato o programa estava transformando naquelas localidades. Creio que o impacto deste programa levará algum tempo para ser percebido pela elite e meios de comunicação, mas a academia, através de teses, já publicam suas análises e o mundo, através de observadores e colaboradores estrangeiros do programa, presentes no seminário, estão percebendo esta revolução silenciosa que cresce a cada dia. Na América do Sul, Argentina, Paraguai e Colômbia, já constroem cópias do programa adaptadas à realidade destes países.

Mas nem tudo é fácil, parece que basta apenas ter sensibilidade e vontade para repassar recursos para todas estas ideias, não, definitivamente não, é um processo complexo, cheio de barreiras e entraves burocráticos. Mas este governo está aqui justamente para mudar, é uma tarefa difícil, reformar leis e decretos que possam alterar mecanismos de controle, principalmente os referentes a utilização de dinheiro público. A burocracia serve justamente para isso, garantir a boa utilização de dinheiro que provém dos impostos pagos pela sociedade. Procedimentos já estabelecidos, no entanto, não convivem com a ousadia de um programa de inclusão da diversidade cultural, que nunca teve a oportunidade de ser atendido pelo Estado. Proponente, projeto, objetivos, contrapartida, planos de trabalho,

prestação de contas, quites com tributos, adimplentes, enfim um novo vocabulário. Da mesma maneira que o povo não estava preparado para este no universo, os códigos do Estado não atendem às dinâmicas destes novos segmentos.

Por exemplo, o gasto de diesel para o transporte em barcos, de equipamentos para Terras Indígenas na região norte, o estado não está preparado para entender que nestes rios quem vende o óleo diesel, cobra o que quer, que o custo para descer um rio é menor do que para subir contra a corredeira, que o prego tem um valor diferenciado dos grandes centros, enfim filigranas que fazem parte da nossa diversidade, mas não do controle das leis criadas principalmente para a construção civil, com foi o caso da 8666.

Este tema apareceu muito em todos os grupos do Seminário, não dá para eliminar a burocracia, temos que melhorar/alterar os procedimentos e incluir o que for necessário, enfim ousar. Assim como criamos inscrições orais em

editais para atender indígenas falantes de 180 línguas, ciganos com três idiomas, que não escrevem ou mestres da cultura, analfabetos. Esta é a verdadeira inclusão cidadã, respeitando a forma e a condição destes segmentos, respeitando suas tradições orais.

A participação de toda a sociedade, a oportunidade dada a qualquer cidadão que queira se expressar, a coragem dos que nunca tiveram medo de acreditar na aposta do governo, que disponibiliza um kit multimídia, trabalhar em rede e ações que vão permitir o desenvolvimento de suas atividades. Ouvimos muitos depoimentos de pessoas que participam do programa, que incrédulas diziam, como pode a gente ter oportunidade de mostrar o que fazemos, conhecer outras pessoas, repassar nossos conhecimentos e tradições em escolas, poder viajar para outros estados e trocar nossos conhecimentos.

Para manter o programa, na primeira gestão do governo

¹ Américo Córdoba é formado em Ciências da Computação, ator e pesquisador. Atualmente é Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

² Trecho de música do grupo musical RUMO de São Paulo

³ Editora Anita Garibaldi – 2009 – primeira edição.



Lula, todo o efetivo da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais, foi mobilizada para atender todos os projetos oriundos de todo o Brasil, numa gestão centralizada, cuidando desde a documentação necessária, acompanhamento da implantação e a tão complicada administração da prestação de contas. Claro que houve um colapso, porque por mais gente que se colocasse na administração do programa, ainda assim era insuficiente e a qualidade, principalmente do acompanhamento era prejudicada.

Na segunda gestão com a criação do programa Mais Cultura, da agenda social do governo federal, a federalização foi posta em prática, e o estados começaram a se apropriar dos pontos, numa gestão descentralizada, já um exercício do que será o Sistema Nacional de Cultura, compartilhando responsabilidades e melhorando a administração. Desta maneira a secretaria mudou de nome, a Secretaria de Cidadania Cultural e pode focar na criação de novas ações que seriam implementadas no programa, trabalhando numa lógica de transferência de recursos para os estados, capacitando gestores e administrando em parceria.

Atualmente graças ao Mais Cultura, houve uma maior sinergia entre as secretarias e coligadas do MinC, que de acordo com suas especialidades passaram a trabalhar em conjunto com a

SCC e a participar do Cultura Viva mais efetivamente. Concentro-me nos 150 Pontos de Cultura Indígena, no qual a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural ficou responsável pela implantação, justamente por ter adquirido um expertise nesta área por conta principalmente pela implantação do edital Prêmio Culturas Indígenas, que teve até agora três edições e atendeu a 90% das etnias indígenas do Brasil. O foco é permitir que povos em TI - Terras Indígenas, que muitas vezes são desprovidas de luz e acesso a internet, pudessem ter seus pontos de cultura. Foram construídas várias parcerias, entre elas com a FUNAI e associações indígenas, ONGs, acadêmicos e pesquisadores. Na etapa inicial a ACMA – Associação Cultura e Meio Ambiente, responsável entre outros projetos, pela criação da Rede Povos da Floresta, fez um importante trabalho para criar uma metodologia, distinta dos editais públicos, que é usado no modelo do Cultura Viva, visto que para a participação dos povos indígenas, não era adequado. Esta metodologia consiste fundamentalmente em rodas de conversas entre as diversas comunidades de cada povo em cada região, que descobrem o que são os Pontos de Cultura, se existe interesse de implantar na sua comunidade e o que eles gostariam de desenvolver. Numa segunda etapa os equipamentos, entre eles kits de bateria solar, multimídia e a antena de comunicação com o satélite, são entregues, pontuo

que tudo transportado por aviões e barcos pelos rios amazônicos. Depois é realizada uma oficina de alfabetização digital e audiovisual, que consiste na capacitação para usar os equipamentos e o desenvolvimento das atividades de cada povo.

Pronto esta entregue os paus, a régua, o compasso e a conexão. Evoé!!!

Hoje uma das grandes preocupações é a institucionalidade do programa, a continuidade nas próximas gestões. O MinC incluiu na criação do Plano Nacional de Cultura e na proposta da reforma da Lei de Incentivo, que estabelece a criação do Fundo Setorial da Diversidade e Cidadania Cultural, que permitirá a utilização dos recursos para ações, entre outras, dos pontos de cultura. Acredito também que a federalização foi outra estratégia importante, já que os estados se apropriaram e

criaram seus próprios editais. A sociedade começa a se articular politicamente, para pressionar a continuidade em seus estados. Por fim, outra grande tarefa para que os pontos de cultura atinjam sua sustentabilidade é não depender exclusivamente do auxílio do governo federal, devem trabalhar coletivamente, em rede e com outros investimentos da sociedade civil. Muitas experiências de coletivos, incubadoras e associações, começam a produzir modelos criativos que garantem a sustentabilidade.

Atualmente são mais de 2500 pontos, alguns não se sustentam, outros tomam seu lugar, como na teoria de Darwin, a cultura evolui à partir de processos de transformação, colaboração e interação com o meio, como consequência o programa pontua a diversidade e transforma a sociedade.

4. PROGRAMA CULTURA VIVA | PROJETO PONTOS DE CULTURA

ANTÔNIO ALBINO RUBIM¹

Cultura é o que resta em nós Depois que esquecemos Tudo que aprendemos

Os maiores problemas do Programa Cultura Viva e seu Projeto Pontos de Cultura são (paradoxalmente) suas maiores virtudes. Eles expressam a novidade potencial inscrita no programa/projeto: a abertura (escancarada) do estado para modalidades de cultura antes sistematicamente excluídas e, por conseguinte, a necessidade de acolhimento de novos atores culturais.

Por óbvio, que o estado, construído por mais de cinco séculos pelas elites brasileiras, não teve interesse, nem desejo de estabelecer tais relações universais. Pior que isto, ele não foi conformado para isto. Pelo contrário, sua tessitura trouxe imamente um caráter de classe. Este estado existe tão somente estabelecendo relações umbilicais, muitas delas promíscuas, com os setores hegemônicos. No campo cultural, ele esteve sempre a serviço das classes dominantes. Para os

subalternos restavam apenas: desqualificação; censura; repressão; violência e silenciamento. Que o digam as culturas indígenas, afro-brasileiras e populares. Elas nunca obtiveram do estado nacional o reconhecimento de sua dignidade enquanto culturas, mesmo quando ele tornou oficial o discurso da mestiçagem e das três raízes originárias da cultura brasileira: branca, negra e índia.

O descompasso entre estado e culturas não (ou contra) hegemônicas aparece, por vezes, nos discursos acerca do programa/projeto como (meros) problemas burocráticos. Enganosa aparência comum às ideologias. Os entraves, a rigor, denunciam algo mais profundo: o imenso fosso entre o estado nacional realmente existente e as necessidades, interesses e demandas dos dominados. Eles têm sido sistematicamente excluídos de uma relação democrática e republicana com o estado, construído por muitos, mas configurado para poucos. Um estado nacional que não se preocupa, nem está preparado para uma interação substantiva com a



maior parte da população brasileira, inclusive no campo cultural.

O Programa Cultura Viva/Projeto Pontos de Cultura, ao fazer interagir o estado com tais modalidades culturais e seus atores, expõe de modo contundente este caráter excludente e denuncia a grave inadequação existente no país entre estado e sociedade. Transformar este sintoma em mera questão de ajustes formais e burocráticos é destruir seu potencial de

¹ Antônio Albino Rubim é formado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (1975) e em Medicina pela Escola Baiana de Medicina (1977), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1979), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987) e pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin (2006). Atualmente é professor titular da Universidade Federal da Bahia; docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Artes Cênicas, ambos da UFBA; Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA; Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.



5. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL | PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

rebelia contra o estado elitista. O programa/projeto exige, pelo contrário, refazer o estado, em uma perspectiva radicalmente democrática e republicana. Ser coerente com o Cultura Viva/Pontos de Cultura é, antes de tudo, não esquecer seu traço inovador, nem perder seu caráter potencialmente subversivo. A utopia de um outro estado, uma outra sociedade e um outro mundo possíveis deve ser assumida como algo imanente e essencial.

Nesta perspectiva, ele se torna uma das atividades mais emblemáticas, marcantes e inovadoras das políticas culturais empreendidas pelo Ministério da Cultura no Governo Lula. Seu impacto societário pode ser medido: pela dimensão que ganhou dentro do Ministério e do Governo; pela extensão de seus dispositivos para outros setores do Ministério, através do Programa Mais Cultura; pela ampliação continuada do número de Pontos de Cultura, inclusive em cooperação com governos estaduais; por sua visibilidade; pela repercussão, inclusive internacional, e pela constituição de uma base social de apoio à atuação do Ministério

da Cultura. Este último aspecto torna-se vital para um Ministério que pretende: redefinir modos de imaginar a cultura; repensar as interações com os atores culturais e reinventar políticas culturais para a sociedade brasileira, assumindo novas prioridades.

Tais possibilidades conjugadas com a abertura para novos atores e sua assumida amplitude territorial, em um Ministério que continua concentrado em algumas cidades, dão significativa envergadura ao programa/projeto. A pretendida conjunção entre dispersão territorial e variedade de atores é combinada com a sua articulação, através da teia de encontros e redes. Emerge aqui outro dispositivo da sua contemporaneidade. Ele busca inibir guetos auto-suficientes, isolados culturalmente, tão prejudiciais à criação e convivência, e potencializar interlocuções políticas e culturais, sem as quais não se produz um clima propício e estimulante para o desenvolvimento da cultura.

Mas a possibilidade de revolucionar tem inerente como requisito a capacidade de exercício continuado da crítica pelo programa/projeto e

por seus participantes. A reflexão e a interlocução críticas são aqui imprescindíveis. Pensar, em especial em uma atividade com tanta abertura potencial, exige antes de tudo abandonar verdades prontas. Diversos temas devem ser enfrentados em todas as suas contradições e complexidades. Dentre eles podem ser lembrados as vitais relações culturais entre: tradição e inovação; local, regional, nacional e global; estado, sociedade civil e mercado; fazer e pensar; sustentabilidade ou não das atividades culturais; diferenciadas modalidades culturais e diversidade cultural. O desenvolvimento das potencialidades inscritas no programa/projeto tem como requisito fundamental o fortalecimento da participação ativa e o estímulo a radicalidade dos debates.

O encantamento natural com as potencialidades do programa/projeto não pode ser exagerado, nem deve impedir uma vigorosa e qualificada reflexão crítica sobre ele. Nesta perspectiva, a abertura de espaços para a discussão e reflexão se torna essencial. Aparecem como momentos significativos deste processo: a

configuração de momentos de crítica no trabalho político-cultural cotidiano; a realização de debates nas Teias e em seminários; a efetiva configuração da rede de interlocução, trocas e reflexões e a articulação com estudiosos e pesquisadores de políticas culturais, conformando uma rede de investigações sobre o programa/projeto. Todos estes processos em andamento, mas muitas vezes de modo ainda por demais embrionários.

As diretrizes do programa/projeto – empoderamento, protagonismo e autonomia – não podem se deixar esquecer. Mas também não devem se desfigurar, sem mais, em auto-suficiência. Para que isto não ocorra, a vida, a crítica e seu exercício são essenciais.

BERND FICHTNER¹

Gostaria de iniciar com algumas anotações sobre a relação entre a sociedade na qual vivemos e a vida cotidiana. É necessária uma perspectiva teórica que permita compreender o caráter sistêmico entre ambas (sociedade – vida cotidiana) e assim poder compreender este contexto social no qual crianças, adolescentes e adultos vivem e convivem atualmente.

A seguir apresento argumentos que considero relevante ao debate: constatações sobre a Educação² e sua crise em escala mundial, constatações essas que caracterizam tendências atuais num nível global; continuo com a discussão da “diversidade cultural” nas suas antinomias e perspectivas e, finalizo com a apresentação do “programa Cultura Viva” e “Pontos de Cultura” na sua relação com os problemas anteriormente discutidos.

SOCIEDADE E VIDA COTIDIANA NUMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

O filme “De olhos bem fechados” de Stanley Kubrik, o diretor localiza a ação do filme na Nova York contemporânea. A megalópole

norte-americana conjuga todos os elementos para compor um quadro emblemático da sociedade e dos valores dominantes do mundo globalizado. Em meio da desordem do quatinho de uma prostituta, onde recebe seus clientes, vemos um manual de sociologia com o título “Introducing Sociology”. Ao longo da história, as únicas pessoas que revelam algum escrúpulo nas relações com os outros são as prostitutas. A Humanidade das prostitutas manifesta-se, sobretudo na sua fragilidade; elas se drogam e morrem de overdose, elas vendem seus corpos e se contaminam, enfim, elas arriscam suas existências de forma concreta e material. Por isso suas transações de dinheiro e sexo, pautadas pelas leis do mercado, estão fundadas numa “realidade” que pode ser explicada pelos parâmetros sociológicos.

As prostitutas são efetivamente, comprometidas com a chamada “vida real”. Assim suas escolhas são as únicas que teriam relação com a “vida real” deixa muito para refletir, em nenhum de seus filmes, Kubrik deixa elos ao acaso. Ele coloca que o resto é puro imaginário. A sociedade de abundância, marcada pelo imperativo do consumo lança

os indivíduos nas vertigens de um imaginário sem transcendência onde tudo, inclusive os sujeitos se transformam em objetos. O filme deixa bem claro o que está atrás desta sociedade: o núcleo fundamentalmente perverso que se oculta na formação de nossa sociedade. Esse filme mostra um sistema das relações sociais onde todas as relações entre os homens se transformam em fetiches-mercadorias que começam a dominar numa maneira totalitária os mesmos homens que construíram estes fetiches.

Para aprofundar um pouco esta metáfora do filme de Kubrik, se faz necessário buscar conceitos teóricos da sociedade e da vida cotidiana, ou seja, uma perspectiva teórica que permita compreender o caráter sistêmico entre ambas. Os aspectos a seguir tentam descrever esse caráter sistêmico.

Estamos imersos num “feeling” que nos leva a crer que esta forma de sociedade perdurará eternamente. Mas a razão nos alerta que isso será a possibilidade mais improvável de todas as existentes. É mais fácil para nós imaginar o colapso do planeta e da natureza, do que uma sociedade além do sistema capitalista ou a quebra desse sistema.

Atualmente o olhar para a sociedade como “processo” ou como “história” passo a passo se perde, “história” e “processo” se transformam em “comunicação”, em algo técnico e formal. O que, anteriormente, era considerado “sociedade” ou “coerência social” converte-se em “mercado”. O motor dessa dinâmica é a organização do sistema da economia mundial capitalista que, atualmente, se articula – apesar de todas as crises

dos bancos – sobretudo nas práticas das multinacionais e no nível social por meio do GATS (“General Agreement in Trade on Services”). Objetivo e função principal dessa dinâmica é homogeneizar todas as diferenças culturais e construir, em nível mundial, normas e valores universais que serão determinados por um categoria principal: mercadoria. Tentamos pensar e compreender essa realidade da globalização usando antinomias ou pólos complementares: nunca na história da humanidade existiu uma mudança tão dramática das formas de vida social correspondente a uma estandardização e esquematização da mesma. Esta realidade social tão estandardizada e uniformizada apresenta uma variedade absoluta e formas inéditas de liberdade e de possibilidades humanas – mas de fato tudo é uma ilusão. Dentro da etiqueta da globalização se realizam tanto processos de uma homogeneização da sociedade como a desintegração do social. Dimensões particulares da sociedade como saúde, justiça, esporte, educação, cultura perdem passo a passo a sua autonomia relativa, lentamente se degeneram em mecanismos de reforço e ajuda ao mercado, deixam de serem direitos adquiridos historicamente para se converterem em serviços a serem comprados ou vendidos.

As teorias do Pós-Modernismo vêm nesta desintegração nada mais do que uma chance para um desenvolvimento da capacidade de jogar com a particularidade individual, uma chance que pode dar liberdade estética aos indivíduos.

Estas teorias não levam em conta as agudas contradições entre a individualização dos processos de vida e a normalização,



esquemática e homogeneização. Elas não levam em conta a polarização extrema entre uma altíssima socialização de processos de produção por um lado e pelo outro uma crescente privatização das relações humanas. Encontramos uma separação entre a socialização da razão em nível de produção técnica e científica por um lado e do processo de desenvolvimento das emoções, dos sentidos e da fantasia por outro lado. Emoções, afetos, sentidos pessoais têm cada vez mais um caráter privado, o que os tornam cegos.

Todas estas antinomias não se complementam uma com outra, não se suplementam, elas não dão luz a tudo o que chamamos sociedade mundial da globalização. Elas expressam um dilema no qual este sistema social inteiro se escurece. Ficam perguntas em aberto e sem respostas. Para nós a principal seria perguntar se nestas antinomias e contradições se articulam processos de desenvolvimento de algo novo que possa transgredir a realidade social tal qual ela é.

Compreender a complexidade dessas contradições é obviamente difícil. Nós pedagogos e psicólogos estamos muito longe de sua verdadeira compreensão.

SEGUNDO PASSO: DUAS CONSTATAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

Retomemos duas constatações, mais ou menos consensuais, sobre a educação: “a crise fundamental da Educação e “a Educação, como sistema escolar é um fenômeno histórico e transitório.

A crise fundamental da Educação Em todas as sociedades modernas a escola representa a instituição que mais cresce, aumenta e se expande em todas as áreas da vida social. Na escola, nossas crianças e adolescentes passam o tempo mais produtivo e criativo de sua vida. Geralmente entram com esperança, com criatividade, com fantasia, com vontade de aprender, mas saem desiludidos, defraudados, empobrecidos. Saem ‘afortunados’ possuidores de habilidades, competências e conhecimentos que na maioria das vezes não têm relação com a sua vida e com a sociedade na qual eles devem viver e trabalhar.

Assim, assistimos à famosa crise da pedagogia e, sobretudo da escola pública que, aparentemente, não está atendendo as necessidades e desejos dos indivíduos e a demanda da sociedade na formação, apesar

de todos os seus esforços por modernizar-se.

Geraldi (2004) caracteriza esta crise fora e dentro da escola como crise dos sistemas de produção, hoje estruturalmente produtores do desemprego; que estende à crise dos paradigmas científicos; a crise do nosso modo de habitar o planeta:

“neste contexto, a escola se faz, discursivamente, uma instituição ‘tábua de salvação’. E como ‘salvação’ não sobrevive enquanto conceito, sem associar-se à ‘culpabilização’, a escola tem sido culpada pelo insucesso da sua formação face às exigências do mercado. E as políticas educacionais neoliberais, para além de suas reformas curriculares que se constituíram essencialmente pela definição de parâmetros de conteúdos a serem ensinados, não souberam fazer mais do que propor sistemas de avaliação e avaliações de sistemas/redes de ensino, cujos resultados produzem hierarquizações das instituições de ensino, sinalizando para o ‘mercado consumidor’ quais as escolas nível A, quais as redes mais preparadas, quais as regiões aquinhoadas” (2004, 16).

Efetivamente, sabe-se que a escola jamais foi uma ‘tábua de salvação’, pois desde sua origem e existência, tradicionalmente, sempre serviu e continua servindo para os processos de seleção e exclusão social. Trata-se neste momento das sociedades capitalistas encontrar a quem culpar pelo insucesso no disputadíssimo mercado de trabalho: o próprio trabalhador por sua escolaridade insuficiente ou inadequada e a instituição escolar por sua desatualização e incapacidade de acompanhar as ondas de mudança

dos humores do mercado. A crise de cunho estrutural, torna-se também, privada, particularizada nos sujeitos.

A EDUCAÇÃO NA FORMA DA ESCOLA É UM FENÔMENO HISTÓRICO E TRANSITÓRIO

A escola obrigatória tem uma história de não mais do que 200 anos e tornou-se neste período um fenômeno universal. Em todo o mundo escola significa: professor, aluno, uma turma seriada, frequência obrigatória, livros didáticos, avaliação e certificados, passar de classe ou repetir entre outros atributos². Essa forma de educação não é resultado de idéias geniais de intelectuais, mas uma resposta da sociedade perante problemas estruturais graves.

Na sociedade baseada na dinâmica extrema da divisão do trabalho (sistematizado ao longo do processo de industrialização nos séculos XVIII e XIX) todos os membros dessa sociedade precisavam de um sistema único e geral de conhecimentos, capacidades e normas morais como base para relacionar-se em nível da produção, em nível da reprodução e do consumo. A sociedade na forma de nação ou do estado projetava (e ainda projeta) valores, conhecimentos, habilidades, que acreditava (e acredita) serem indispensáveis à sua própria sobrevivência, melhoramento e continuidade. A escola emerge, como uma solução histórica desses problemas, vide, a título de exemplo, a origem de alguns conteúdos curriculares, como a Geografia e História Escolar, o ensino da “Língua Materna” – porém uma solução que, atualmente, se encontra numa crise fundamental.

A escola, 200 anos atrás, passou

¹ Bernd Fichtner é professor titular na Universidade de Siegen/Alemanha. Criou o Programa Internacional do Doutorado em Educação (INEDD – International Education Doctorate) da Universidade. Publicou vários livros -veja: www.uni-siegen.de/~fb02/people/fichtner/index.html

² Entendo como Educação, o sistema público construído na história dos últimos duzentos anos. Neste período, a escola se transformou num fenômeno universal, espalhado por todo mundo.

³ Claro que reconheço os sistemas escolares que buscaram fugir a esse modelo, mas falo aqui do que ainda prevalece como estrutura básica nas diferentes sociedades.

a se relacionar pela primeira vez com a sociedade como um todo. Aparece nesta época o conceito de sociedade em geral conjuntamente com uma esfera autônoma do político construída nas lutas política da época.

A razão política do Estado e da Sociedade (a sociedade burguesa) representa o enfoque e o centro lógico da Educação Pública, implicando que aprendizagem e todas as formas do ensino-aprendizagem são determinadas essencialmente pelas contradições primárias da formação econômica das sociedades capitalistas modernas. A dupla natureza da mercadoria como união entre valor de uso e valor de troca começou a determinar todos os níveis da educação pública e sua realidade. Notas, boletins, títulos, créditos, tempo, conteúdo, currículos, hierarquização etc. são dados que nos permitem ver que na escola existe uma relação indissociável entre valor e poder que caracteriza e reproduz todas as relações que se desenvolvem na sociedade.

Com as mudanças radicais atuais na política, na sociedade e sua cultura, no contexto de globalização se dissolve atualmente a razão política da educação, quer dizer a relação abstrata com a sociedade como um todo. A dissolução se articula atualmente em múltiplos sintomas de uma crise da educação. Se assumirmos que a educação, tal como a conhecemos hoje, é uma forma transitória, suas chances de sobrevivência dependem de conseguirmos mudar e transformar radicalmente essa Educação. Isso seria um problema da práxis, dos projetos práticos, pois o novo desenvolve-se somente na prática,



no fazer e nas suas contradições. O novo não consegue crescer ou desenvolver-se no campo teórico, no campo das idéias. O novo se desenvolve só num afastamento vivo do velho.

Perspectivas para essa nova razão política de educação vejo aparecer nas práticas dos chamados “Pontos de Cultura”. Para concretizar essa perspectiva faz-se necessário, discutir brevemente, a diversidade cultural.

DIVERSIDADE CULTURAL | ANTINOMIAS E LADOS ESCUROS

A realidade da Diversidade Cultural abrange uma complexidade de fenômenos e práticas sociais e envolve inúmeros conceitos e definições. As pesquisas e os estudos sobre Diversidade Cultural têm apresentado um problema sério: a falta de um sistema epistemológico claro e preciso.

Definições atuais reduzem “Diversidade Cultural” a aspectos de raça, gênero e etnia; outras definições enfatizam todas as possíveis diferenças entre os seres humanos. A prática da Diversidade Cultural é mais rica, complexa e contraditória que as conceitualizações e definições formais que delas se fazem.

As definições correm atrás dessa prática com uma certa arrogância formal, com o poder das disciplinas científicas. Considerar a Diversidade Cultural como um valor em si mesmo, como uma herança, que deve ser conservada, - sem tematizar os processos e atividades contraditórios do desenvolvimento dela, têm muito em comum com um cemitério e um museu. Moralismo

e normatização relacionam-se aqui com um conceito de cultura como substância e essência.

Atualmente se encontra uma significativa incidência em inúmeros países de guerras e outras formas de violência, decorrentes de diferenças étnicas, religiosas, de gênero e raciais. Em pleno século se XXI, vive-se o paradoxo de um mundo que produz intensamente diferenças, mas, que, na mesma intensidade, mantém vivo a intolerância com as mesmas. Não são poucas as práticas de exclusão e violência inter e intra-sociais a partir da intolerância decorrente da relação entre as diferenças culturais e o poder.

Encontramos - sobretudo em Europa – práticas de uma Diversidade Cultural que exigem uma identidade coletiva e defendem esta identidade coletiva. Trata-se de uma política de identidade. Mesmo considerando suas diferenças, têm, surpreendentemente, algo em comum às células neonazistas e os grupos que lutam para os direitos dos gays e das lésbicas, dos ciganos e outros. Todos defendem a sua cultura como identidade coletiva. Estes grupos têm uma característica específica: eles consideram a diferença como um absoluto e a alteridade dos outros aparece como uma ameaça. Na perspectiva da identidade coletiva a Diversidade Cultural mostra que a identidade nacional, sexual, étnica, regional é considerada um valor positivo. Uma consequência lógica: as culturas aparecem como áreas de luta, como áreas de um particularismo militante (raça, opção sexual, etnia etc.).

O continente europeu teve experiências muito problemáticas com “Diversidade Cultural” na perspectiva de “identidade coletiva”,

as regiões dos Balcãs ou do Cáucaso mostraram quais podem ser as consequências do reconhecimento de etnias na perspectiva de identidade coletiva. A palavra etnia se relacionou na Bósnia ou Cosovo com práticas de barbárie, de genocídio e com a retomada de um nacionalismo violento e populista, que terminou em guerras civis cruéis e sangrentas. Esta tendência em nível mundial se expande como, por exemplo, nos países africanos, como Angola que desde 1975 até 1990, ocorreram mais de 500 mil mortos por causa dos conflitos entre três etnias (instrumentalização da “identidade coletiva” entre EUA, Rússia e as etnias “ovimbundi” – “mbundo” – “bakongo”).

Existem alternativas à essa política da identidade coletiva, que encontramos também no conceito e na realidade de “Estado Nação”, “Povo”, “País” etc.? No próximo passo apresento uma alternativa mais revolucionária no nível mundial.

PERSPECTIVAS DA DIVERSIDADE CULTURAL: “PONTOS DE CULTURA” NO BRASIL

O Brasil hoje tem cerca de 2.500 Pontos de Culturas espalhados por todo Brasil. Cada qual com sua arte, com sua forma de implementar a cultura, desde as diferenciadas práticas urbanas até a dos povos mais tradicionais do Alto Xingu. São milhões de brasileiros que foram “desescondidos” por meio desta política pública que começa a tomar a forma de um grande movimento social nacional.

Os Pontos de Cultura são mais que uma política em construção, como nos mostra as palavras de Célio Turino:

“O conceito e a teoria do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura” é resultado de um processo contínuo, em que se amalgama experiência pessoal, o ato de fazer, leituras e trocas de idéias. E, sobretudo, do desejo de que as coisas precisem mudar e da percepção de que as coisas estão mudando, pois “os de baixo” já não querem ser governados como antes...Os “Pontos de Cultura” potencializam esse processo de mudança. E o fazem por expressarem a cultura em suas dimensões ética, estética e de economia. O Ponto de Cultura não se enquadra em formas; nem é erudito nem é popular, também não se reduz à dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura da inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural. Na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples, como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto. Pelo contrário, busca sofisticar o olhar, apurar os ouvidos, ouvir o silêncio e ver que não é mostrado”(2009, 15).

Turino também relata no livro “Pontos de Cultura (2009) algumas das mais de 600 visitas que fez aos núcleos, da experiência em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha à tribo Yawalapiti, que reúne mais de 13 etnias no Parque Nacional do Xingu, no Estado do Amazonas. Em meio a dificuldades para preservar características culturais – entre elas, sua língua –, a tribo Yawalapiti teve seu território reconhecido como Ponto de Cultura e conseguiu ajuda para ensinar o idioma a seus integrantes.

Outro projeto abordado é o Vídeo nas Aldeias, em que cineastas indígenas produzem documentários e filmes de ficção. Falados em línguas como kaxinawá, kuikuro, huni-kuni e ashaninka, curta, média e longa-metragens são escritos, dirigidos e encenados pelos índios. O depoimento do autor também deixa claro a preocupação com as escolas públicas, que sofrem com a política educacional deficiente. “O programa conseguiu demonstrar, nestes cinco anos, que a menor distância entre dois pontos é a cultura”, conclui Turino.

Gostaria de apresentar sistematicamente quatro aspectos que esclarecem o caráter e a qualidade revolucionária dos “Pontos de Cultura”. Os aspectos são ao mesmo tempo níveis numa perspectiva teórica: são níveis de um futuro projeto de pesquisa

qualitativa na qual o enfoque principal é a prática dos “Pontos de Cultura”.

A PRÁTICA DOS “PONTOS DE CULTURA” COMO NOVO PARADIGMA DA RELAÇÃO ENTRE APRENDER E ENSINAR QUE QUESTIONA AS FORMAS TRADICIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Os seres humanos aprendem somente quando ao mesmo tempo ensinam. Concretizando: as práticas dos “Pontos de Cultura” são fundamentalmente processos que tem uma dinâmica específica que se manifesta em formas específicas. A estas formas pertencem manifestações como tradições orais, o narrar, o cantar, o dançar, práticas sociais, rituais, festas, conhecimentos e as práticas de relacionarem-se com a natureza e com o universo, habilidades artesanais e performáticas. Nessas práticas os seres humanos se expressam, encenam imaginários sociais, de si mesmos e representam os aspectos da sua cultural.

Na declaração da UNESCO de 2003, esse tipo de conhecimento baseado no corpo humano é caracterizado como “herança imaterial da cultura”, diferente da herança material da cultura, cuja materialidade sobrevive séculos após séculos, essa herança é fixada na materialidade, plasticidade e mortalidade do corpo humano. Esclarecendo melhor estas formas e práticas imateriais utilizando quatro das suas dimensões: a importância do corpo humano, o caráter performático das práticas culturais (rituais), aprendizagem mimética e uma nova relação entre aprendizagem e ensino.

A IMPORTÂNCIA DO CORPO HUMANO

Na prática dos “Pontos de Cultura aparece numa complexidade rica e ilimitada: o corpo humano como principal “médium”. Isto é, se realiza com o corpo, todas as encenações, rituais, as apresentações são sempre baseadas numa determinada imagem, num determinado conceito do corpo. Aqui encontramos formas diferentes de um conhecimento prático do corpo que possibilitam o encenar e realizar rituais e práticas sociais: Os sujeitos dessa prática não tem um corpo mas são corpo.

O CARÁTER PERFORMÁTICO DAS PRÁTICAS CULTURAIS NO PONTO DE CULTURA:

Rituais pertencem às práticas mais importantes dos processos de diversidade culturais. Rituais têm uma enorme riqueza de funções



sociais. Práticas rituais ajudam a organizar a passagem de um status social para outro. Práticas rituais encenam os acontecimentos marcantes como nascimento, morte, casamento e muitas outras. Rituais são indispensáveis na construção de: comunidade e cultura. Eles produzem algo como “o social” – fundamentalmente diferente dos mecanismos de uma identidade coletiva. Rituais e práticas tem um caráter performático aqui se encontram três aspectos importantes. O primeiro aspecto acentua a relevância do “caráter performático” da linguagem⁴ (veja John Austin 1962). O segundo aspecto sublinha que rituais são encenações representadas na qual uma cultura se representa e se expressa. Com o auxílio dessas práticas as comunidades produzem uma continuidade entre as tradições e as necessidades do presente. O terceiro aspecto sublinha o lado estético de rituais e representações. Os rituais nunca podem ser reduzidos unicamente a sua função. Rituais são janelas de uma comunidade que possibilitam entender a própria cultura e sua dinâmica.

APRENDIZAGEM MIMÉTICO

Processos miméticos são processos de imitação criativa, que se relacionam com modelos e exemplos, aqui acontece um processo em que o sujeito vai se assemelhando a algo. Lembro-me em particular, de um momento da minha infância no qual, ao lado de meu avô retornávamos à noite para casa por uma estreita trilha; de um lado um bosque escuro e de outro a presença da lua. O bosque associava-se a paisagem de medo, pertinente à presença de um possível lobo, advindo do imaginário dos

contos infantis, à lua nos iluminava. Percebi no meu olhar de criança de 04 anos, que a lua caminhava sempre ao nosso lado, a cada passo dado ela também se deslocava, não tardei em perguntar ao meu avô: “a lua está caminhando junto com nós”? Ele me disse: “sim, fique sem medo...ela está conosco!”. Este processo é muito diferente de um sujeito para o outro, isso vai depender das maneiras nas quais os seres humanos se relacionam com o mundo, com os outros seres humanos e consigo mesmo.

Nos processos miméticos, o aprendiz, produz quase “um molde, uma reimpressão do mundo social” transformando este mundo numa parte de si mesmo. A herança imaterial e cultural é transportada para a próxima geração nestes processos, e com isso é transformado nas necessidades e sentidos pessoais dessa próxima geração. Processos miméticos são sensuais ligados ao corpo e são realizados muito freqüentemente no inconsciente.

A PRÁTICA DOS “PONTOS DE CULTURA” COMO MEDIAÇÃO ENTRE MULTIDÃO E SINGULARIDADE

A prática dos “Pontos de Cultura” abre um espaço antropológico no qual o universal da cultura aparece como algo individual. O individual e o universal aqui se entrelaçam de uma forma particular. O universal é o que faz a todos os seres humanos, seres humanos. Não é simplesmente o contrário do individual, porém muito mais que isso, é o seu próprio paradigma. Os conceitos “multidão” e “singularidade” concretizam essa relação (veja Hardt/Negri 2001, pp 421-432 e Negri 2003). Segundo Negri/Hardt a multidão

é uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é nem homogênea nem idêntica a si mesma e mantém uma relação indistinta e inclusiva com os estão fora dela” (Hardt/Negri 2001, 120). Os homens são singularidades. Espinoza considerou a multidão uma potencia política sui generis: é em relação a ela, isto é, em relação a uma multidão de singularidade que devem ser definidas as novas categorias políticas. Espinoza caracterizou uma multidão que começa a refletir sobre se mesmo “amor intelectual de Deus” (amor Dei intellectualis). Assim os conceitos “multidão” e “singularidade” tem um potencial enorme para entender a nova qualidade da prática dos “Pontos de Cultura”.

A PRÁTICA DOS “PONTOS DE CULTURA” COMO ELABORAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO DE CULTURA

As várias formas do comportamento, da atividade e da consciência humana são constituídas e relacionadas por um espaço antropológico que se abre mediante signos e símbolos. Assim este espaço antropológico se pode caracterizar fundamentalmente como um espaço simbólico. Este espaço não existe numa forma abstrata ou metafisicamente geral, este espaço sempre é ao mesmo tempo espaço de uma determinada cultura. Nesta perspectiva cultura não é algo que tem uma substância em si mesma, assim como também não em contexto de funções que estão por trás dos signos e símbolos. O significado dos signos e símbolos não se pode deduzir empiricamente ou funcionalmente. O real significado deles só pode ser encontrado na realidade da



⁴ Se alguém numa cerimônia de casamento diz “sim”, então se realiza num nível da linguagem uma ação, com a qual se materializa o casamento e modifica-se a vida dessa pessoa.

sua prática e no seu uso. São os comportamentos simbólicos nos quais são negociados os códigos que determinam o que vai ser a realidade numa multidão. Comportamentos simbólicos não se delineiam da experiência, pelo contrário eles possibilitam experiências. Cultura para nós é aquele contexto discursivo e prático constituído concretamente pelos comportamentos simbólicos de uma multidão.

Agora, se queremos entender e analisar o que os usuários de símbolos e signos realmente fazem, será necessária uma mudança radical de perspectiva. Devemos apreender a posição dos sujeitos, nos colocar na sua situação - o que não é fácil.

A PRÁTICA DOS “PONTOS DE CULTURA” COMO RECONQUISTA E DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIA DO “SOCIAL”

A prática dos “Pontos de Cultura” é um exemplo extraordinário da dignidade da prática e significa assim a recuperação, reconquista e desenvolvimento da categoria do Social. O Social representa algo autônomo, com um sentido próprio, que não pode ser reduzido às estruturas sociais, nem à Sociedade, nem aos processos psíquicos internos dos indivíduos. O conceito do Social é direcionado às relações reais – relações que são também encontradas nas relações “submersas na multidão e nas suas singularidades”.

A categoria do social permite contestar e questionar a categoria do econômico como norteador de práticas sociais. A prática dos “Pontos de Cultura” coloca a força e o caráter emancipatório das práticas da vida cotidiana na periferia, na vida dos marginalizados, subalternos e excluídos.

UMA EXCURSÃO FILOSÓFICA: O QUE É UMA CATEGORIA?

Numa categoria é conceitualizado e concebido um fenômeno na sua universalidade (em seus aspectos gerais) tanto que ela, a categoria poderia ser usada ao mesmo tempo como meio ou instrumento da análise. Categorias têm um potencial metodológico enorme. Esta tese gostaria de concretizar e exemplificar nos “Pontos de Cultura”

As premissas são:

- Categorias não se podem inventar ou definir cognitivamente na escritaninha de um filósofo, de um intelectual. Elas são resultados de um processo histórico-social. A universalidade sua é, literalmente, trabalhada e elaborada pela sociedade. A sua universalidade é resultado de uma “prova prática”, de uma experiência prática.

- Categorias não se desenvolvem, primariamente, como formas ou modelos de pensar, mas como modelos de atividades. Elas são programas extremamente generalizados de atividade humana

- A história ou a construção de categorias é um processo de atuar, que se realiza nos diferentes contextos da vida material e ideal de uma sociedade.

- Na sua forma conceitual e lingüística o status de ser categoria desses esquemas ou modelos de atividade torna-se explícito. Neste nível se realiza uma transformação específica, um trabalho particular. Formas e resultados e de uma prática se transformam numa relação explícita de um conhecimento ou mais preciso de uma relação entre conhecimentos. Aqui eles tornam-se em objetos ideais, quer dizer em categorias. Paulo Freire recomendou aos educadores brasileiros: “Escrevam pedagogias e não sobre pedagogias”, incitando-os a desenvolver métodos e técnicas adequadas para lidar com a diversidade da população brasileira e de suas experiências.

Os “Pontos de Cultura” articulam as demandas e necessidades dos novos sujeitos sociais trazidos à luz pelas transformações sociais ocorridas após a democratização do país e inscritos na Constituição Federal de 1988, tais como a população indígena, os remanescentes quilombolas, a população rural, a mulher, a criança e o adolescente, o idoso, a população de rua.

A educação possui limitações para a inclusão social destes grupos e é preciso explorar as possibilidades que as práticas de “Pontos de Cultura” oferecem para a recuperação da auto-estima, a preparação profissional e o desenvolvimento da consciência política e social.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, J. (1962): How to do things with words. London: Clarendon Press.

GERALDI, J. W. (2004): A aula como conhecimento. Aveiro: Universidade de Aveiro.

GERALDI, J.W., Fichtner, B., Benites, M. (2006): Transgressões Convergentes. Vigotski Bakhtin Bateson. Campinas: Mercado de Letras.

HARDT, M.; Negri, A. (2001): Império. Rio de Janeiro: Record.

NEGRI, A.(2003): 5 Lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP & A. Turino, C. (2009): Ponto de Cultura – O Brasil de Baixo para Cima. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.



6. POLÍTICA/POÉTICA: O SEMINÁRIO INTERNACIONAL



CANDACE SLATER¹

Cinco anos atrás, quando Gilberto Gil e Célio Turino vieram visitar a Universidade da Califórnia em Berkeley, os Pontos de Cultura estavam surgindo. Ainda me lembro de ouvi-los falar sobre a forma como um número de organizações de artes, antes sem relação e trabalhando em comunidades marginalizadas, estavam agora unidas através de um sítio eletrônico. Recordo também as animadas reações do público na universidade, bem como em São Francisco, onde Gil e Célio foram falar com uma multidão de imigrantes brasileiros.

Duas palavras-chave que marcaram essas descrições iniciais dos Pontos eram “resgate” e “cidadania cultural”. Por si mesmos estes termos são abstratos, e, francamente, algo difícil de imaginar. No entanto, quando comecei a visitar alguns dos primeiros Pontos poucos meses depois, as várias traduções a que estes termos eram necessariamente submetidos, na prática, tornaram-se mais claros. “Resgate”, por exemplo, pode

aparecer como os mais velhos ritmos brasileiros realizados em tambores de aço novos. Poderia aparecer em um projeto de reciclagem de jornais onde os adolescentes dividem as tarefas de um modo que lembra a produção de mandioca no velho estilo das Casas de Farinha. “Cidadania cultural” poderia, de forma semelhante, tomar a forma de fotos de uma floresta ou uma favela em que crianças em idade escolar ficam juntas em grandes mapas do Brasil.

A tradução de termos inicialmente difusos, na experiência diária me levou a começar a pensar sobre a relação entre política e poética. Ninguém confundiria uma palavra da outra – as diferentes letras do meio garantem sua divisão contínua. Ao mesmo tempo, o início e a conclusão idênticos sugerem uma ligação parcial entre os dois. Como eu visitei um e depois outro Ponto, eu comecei a ver o programa como uma tentativa contínua de negociar a diferença que estava no meio dispar dessas palavras. Política (política e políticas) tornou-se poética (idéias sobre, ou a prática de, as artes poéticas),

quando um termo abstrato como “cidadania” se tornou um retrato próprio da criança. Poética passou por uma transformação semelhante quando estas auto-representações individuais aderiram ao retrato de um grupo.

Durante o recente Seminário Internacional em Pirenópolis, a relação entre política e poética me veio à mente de novo. Esteve especialmente presente quando meu grupo discutiu um novo conjunto de conceitos fundamentais destinados a encapsular os objetivos dos Pontos. Autonomia, empoderamento, protagonismo, gestão em rede – cada uma dessas quatro palavras sugere uma série de conceitos que permitem atingir o seu verdadeiro significado, na passagem para a ação. Cada um destes termos demanda uma série de traduções que os leva além de fórmulas para as coisas da vida diária. Sem esse tipo de tradução, eles permanecem como mera retórica. No entanto, uma vez que estes termos encontram seu caminho em formas e práticas de arte individuais, são transformados em um empreendimento coletivo.

Mais de um mês já passou desde o Seminário. Enquanto a vivacidade das discussões do grupo continua uma memória viva, as variadas definições de cada participante dos quatro termos têm começado a se ofuscar. Em contrapartida, um membro do grupo conta de um sonho sobre o futuro dos Pontos tão exato como se fosse ontem. A história reflete a expectativa e os receios do contador sobre a transição presente do programa a partir de uma iniciativa relativamente pequena diretamente financiada pelo Ministério da Cultura para um esforço mais ambicioso financiado

e administrado pelos estados e municípios.

O sonho-história não se concentra diretamente nos Pontos. Em vez disso, ele descreve como o orixá Oxum, de repente se vê confrontada com uma parede de chamas. Temendo por sua vida, ela passa a transformar sua roupa em brilhantes lençóis de água que permitem a ela e seus filhos irem dançar através do fogo.

O centro radiante da história sugere a importância da atual autotransformação. Também comemora a força de uma imaginação que as fórmulas não podem conter totalmente. A política ou estratégia de Oxum para enfrentar o fado em toda a sua fúria, para unir-se com seus filhos em uma dança de desafio. A história fala em uma linguagem lírica que transcende uma determinada ação (o movimento através das chamas, neste caso) para afirmar que a poética luminosa é a vida do grupo. Hoje, sempre que ouço sobre os desafios enfrentados pelos Pontos de Cultura vejo as saias onduladas de Oxum e o véu cintilante de pérolas como gotas de água. Acho que o orixá e o seu povo capturados na dança são ao mesmo tempo um esforço calculado de sobrevivência e uma alegre afirmação da liberdade que tem brilhado desde o início no coração dos Pontos.

¹ Candace Slater é professora de Literatura Brasileira na Universidade de Berkeley, Califórnia, autora de sete livros, entre os quais *A vida no barbante* (sobre o cordel), *Trail of Miracles* (sobre os milagres de Padre Cícero) a *Alexandre Bandeira*.

7. PROGRAMA CULTURA VIVA: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A METÁFORA DA ALTERIDADE



CLAUDIA DE SOUSA LEITÃO¹

O conhecimento ocidental buscou, ao longo dos últimos séculos, compreender o outro a partir de uma lógica de dominação. Compreender significou, durante a Modernidade, controlar para subjugar, assimilar para aniquilar, neutralizar para tornar toleráveis as diferenças. O Brasil é um país marcado pelas diferenças: de um lado, pela sua impressionante diversidade cultural, de outro, pelas imensas desigualdades sócio-econômicas entre suas regiões. Por isso, analisar o Brasil sempre será uma tarefa espinhosa, especialmente análises propostas pelas disciplinas modernas que legitimaram, a partir do século XX, as existências do Estado e do Sistema Capitalista. Refiro-me, respectivamente, à Sociologia e à Economia. À Antropologia, coube a tarefa de mergulhar nos aspectos desconcertantes da alteridade humana. Coube-lhe estudar as culturas, assumindo em seus estudos e pesquisas todas as provocações, as aflições, os paradoxos e os estranhamentos delas decorrentes. Devemos, felizmente, às artes e à literatura, as melhores interpretações sobre o Brasil.

A alteridade compreende julgamentos de valor, a aproximação com o outro, o conhecimento do outro. Rimbaud dizia uma frase sugestiva a esse respeito: “Eu sou um outro”. Na afirmação do poeta francês podemos depreender o quanto para a existência do eu, o outro é necessário: “O eu e o outro não se confrontam como duas entidades autoconsistentes e isoladas uma da outra. A complexidade de sua relação vem do fato de que o outro intervém de muitas maneiras na gênese do eu e

se fixa nele... O outro, portanto, não se encontra, somente no exterior, mas, também, dentro do indivíduo. O outro sempre se encontra incluído em todas as expressões do eu” (Wolf in Mendes: 2003, 207).

A necessidade de conservar o estrangeiro no interior do “eu” é substrato do ethos brasileiro. Os brasileiros do litoral, das serras, dos sertões e das veredas sabem que suas vidas se constroem cotidianamente através da sua existência com os outros. Os brasileiros das periferias, das favelas, dos assentamentos rurais, dos vilarejos de pescadores, dos quilombolas ou das reservas indígenas possuem uma espécie de consciência primordial que os funda e os refunda incessantemente: vivem e resistem a partir da experiência cotidiana do auto-estranhamento. Por isso, o Brasil é território complexo que não reivindica validades exclusivas ou interpretações dogmáticas acerca do “real”. Afinal, como diria Guimarães Rosa: “o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. O exercício de auto-estranhamento nos incita a refletir sobre o que somos, sobre o que excluímos de nós e o que nos falta, ou ainda melhor, sobre o que poderemos vir a ser.

A compreensão reduzida dos significados da cultura contribuiu para a ausência de políticas públicas culturais no Brasil. Ao mesmo tempo, na agenda de desenvolvimento nacional, a cultura não se traduziu em políticas de Estado, capazes de definir diretrizes e programas que contemplassem uma concepção mais ampla do fenômeno cultural, especialmente

no que se refere à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. O resultado disso é que não conseguimos, ainda hoje, esboçar um modelo de desenvolvimento que leve em conta nossa diversidade cultural, compreendendo-a como substrato para o desenvolvimento local e regional, como cimento para a dignidade, cidadania e auto-estima. Pelo contrário, historicamente nossas expressões culturais foram ora desprezadas, subestimadas e reprimidas, ora apropriadas por ideologias e projetos político-partidários, ora consideradas um privilégio para eleitos.

Marilena Chauí (2007,46-47) adverte que, para aceitarmos o desafio da democratização da cultura, necessitamos inicialmente de uma nova cultura democrática, pois a democracia tem sido reduzida a um regime político dito “eficaz”, tornando-se mera protetora das liberdades individuais e perdendo a grandeza de seu fundamento: a existência dos contra-poderes sociais, condição necessária para a criação de novos direitos. Por isso, os caminhos para a democracia e a equidade no campo da cultura nos países latino-americanos são difíceis, especialmente no Brasil, cuja sociedade é marcada pela desigualdade e pelo autoritarismo. Por isso, os chamados ‘direitos culturais’ continuam, anos depois da promulgação de nossa Constituição de 1988, em busca de sua positivação. E qualquer análise, mesmo superficial, sobre o papel do Estado brasileiro no combate às desigualdades sociais, acabará por concluir que o Brasil é ainda um país de excluídos. O mais dramático na ausência de acesso aos bens e serviços culturais é que esta exclusão não é somente de natureza material,



mas produz outras marginalidades imensuráveis, afastando do homem sua capacidade de imaginar, criar, conhecer, partilhar, experimentar, inovar e pertencer. Enfim, a ‘democracia cultural’, e sua função estratégica para a cidadania, o trabalho e a qualidade de vida, ainda constitui menos um Estado responsável do que uma retórica vazia, bastando para isto se constatar o desprestígio e invisibilidade do campo cultural, marcado ora por frágil presença institucional, ora por pequenos orçamentos.

No campo da política, a atenção dada às políticas públicas federais, estaduais e municipais, na área cultural, também foi historicamente insignificante. Embora presentes nos palanques dos candidatos ao legislativo ou ao executivo em nosso país, os discursos sobre cultura não se reverteram, ao longo do tempo, em projetos de lei capazes de garantir políticas culturais voltadas à descentralização, inclusão e democratização dos bens e serviços culturais. Se no Brasil já se reconhece a estabilidade de princípios e diretrizes para uma

política econômica, o mesmo ainda não ocorreu no âmbito de uma política cultural. No campo científico, o fenômeno também se repete, constatando-se pouca produção acadêmica no setor, assim como lacunas de natureza teórico-metodológica nas pesquisas produzidas, que, por sua vez, contribuíram para a escassa produção de dados necessários à consolidação do setor. No campo artístico, a compreensão acerca dos significados das políticas públicas para a cultura também é incipiente, em função, de um lado, das carências de formação do campo cultural, e, de outro, da inexistência de um sistema nacional de informações culturais, capaz de subsidiar a formulação das próprias políticas.

A partir de 2003, o Estado brasileiro vem, no entanto, resgatando o seu papel de formulador de políticas públicas na área da cultura, desta feita, voltadas às demandas culturais da população brasileira. Ao ampliar os significados da cultura para as suas dimensões antropológica, social e econômica, o governo federal compreende a importância

da construção de um grande pacto da sociedade brasileira em torno das questões culturais. Por isso, assume que o grande desafio das políticas públicas de cultura é o de ampliar o conceito de cidadania, a qual possuiria fundamentalmente duas vocações: afirmar os direitos e deveres dos indivíduos face às suas culturas e às demais culturas; determinar os direitos e deveres de uma comunidade cultural frente às demais comunidades culturais. Só se pode construir uma política cultural, quando é garantida a livre expressão de indivíduos e comunidades, assim como os meios para que esses estabeleçam objetivos, elejam valores, definam prioridades, controlando, enfim, os recursos disponíveis para alcançar seus objetivos, a partir de suas crenças e valores (Leitão, 2009, 45).

A partir do Governo Lula, o Brasil retoma o desafio da construção de um Plano Nacional de Cultura, não mais a partir do argumento da unidade nacional ou da segurança, mas por compreender o papel estratégico da diversidade cultural no cenário nacional e internacional. Por isso, apóia a Declaração Universal da Unesco de 2001 sobre a Diversidade Cultural, prestigiando o diálogo intercultural entre as comunidades e povos, oferecendo substrato à criação de políticas afirmativas para as diversas regiões brasileiras, permitindo, enfim, minorar as velhas distinções hierárquicas entre culturas eruditas e populares, brancas e negras, rurais e urbanas. As políticas de fomento ao patrimônio imaterial, presentes nas culturas tradicionais populares, vêm exemplificar um olhar mais estratégico do Estado sobre a cultura, permitindo um novo posicionamento das culturas populares diante da indústria cultural.

Sabemos que, em um mundo globalizado, a lógica do mercado produzido pelas indústrias culturais é muitas vezes nefasta, pois produz concentração de riqueza e de consumo de bens e serviços culturais, inviabilizando o protagonismo cultural de milhões de brasileiros. Sabemos ainda que o Brasil, ao exemplo de outros países em desenvolvimento, tornou-se um mercado consumidor de bens culturais assim como de tecnologias produzidas pelos países considerados desenvolvidos.

Ora, a expansão econômica e da mídia propiciada pelas indústrias culturais não beneficia equitativamente a todos os países nem regiões. A América Latina, por exemplo, não consegue se converter numa economia mundial de escala, com capacidade exportadora. O resultado é que a assimetria da globalização das indústrias culturais, além de gerar desigualdades econômicas, dá, também, lugar a desequilíbrios históricos no acesso à comunicação, à informação e ao entretenimento. Ao mesmo tempo, a hegemonia das indústrias culturais proprietárias de redes de telecomunicações, editoras ou dos canais de televisão, em geral, não possuem nenhum compromisso com processos educacionais, produzindo, de um lado, indivíduos alienados e, de outro, consumidores de produtos culturais de má qualidade.

Penso que nós, latino-americanos, brasileiros, somos dotados de especial talento para sermos bem sucedidos na tarefa de construção de um novo desenvolvimento com envolvimento, a partir da compreensão do papel estratégico da cultura. Possuímos uma “razão sensível” que norteia nosso espírito ameríndio e mediterrâneo. Em uma



tentativa poética de resgatar a etimologia de coração, Ortiz-Osés nos propõe Co-razón, a razão dupla e mestiça que concilia razão e sensibilidade, emoção e intelecto (Santos in Rocha Pitta:2005,65). Essa “educação para a sensibilidade” constitui núcleo essencial do ‘Programa Cultura Viva’ pois representa uma política pública que vai além do fomento às artes ou aos seus arranjos produtivos. Ele é fruto da convicção de que políticas culturais devem qualificar e iluminar as políticas de educação, saúde, habitação, trabalho, entre outros campos da vida humana. Iluminá-las para o cultivo dessa “razão sensível”, capaz de dar materialidade ao imaterial, de fomentar a alteridade, de valorizar a memória, enfim, de perceber que o desenvolvimento, a partir e através da cultura, trabalha com variáveis que jamais poderão ser medidas quantitativamente. É o preço do que não tem preço, como nos disse um dia Jean Duvignaud, acerca dos bens simbólicos.

Ao refletirmos sobre o ‘Programa Cultura Viva’, poderemos percebê-lo enquanto metáfora da alteridade brasileira. O Programa, especialmente a partir dos ‘Pontos de Cultura’, vem contribuindo para decifrar as estruturas simbólicas que constituem a maneira própria com a qual os brasileiros se relacionam ética e esteticamente com o mundo. No Brasil, a resistência cotidiana à morte está presente no cotidiano, seja pela teatralidade dos ritos e dos mitos, seja pela força de suas expressões artísticas e culturais. Os ‘Pontos’ simbolizam essa ritualização (através dos seus fazeres artísticos e culturais) do renascimento, da regeneração, do domínio sobre o tempo, enfim, do reencantamento do mundo.

Ao buscarmos analisar o Brasil a partir de suas políticas públicas, necessitamos, enfim, conhecer o novo patamar em que se encontram as políticas públicas de cultura e reconhecer o seu significado estratégico para a reforma do Estado Brasileiro. Os ‘Pontos de Cultura’ representam, enquanto espaços do encontro e da justaposição do arcaico e do contemporâneo (arcaísmo que não significa o que não é moderno, mas particularmente o que de eterno suscita o surgimento de novas realidades), desafios fundamentais à gestão pública, a necessidade premente da construção de novos marcos regulatórios, enfim, uma aposta inadiável na nossa criatividade.

Viver magicamente o cotidiano ou viver o cotidiano magicamente significaria considerar que Arte e Vida se equivalem. A profusão das expressões artísticas e culturais brasileiras propõe uma orientação fundamental voltada para o ‘viver com o outro’, para o ‘sentir com o outro’, enfim, para o exercício da alteridade. Afinal, na ritualização do cotidiano dos ‘Pontos de Cultura’ espalhados pelo país, resgata-se finalmente os sentidos primordiais das palavras “estética” (a esthais grega, isto é, o que compartilho com o outro a partir dos sentidos) e “ética” (criadora de socialidades e solidariedades).

O Brasil do “Cultura Viva” é, ainda, percepção mais do que idéia, experimentação mais do que produto, caos mais do que ordem, sonho mais do que gestão de recursos, fonte de solidariedades mais do que garantia da execução de metas definidas por planejamentos. Contudo, entre a desordem e a ordem, o que vejo

surgir na paisagem institucional brasileira me alegra e estimula. Vejo nascer um espaço para a eclosão de uma outra ratio, uma nova concepção de Estado, um novo processo de construção de políticas públicas. Por isso, o ‘Cultura Viva’ produz constrangimentos, suscita paradoxos, criando impasses e desconfortos para todos aqueles que insistem na velha lógica instrumental sobre a qual se desenhou o Estado e sua gestão.

Mas, os tempos estão mudando. E para melhor. Já há os que pressentem no Programa a possibilidade da produção de alternativas, metodologias, conexões e práticas inovadoras entre Sociedade e Estado no Brasil. Por isso, saudemos o ‘Cultura Viva’. E lutemos todos pela sua continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. Coleção Cultura é o quê? Salvador, Governo da Bahia, Prefeitura de Salvador, 2007.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Cultura e Municipalização. Coleção Cultura é o quê? Salvador, Governo da Bahia, Prefeitura de Salvador, 2009.

MENDES, Cândido (org) Representação e Complexidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

ROCHA PITTA, Danielle Perin (Org). Ritmos do Imaginário. Recife, Editora da UFPE, 2005.



8. OS PONTOS DE CULTURA: UM NOVO LÉXICO PARA UMA POLÍTICA DOS POBRES E DO AMOR!



GIUSEPPE COCCO¹

As ações dos Pontos de Cultura desenvolvida no âmbito do Programa Cultura Viva na gestão do Secretário Célio Turino (no MinC dos ministros de Gilberto Gil e Juca Ferreira) constitui uma das políticas públicas mais interessantes e potentes dos governos Lula (2003-2010) e, por definição, uma referência obrigatória para as políticas de radicalização democrática na América do Sul e, mais em geral, no âmbito dos movimentos de democratização da globalização.

Vários são os elementos da política dos Pontos de Cultura que indicam suas dimensões inovadoras e potentes. Os que nos parecem mais expressivos são os seguintes: Trata-se de uma política de radicalização democrática, pensada e implementada para funcionar de maneira radicalmente horizontal: de baixo para ... baixo (e não para cima!). O "fundo público" é mobilizado por meio de um mecanismo de editais (de concursos públicos) que não visa fomentar e/ou produzir "cultura" segundo prioridades governamentais, mas reconhecer a produção cultural que já existe. Por meio desse mecanismo, os recursos mobilizados pelo MinC são postos à disposição dos movimentos culturais (que se constituem como Pontos e como redes de Pontos – por meio dos "Pontões") para que eles possam dar continuidade e estabilidade às suas próprias dinâmicas de criação.

Assim, a política dos Pontos de Cultura apreende a produção cultural a partir da dinâmica dos movimentos culturais. A política dos "Pontos de Cultura" evita ao mesmo tempo a reprodução da

cultura elitista, bem como sua variável especular e espetacular da cultura de massa. Contudo, ele evita também as armadilhas ideológicas do "popular". Reconhecendo a produção cultural que já existe na sociedade, o MinC operou uma inflexão política de grande porte: a democratização não apenas acontece pela definição de um marco público e transparente de política cultural (o que já seria um grande avanço), mas também pela abertura às dinâmicas de criação que são também o fato dos movimentos de resistência: é nesse sentido que o programa no qual se inscreve a Ação dos Pontos de Cultura não poderia ser mais adequado: Cultura Viva versus a hegemonia da cultura morta da espetacularização erudita e versus as identidades homogêneas de um "popular", supostamente contra-hegemônico. O programa funciona também como espaço de construção de redes dos movimentos culturais e pontos de cultura entre si. A rede virtual se atualiza nas atividades dos Pontões e, pelo menos uma vez por ano, nos encontros da Teia e outros seminários e encontros, o debate político e teórico é completamente atravessado pela própria dinâmica da produção cultural: os encontros são eventos, multiformances de resistência e criação. Os Pontos de Cultura funcionam como referências para as políticas de radicalização democrática em geral: por isso eles viraram referência no caso do Fórum de Mídia Livre onde foi lançada a proposta dos Pontos de Mídia Livre que, em seguida, tornou-se uma ação do próprio MinC. A política dos Pontos de Cultura pode tornar-se uma referência geral para as políticas de mobilização produtivas dos territórios, inclusive no que diz

respeito à luta pelo reconhecimento e a proteção dos trabalhadores informais das grandes metrópoles brasileiras.

Diante da riqueza da experiência e do enorme potencial que ela contém, precisamos apontar para os desafios de sua consolidação e seu desenvolvimento. Podemos resumir estes desafios em duas grandes linhas: a consolidação da ação e, pois, sua permanência na forma de Lei (de Estado); o desdobramento político e conceitual da ação dos pontos de cultura para que ela vire uma referência geral.

No que diz respeito à consolidação, nos parece que a transformação da ação em Lei e a "estadualização" dos editais constituem dois momentos adequados para fazer com que os novos governos se sintam comprometidos a lhe dar uma continuidade adequada. Da mesma maneira, o fato que os Pontos de Cultura tenham se tornado a base de uma medida parecida voltada ao MERCOSUL e se pense neles em outros países só pode reforçar as perspectivas de continuidade para além dos "ciclos políticos". Contudo, nos parece que a formulação desse objetivo (correto) de transformação dos Pontos em uma "política de Estado" está repleta de ambigüidades e paradoxos: em primeiro lugar, porque corre-se o risco de – visando a continuidade – "corromper" a própria dimensão política da proposta, ou seja, esvaziar e reduzir uma das características fundamentais dessa ação: a de ser uma política de radicalização democrática (horizontal) e não uma política de Estado (necessariamente vertical).

Em segundo lugar – e de maneira

¹ Giuseppe Cocco é professor titular da UFRJ e pesquisador do CNPq. Formado em ciências políticas, possui doutorado em História Social pela Universidade de Paris 1. Publicou vários livros, o último deles é MundoBraz: o Devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil (Record 2009), com Antonio Negri publicou GlobAL: biopoder e luta em um América Latina globalizada (Record 2005), com Tarso Genro publicou Mundo Real (LP&M 2008).

complementar – acaba se atribuindo ao Estado (e, o que é pior, legitimando) uma dimensão transcendente da qual derivaria a continuidade de uma política cuja dimensão inovadora está – ao contrário - em reduzir essa dimensão soberana (separada) da política. Nesse segundo caso, a invocação de uma “política de Estado” é duplamente contraditória: por um lado, afirma-se que o Estado tem um funcionamento mais público do que os governos quando a própria experiência do governo Lula indica o contrário (vide a crise de final de 2009, com as ameaças de demissões da cúpula militar para impedir a publicação do Decreto do Governo para a instituição de uma Comissão da Verdade) ou seja, o desafio continua sendo e será aquele da democratização do Estado, em direção a formas de governo cada vez mais horizontais e descentralizadas; por outro lado, nutre-se a ilusão de que a transformação da ação dos Pontos em Lei proporcione (por si só) sua continuidade, quando na realidade essa dependerá das dinâmicas de movimento, ou seja da capacidade dos movimentos culturais de ampliar suas dinâmicas constituintes, fazendo-se governo!

No que diz respeito ao desdobramento político e conceitual, é claro que estamos falando do horizonte do qual depende também a possibilidade de consolidação da política dos Pontos. Podemos resumir os desdobramentos possíveis em dois grandes eixos: o papel e a inserção da “cultura” no conjunto das atividades de governo; a qualificação política e social da política dos Pontos.

A política dos Pontos indica que a questão da cultura não se limita a uma específica cadeia de valor (aquela da indústria ou economia da cultura) que seria cada vez mais importante, mas investe no conjunto das atividades econômicas, exatamente na medida em que essas se tornam cada vez mais cognitivas e que, pois, seus processos de valorização se tornam imediatamente culturais. Isso implica, por um lado, que os recursos orçamentários destinados aos Pontos – e mais em geral ao MinC – devem ser muito mais importantes e estruturais. Por outro lado, é preciso que a política dos Pontos seja vista como uma referência geral das políticas de mobilização produtiva dos territórios, pensando a algo como a um programa de Pontos de Trabalho Metropolitanos. A política dos Pontos deve articular-se com as políticas de distribuição de renda: Bolsa Família e Pontos de Cultura, esses dois horizontes devem convergir em novas políticas possíveis de radicalização democrática.

Em termos de qualificação, a política dos Pontos permite e demanda uma renovação conceitual adequada. Muitas vezes, as categorias e as noções mobilizadas no âmbito do próprio MinC dão conta apenas parcialmente do nível de inovação político-teórica que ela expressa e representa. Por exemplo, a ênfase na diversidade cultural constitui um avanço importante com relação aos referenciais tradicionais de uma cultura nacional e homogênea, mas o pluralismo da “diversidade” não deixa de se manter numa perspectiva de identidades excludentes. Por diversas que elas sejam, as culturas

não deixarão de constituir as peças de um mosaico (aquele do multiculturalismo e de seu governo .. da diversidade) de comunidades fechadas. Nada a ver com a realidade múltipla de movimentos culturais que funcionam por sampleamento e mixagem antropofágicos, bem como na experiência do tropicalismo, do funk carioca ou do tecnobrega paraense. Aquela dos Pontos é uma política do comum que reconhece a multiplicidade dos movimentos culturais: as múltiplas singularidades dos movimentos de resistência e criação passam, por meio e dentro da ação dos Pontos, a cooperar entre si, numa esfera política que não é nem aquela do mercado (privado) nem aquela do Estado (pública), mas aquela do comum: não por acaso, os Pontos são atravessados pelos temas da crítica da propriedade intelectual e do copyright! Reencontramos aqui a dimensão paradigmática dos Pontos: trata-se de uma política do comum voltada ao reconhecimento da potência produtiva constituída pela multidão dos pobres, uma potência que tem como motor o amor: ou seja a própria dinâmica da produção cultural como produção de sentido e alegria. Na política do comum, a multidão dos pobres afirma sua potência e o devir-Brasil do mundo nos permite de pensar um devir-pobre do mundo, ou seja uma produção de riqueza cujo sentido é imanente às formas de cooperação e conhecimento (amor) entre as singularidades que se mantêm tais.



9. O PROGRAMA CULTURA VIVA: RIQUEZA E DESAFIOS NA GESTÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

LIA CALABRE¹

Os olhares e as abordagens sobre o Programa Cultura Viva e os pontos de cultura podem ser tão diversos quanto são as ações desenvolvidas através das instituições conveniadas. A ideia desse pequeno artigo é a de traçar uma análise panorâmica sobre as potencialidades do Programa e dos problemas que se apresentam ao Estado, como gestor de uma nova política.

O Programa é inovador no foco da ação e na abrangência, tornando-se uma espécie de laboratório de novas experiências, potencializando práticas culturais locais, criando possibilidades de ampliação das atividades. A expressão ampliação, aqui utilizada, diz respeito tanto à intensidade da realização das ações culturais, quanto à participação do número de envolvidos pelas atividades, chegando até à questão da circulação dos produtos. É importante assinalar que produto significa o resultado de um trabalho ou atividade ao qual se pode, ou não, atribuir valor de mercado, monetário.

Dentro do conjunto dos Pontos de Cultura hoje conveniados, podem ser encontradas ações que envolvem as mais diversas linguagens artísticas – música, teatro, artes plásticas, dança – e os mais diferentes saberes e fazeres, trabalhados a partir de visões e lógicas operativas que vão desde as formas mais seculares às mais contemporâneas. O Maracatu e o coco convivem com o hip hop e street dance; a banda de pífanos com a discotecagem; a xilogravura com o e-text; as

gravuras com os filmes feitos no celular; as aldeias com os centros urbanos; todos – ainda que com maior ou menor intensidade – participando de redes virtuais e encontros presenciais, nas mais diversas regiões do país.

O Programa surge como uma incrível oportunidade de ampliação do campo de ação de diversas dessas atividades e de promoção de diálogos e trocas de experiências em âmbito nacional e internacional. É um Programa de sucesso que revelou uma série de brasis que nunca estiveram “nas telas da tv” – ainda o principal lugar através do qual parte significativa do país se conhece e se reconhece. O grande desafio que está colocado é o de como trabalhar com essa força criativa, que foi, até então, mantida fora do campo das políticas públicas. Os princípios-base do Programa são a autonomia, o protagonismo e o empoderamento, partiremos deles para colocar em cena algumas questões.

A autonomia é a capacidade de governar-se pelos próprios meios, direito de tomar decisões livremente. Um projeto é tanto mais autônomo quanto menor for a sua dependência de recursos financeiros de terceiros, quanto ele puder gerar seus próprios recursos. Esse é um dos primeiros problemas a serem enfrentados coletivamente pelos gestores do Programa (no nível do governo e no dos próprios Pontos de Cultura). O campo da produção cultural engloba tanto atividades financeiramente rentáveis, como outras não comercializáveis. Alguns Pontos de Cultura vêm desenvolvendo produtos e tecnologias que contribuem na manutenção financeira da instituição. Outros vêm conseguindo somar aos recursos disponibilizados pelo

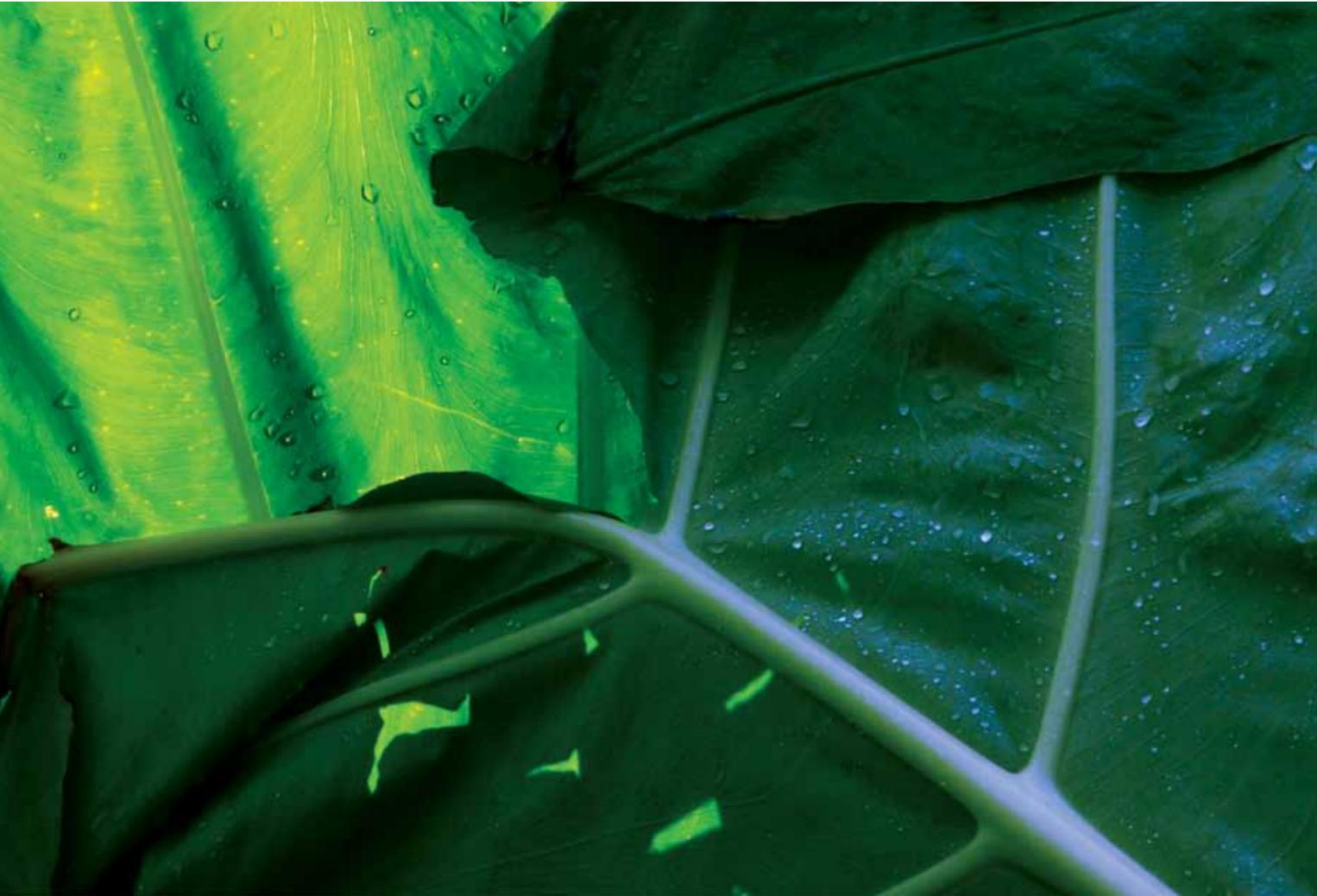
Programa, os de fontes diversas, como prêmios, parcerias, convênios com outros órgãos públicos. O processo de repasse de recursos públicos de maneira contínua e ininterrupta para instituições da sociedade civil, não costuma ser bem sucedido no país, mesmo na área da assistência social (de atendimento a idosos, crianças e populações em situação de risco). Tais projetos estão sempre sujeitos às alterações oriundas do processo de descontinuidade política típico da troca de governos no país. Algumas dicotomias se apresentam na busca da garantir autonomia para as iniciativas apoiadas, tais como: a de profissionalizar as atividades culturais tradicionais afastando-as dos objetivos originários e a da opção por atividades valorizadas pelo mercado. Por outro lado também é perversa a situação de dependência infinita do repasse de recursos do Estado.

O segundo princípio é o do protagonismo. O Programa foi elaborado de maneira a permitir o livre gerenciamento das atividades. O edital prevê alguns pré-requisitos, que ao serem cumpridos e ter o projeto aprovado os gestores tem liberdade de utilização dos recursos. A forma da utilização dos recursos estará vinculada a proposta de atividades apresentada no projeto, o acompanhamento da utilização dos recursos é feito de maneira pontual. Os maiores problemas surgem no final do convênio. Este procedimento tem seu lado positivo e o negativo, na medida em que a autonomia das decisões é um elemento importante, mas, efetivamente limitado, pelas regras legalmente estabelecidas de utilização de recursos públicos. A principal consequência é uma de inadequação da proposta de gerenciamento de recursos

financeiros estabelecida pelo Programa às formas tradicionais de investimento público, convênios e repasses. Quanto maior o percentual de recursos públicos utilizados nas atividades, mais restrições nas formas de utilização enfrentarão as instituições e grupos conveniados. Potencializar, valorizar, reconhecer publicamente a importância de uma determinada atividade ou ação são determinantes para a efetivação do terceiro princípio que é o do empoderamento. Dentro de uma sociedade desigual, capitalista, na qual, cada vez mais, nos tornamos cidadãos a partir da nossa capacidade de consumo, como sugeriu Nestor Garcia Canclini, ações que reconheçam o valor das atividades culturais ditas periféricas são fundamentais. Nós, brasileiros, estamos ainda muito marcados por uma herança colonial, na qual, o externo, o outro, é melhor do que o nosso. A relação de centro / periferia se reproduz de micros e macroambientes ou regiões. O processo de reconhecimento do valor de uma atividade pelo Ministério da Cultura, através de um processo de conveniamento, termina agregando um significativo valor as atividades. A partir de agora mais do que fornecer chancelas de valor e reconhecimento o desafio é o de contribuir para o processo de auto-reconhecimento e auto-valorização.

O Programa abriu trilhas para um novo caminho no campo da elaboração das políticas públicas de cultura. Agora é necessário pavimentá-las, construir pontos e acertar os desvios, para que estas se tornem uma verdadeira estrada cultural Brasil à dentro.

¹ Lia Calabre é pesquisadora e chefe do setor de estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa e professora da UCAM e da FGV/RJ. Formada em história, com mestrado e doutorado em história social pela Universidade Federal Fluminense. Organizou vários livros, o último deles é Políticas Culturais: reflexões e ações (Observatório Itaú Cultural e Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009). Tem vários livros publicados, sendo o último deles Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. (Ed. FGV, 2009)



10. SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA VIVA

MARIA BENITES¹ E BERND FLICHTNER²

Solicitaram-nos um depoimento pessoal, assim tentaremos transcrever a experiência (desde a perspectiva de Walter Benjamin) que foi a de participar do Seminário Internacional Cultura Viva em Pirenópolis. Esclareço que o nós é porque Bernd Fichtner e eu compartilhamos essa experiência e ambos assinamos esse texto.

O convite do Secretario Célio Turino é sempre irrecusável, desde a Teia de 2007 acompanhamos seu trabalho com interesse, curiosidade, entusiasmo e, porque não, admiração com o que nos parece ser um projeto de real, concreta e verdadeira redemocratização da cultura. Esta redemocratização é real e verdadeira porque é de baixo para cima.

A experiência da Teia, em 2007, foi um shock, um verdadeiro shock de

liberdade, de criatividade, de algo que dificilmente conseguiremos descrever. Na Europa temos inúmeras atividades culturais, museus, concertos, bibliotecas, livrarias, etc., então não nos surpreende a chamada cultura universal, o que nos deixou “sem fôlego nem alento” foi a maravilha do descobrimento de uma outra cultura que não tínhamos noção que existia no Brasil. Durante a semana da Teia, submergimos em um céu de liberdade, banhados e abençoados por centenas de novas formas de representação de um povo tão diverso como o povo brasileiro. Foi uma experiência inenarrável. Não queremos citar nenhuma atividade em especial, seria injusto, porque tudo, absolutamente tudo o que vimos no deixou com a sensação de que tínhamos que rever conceitos que mais pareciam pré-conceitos ou pré-juízos.

Os Pontos de Cultura são em si e de per se “re-evolucionários” eles partem de uma real apropriação da cultura (com o significado do termo apropriação da perspectiva de A. Leontiev*) que naturalmente existe no povo, nas suas comunidades. Esta

cultura construída historicamente e com o apoio do Estado, este não como um “doador” mas como colaborador, permite uma re-evolução, que se solidifica, se difunde e se aprofunda nas suas propostas. Cada Ponto tem a sua própria gênese e sua própria evolução. O Programa Cultura Viva, colabora em dar subsídios tanto materiais quanto tecnológicos, tanto teóricos como de gestão. E os Pontos explodem em uma sinfonia de linguagens e propostas que dificilmente as palavras poderão descrever.

Assim, quando chegou o convite, rapidamente aceitamos, não havia o que pensar ou questionar, foi uma alegria, um prazer enorme ver que fomos chamados para participar de um evento em que “queríamos” ser participes, observadores, colaboradores.

E aí começaram as surpresas. Perguntamos: Qual ia a ser nossa participação? Deveríamos preparar palestra? Seríamos debatedores? Teríamos que fazer alguma observação ou avaliação?

Não. Simplesmente tínhamos que CO-LABORAR junto com outros acadêmicos, gestores e atores dos Pontos de Cultura.

Quando desembarcamos em Brasília, a caminho de Pirenópolis, tínhamos um sentimento semelhante àquele que temos quando a gente desce do avião num país do qual não conhecemos nada, do qual não temos idéia de como nos devemos comportar. Nossa ingenuidade foi total. Parecíamos camponeses entrando no Museu de Pérgamo em Berlin.

Todos os anos vamos ao Brasil por 4 ou 5 meses, conhecemos a realidade brasileira de perto, porém nunca tínhamos participado de uma proposta semelhante. Proposta onde não haveria protagonismo individual, não haveria autoria singular, seríamos sujeitos em frente a uma discussão sobre um projeto empírico produzindo conjuntamente.

Esperamos ansiosamente a Abertura, para ver como seria a Abertura de um Seminário tão diferente no Brasil, na Alemanha já tínhamos na Universidade experimentado este tipo de Seminário onde não existe hierarquias entre estudantes, doutorandos, professores e doutores. Mas era algo fechado, com pouca participação, só sobre um tema.

A Abertura foi realmente um abrir portas para um modelo de comunicação sem ruídos nem interferências. Falou o Célio Turino com aquela singeleza dos iluminados (não é rasgação de seda, é verdade!), falou Silvío Da-Rin, citando veladamente o mais importante artigo de Walter Benjamin, e onde este artigo é concretizado nos Pontos de Culturas da Cultura Digital, a verdadeira inclusão digital, aquela que vai permitir desmitificar a mídia, a indústria do entretenimento, que vai democratizar o direito a representação.

Palavra interessante esta de REPRESENTAÇÃO: Ato ou efeito de representar. / Exposição, exibição. / Idéia que concebemos do mundo ou de uma coisa. / Ato de representar, de desempenhar papéis em teatro: representação de uma comédia, de um drama. / Reprodução por meio da escultura, da pintura, da gravura: representação de uma batalha. / Reclamação ou protesto a uma autoridade. / Importância de um cargo, de uma posição pública etc.

Também poderia ser apresentar novamente, ser apresentado por outro, mas não é reapresentação, é representação a palavra que interessa. O cinema e a fotografia

são formas de representação de uma realidade recortada. Quando estes sistemas de representação são convertidos em instrumentos de ideologias de elites, são sistemas deformantes e alienantes (do ponto de vista marxista).

Sentados ouvindo atentamente as palavras dos responsáveis, várias vezes os olhos ficaram marejados, toda nossa vida lutamos para que estas idéias finalmente encontrassem um lugar definido no mundo concreto daqueles que constróem o mundo, aqueles que são donos só de sua própria vida, aqueles que dando a vida tem tão pouco direito a vivê-la.

A Abertura terminou numa ciranda onde uma jovem, que depois fui conhecer e que é maravilhosa, encabeçou um “trenzinho” que foi se fechando em um caracol. O mais emocionante é que ela carregava o seu filho e, no final, ficou o bebê como centro de toda essa multidude de pessoas que trabalham na cultura, pela cultura e com a cultura. Nunca o conceito de “multitude” de Spinoza foi tão vivo, tão real e tão poético.

A metodologia do Seminário tinha previsto convidar 60 acadêmicos, 60 gestores e 60 representantes dos Pontos de Cultura.

No dia seguinte começaram os debates. Pessoalmente eu, Maria Benites, escolhi o tema Arte e Cultura, a maioria eram gestores e representantes de Pontos de Cultura. Não dá para descrever tudo o que foi visto e vivido, nossa idéia era que talvez os tantos anos de Universidade pudessem servir para dar algum enriquecimento aos debates, mas saímos absolutamente humildes e enriquecidos pela práxis admirável dos representantes dos Pontos de Cultura e pela clareza dos gestores do Minc.

No segundo dia tínhamos que nos programar para apresentar a os outros nosso debate, os problemas levantados e possíveis perspectivas. Foi uma apresentação interdisciplinar de artes, não entrou a palavra, só numa poesia e no texto de uma canção, para mim, acostumada a palestras, work-shop, seminários com professor na frente foi uma experiência maravilhosa. Trabalhei muitos anos com Artes Visuais como curadora e crítica. Poder experimentar as linguagens da Arte por meio do teatro, da música, do ritmo foi algo, repito, maravilhoso e inesquecível. No terceiro dia seriam as apresentações, aí aprendi muito mais ainda, constatei que a liberdade tem

voz e voto, a liberdade é inteligente e criativa, a liberdade é a alegria de viver. Surgiram alguns problemas para serem resolvidos. Foram apontados caminhos, a crítica foi livre e construtiva, real e concreta, todos sentimos que estávamos avançando numa direção comum e coletiva. Foi esse o espírito dos três dias, a construção de algo comum para dividir com outros comuns, onde o importante não era o poder senão o dês-poder de uns em benefício de todos. E difícil, muito difícil, deixar de estar entusiasmados, tentar ver neutra e friamente algo que toca o mais humano de nós que é o sentimento de pertencer, de que nossa diversidade é para nos juntar e não para nos separar, que todos são aceitos porque todos são necessários. Onde a curiosidade pelo outro era a consigna, onde não se perceberam rusgas de poder ou de hierarquização. As habilidades e possibilidades eram múltiplas como múltiplos os caminhos a serem seguidos. O Seminário procurava não era a homogeneidade e sim a des-problematização da diversidade. A extinção da serialidade homogênea matadora de culturas. De todos os problemas apresentados para procurar soluções e perspectivas, o problema que sentimos que podíamos colaborar foi o de que forma criar um novo dicionário para os Pontos de Cultura, porque as

palavras que foram usadas ficaram pequenas, ou foram recriadas pelos próprios usuários mostrando mais uma vez que a palavra nos cria e nos recria. Criar um léxico ou vocabulário específico para uma nova práxis cultural, para uma nova forma de ver relações sociais emergidas no âmbito da cultura.

Pediram-nos uma ou duas folhas, vamos então a encerrar por aqui, mas teríamos muito, mas muito mais a dizer. Para finalizar deixamos como depoimento que foi um dos Seminários mais ricos e mais dinâmicos do qual que participamos.

A proposta metodológica foi impecável, mas o que mais aplaudo, respeito e me congratulo é com o Programa Cultura Viva como um todo, não conheço projeto semelhante em todo o mundo, porque ele tem três qualidades que geralmente nunca vêm juntas:

1. Proposta Política Estatal ou Pública clara e consistente

2. Real colaboração entre Comunidade e Ministério da Cultura

3. Respeito profundo à diversidade cultural, religiosa, étnica e social. Em fim, esperamos que este projeto tenha a continuidade porque o Brasil merece!



¹ Lia Calabre é pesquisadora e chefe do setor de estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa e professora da UCAM e da FGV/RJ. Formada em história, com mestrado e doutorado em história social pela Universidade Federal Fluminense. Organizou vários livros, o último deles é Políticas Culturais: reflexões e ações (Observatório Itaú Cultural e Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009). Tem vários livros publicados, sendo o último deles Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. (Ed. FGV, 2009)

11. O FUTURO JÁ É AQUI!

AOLO BUCCIERI¹

É novembro de 2009 e eu me encontro passeando por Brasília, uma cidade em desacordo com o conceito europeu – italiano - de cidade. Encontro uma metrópole com a dimensão de uma capital europeia com mais de dois milhões de habitantes, construída em apenas 41 meses - entre 1956 e 1960. Poucos anos, a partir de um território semidesértico, surgiu uma estrutura eficiente, com um tecido urbano futurista que perturba as coordenadas perceptivas de um viajante Europeu.

Andar por Brasília é um pouco como estar em um livro de Isaac Asimov, ou melhor, de Philip K. Dick: diferentes níveis de estradas e rampas, edifícios com formas excêntrica e cativantes, avenidas com várias faixas que ao anoitecer permanecem quase desertas. A cidade fascina por sua abstração do tempo e assusta pela extensão e pelo excesso de espaços superdimensionados. Há alguma coisa de artificial no ar, algo não

natural: parece que a história não passou por ali. E acima de tudo, há a falta de um centro – como em algumas outras cidades do Brasil - elemento crucial para o conceito de cidade em toda a Europa.

Sou convidado, como observador internacional do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, no município de Pirenópolis, no período de 18 a 20 de novembro. É uma pequena cidade colonial, distante à uma hora de Brasília. O objetivo do Seminário é estimular a reflexão crítica sobre as diretrizes conceituais traçadas pelo Programa “Cultura Viva” do Ministério da Cultura do Brasil.

Chego a Pirenópolis no dia 19, onde espero encontrar mais um dos muitos maçantes seminários internacionais nos moldes que já participei - tradicional e estruturado de acordo com o formato clássico: uma mesa de discussão e uma platéia de participantes. Mas a surpresa é grande. O formato do Seminário presume, como está escrito em sua proposta “uma contraposição de linguagens e estéticas

reunidas em dois espaços: Círculo de Convergência e Grupos Aglutinadores”. Não entendo bem e estou intrigado.

Depois de me registrar, começo a vagar entre as salas onde se encontram os vários “Grupos Aglutinadores” - são grupos de 20-30 pessoas subdivididos por temas como Arte e Transformação, Cultura Digital, Cultura e Juventude e muitos outros mais. Tais grupos são compostos por representantes de iniciativas culturais promovidas em todo o território brasileiro, que se encontram dialogando, trocando experiências sobre as ações realizadas, sobre seus trabalhos e discutindo suas iniciativas comuns.

Eu não tenho tempo para descobrir em que sala entrei, qual tema é tratado, mas sou imediatamente tragado, incorporado e convidado a juntar-me ao grupo, que, reunido num círculo ao centro da sala, inicia um ritual de aproximação e de agradecimento guiado por uma sacerdotisa do Candomblé.

Embalados pela cadencia do canto,

ritmados pelo tambor abraçado por uma religiosa participante do grupo, têm início os movimentos rituais que a Mãe de Santo apresenta aos membros do círculo. Eu não tenho idéia de qual seja o tema tratado pelo grupo mas percebo a dinâmica subjetiva da reunião: nenhuma abordagem formal, nenhuma divisão entre a mesa e a platéia - a inexistência do padrão interlocutor e espectador - mas ao contrário, ao invés de desempenhar um papel de liderança há um compartilhamento total. Todos são interlocutores, estão no mesmo plano. E ainda mais. Utilizam dinâmicas de grupo que vem de outras culturas, reconhecendo a importância do ritual afro-brasileiro como elo propício a um resultado concreto. Continuo a minha jornada em novas salas onde são realizadas reuniões com outros grupos. Alternam os temas, os argumentos, mas a forma não muda. Os participantes são informais das vestimentas aos diálogos. Todas as experiências e projetos expostos ilustram um panorama cultural amplo e diversificado, mostrando a imensa dimensão do Brasil, não tanto do ponto de vista geográfico, mas especialmente, como uma coleção multicolorida e brilhante de vidas, diferentes modos de existir que produzem idéias culturais articuladas e imaginativas.

Estou no dia seguinte e participo do Círculo de Convergência - lugar de discussão e do confronto de propostas - mais uma vez fico impressionado com a dinâmica que ocorre. Um grande ritual coletivo, conduzido por Mães de Santo de várias regiões, abre e fecha o debate de onde participam mais de cem pessoas, entre representantes indígenas, quilombolas, acadêmicos, pesquisadores e Secretários do



Ministério da Cultura presentes no Seminário. Todos juntos envolvidos na performance, igualmente participando da dança e dos debates que se alternam. É uma festa, a festa como elemento de celebração de um sucesso apoderado e dividido por todos os membros do grupo, a festa como linguagem compartilhada entre índios, representantes do poder público, intelectuais, quilombolas. Vivo dias de convivência, todos os participantes estão hospedados no mesmo local: o que gera durante as horas de lazer e nas ocasiões de “convívio” - no sentido latino de “banquete de sabedoria” – uma rica experiência de abastecimento de conhecimento sobre o “Programa Cultura Viva” e, as possibilidades sementeas no desenvolvimento do seu processo. Das mais remotas periferias do território brasileiro brotam como flores “Pontos de Cultura”, que digitalmente interligados, oferecem um conteúdo de alta qualidade social, cultural e de valorização do imenso patrimônio étnico do Brasil. Um Brasil “de baixo para cima”, como sugere o subtítulo do livro de Célio Turino (Secretário de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura) apresentado durante o seminário.

Chego à noite em meu quarto do Hotel e mergulho na emoção de ler um livro no qual o autor - um dos principais promotores do sistema de “Pontos de Cultura” - ilustra o processo de emancipação sócio-cultural que resgata um Brasil “silenciado, que era convidado antes apenas para assistir ao País inventado pelas elites brancas do sul”.

A noite é profunda, leio mais da metade do livro: também por curiosidade em entender com mais detalhes esta verdadeira revolução cultural em andamento. O sono

passou, dominado pela multidão de pensamentos que me afloram, que estimulam mais as emoções que as reflexões. Um sentimento de raiva e frustração começa a tomar lugar dentro de mim. Aquela sensação de deslocamento, a mesma que senti alguns dias antes ao caminhar pelas ruas de Brasília, onde a paisagem urbana tão diferente de meu sentido de cidade me provocou estranhas sensações. Experimento o conceito freudiano de unheimlich (“desconhecido, não familiar”) em Brasília e no Seminário - mais do que em qualquer outro lugar remoto no mundo por onde eu já tenha estado, fosse numa aldeia indígena na Birmânia ou na metrópole caótica do Cairo.

É inevitável fazer comparações com o que acontece na Itália e na Europa em geral, nos últimos tempos. Um lugar que sua Cultura única, onde a diversidade étnica e cultural é ignorada, rejeitada e relegada para as margens da ilegalidade, naquela Europa que ainda é muitas vezes vista como o berço da cultura, da civilização, do conhecimento e da prosperidade.

Minha mente é forçada a se lembrar: a recente Lei que proíbe a construção das minaretes muçulmanas na Áustria; o incêndio dos acampamentos ciganos na periferia de Nápoles; a perseguição e expulsão de 1.200 trabalhadores africanos empregados nas explorações agrícolas em Rosarno, no sul da Itália; as políticas cada vez mais restritivas da Comunidade Europeia causando centenas de mortes de emigrantes a cada ano nos mares do Mediterrâneo. Recordo-me da política obsessiva de alguns países europeus, incluindo a Itália, para salvaguardar a identidade cultural e religiosa (cristã) para evitar a possibilidade do surgimento de

uma cultura sincrética na velha Europa. E penso nos contínuos levantes de imigrantes norte africanos - das ex-colônias francesas - na periferia de Paris, que não conseguem finalizar o processo de “integração” tão desejado pela política governamental.

Já a integração, coloca-se como um conceito decrépito e obsoleto que expressa claramente a abordagem autoritária e estreita em relação ao diferente: “você só pode entrar e viver no meu País se abandonar seus traços culturais e ser como Eu, como Nós. Caso contrário, volte para sua casa!”

Como conciliar tudo isso com a perspectiva que se apresenta a mim, depois de ter observado as dinâmicas políticas e sócio-culturais em desenvolvimento no Brasil? Permaneço na expectativa das respostas pós-sono. Vou dormir e amanhã tentarei alcançar mais lucidez para refletir e discernir sobre estes aspectos. Um País crítico da questão.

Talvez a minha curiosidade antropológica me leve a enfatizar este processo de emancipação cultural? Mas como antropólogo, fico alegre em face das respostas que o Brasil está me oferecendo sobre estes aspectos. Um País que tem feito da promoção da diversidade (étnica, cultural, social e religiosa) o seu objetivo mais nobre, onde finalmente está acontecendo um verdadeiro e real processo de democratização social e cultural “para que o povo fale, cante, grite, desenhe seus sonhos e suas vontades” (Célio Turino). Que melhor realização de um sonho para um antropólogo? Que melhor aplicação de seus estudos e de sua teoria?

O FUTURO JÁ É AQUI. AGORA

EU POSSO DIZER COM CERTEZA!

Resta, no entanto, o sentimento de frustração e raiva que surge a partir da comparação das duas realidades, Brasil e Europa. Qual o limite e quais vínculos têm impedido a Europa de realizar esta tarefa no sentido do reconhecimento da diversidade? Qual o impedimento conceitual e mental que impossibilita de aproveitar o imenso potencial que reside na valorização das culturas, dos povos, das línguas, das religiões e de todas as expressões que possam surgir com isso?

Arrisco algumas respostas, mas sei que são fáceis e superficiais e que o problema deve ser muito mais complexo. Mas lembro-me o título de um livro que li na época de universidade. Um livro escrito por um antropólogo americano, James Clifford, pertencente à corrente pós-modernista da antropologia que, há muito, debateu a questão que continua a perturbar a consciência europeia (e norte-americana): aquela da defesa e da conservação dos valores culturais.

“Os Frutos Puros Enlouquecem” é o título da edição italiana do livro (The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art. Harvard University Press, 1988), título tirado dos primeiros versos de um poema de William Carlos Williams. Os frutos puros são frutos das pequenas pátrias fechadas e das comunidades que negam o confronto com o “Outro” e com o diferente. Este confronto é uma fonte de ansiedade e há dúvidas sobre quais medidas adotar a fim de preservar as tradições de seu próprio lugar.

Os frutos puros enlouquecem, e de fato são loucos.



¹ Paul Heritage é diretor artístico do People's Palace Projects, Professor catedrático na Universidade de Londres e Fellow da Royal Society of Arts. Em 2004 foi feito Cavaleiro da Ordem do Rio Branco pelo governo brasileiro no reconhecimento dos seus serviços para as relações Anglo-Brasileiras culturais. Para mais informações consulte www.peoplespalace.org.uk

² "É... esse desejo de ver e ser visto que um novo modo de ser brasileiro terá raiz", Turino em Viva Cultura: 2006, p. 17



12. SALVE! SALVE! BRASIL, UM SONHO INTENSO

PAUL HERITAGE¹

Se, como Joaquim Osório Duque Estrada escreveu no hino nacional, o Brasil é um sonho de tal intensidade, então é na cultura brasileira que este sonho se manifesta. Nenhum sonho é mais potente e sedutor do que a idéia de liberar o poder dos artistas para além do mundo fictício e imaginativo, onde a arte é geralmente contida. A fé que temos de que a arte pode curar, educar, mediar e intervir nas complexidades da vida contemporânea é familiar para muitas sociedades, mas talvez em nenhum lugar esteja esse sonho tão vivo e tão real como é no Brasil. Como tantos europeus antes de mim, eu tenho ido para o Brasil nos últimos 18 anos, porque quero descobrir o que acho que é uma falta ou uma ausência em meu próprio mundo. Eu vim para compartilhar um sonho que achamos tão difícil de segurar na Grã-Bretanha: um sonho onde as artes e a cultura ainda importam e são significativas.

Com o foco sobre os casos em que a arte tem uma função intrínseca na vida cotidiana, o Programa Cultura

Viva tem revelado o potencial dos artistas para desempenhar um papel central no bem-estar social e no desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades.

Nem todo o trabalho apoiado pelo programa está diretamente orientado para a resolução dos problemas sociais, mas nas aldeias da Amazônia ou nas comunidades marginais das cidades brasileiras, as iniciativas de artes são cada vez mais vistas pelos organismos da sociedade civil, oferecendo soluções viáveis para situações onde o Estado tem falhado tantas vezes. Quer seja na resolução de conflito, na renovação da paisagem urbana, na preservação dos recursos naturais, na inversão do declínio econômico, no salvamento de vidas perdidas para o crime e a delinquência, as artes são vistas como oferta de alternativas reais para a exclusão social, a degradação ambiental e a fragmentação cívica.

Em face de tal produtividade percebida de artistas e organizações artísticas, o radicalismo do Ministério da Cultura reside tanto naquilo que ele não faz como no

que ele faz. O Cultura Viva não tenta implementar ou programar ou produzir. Em vez disso, responde às energias culturais que são tão vitais nas maneiras pelas quais as comunidades e os indivíduos se definem e defendem. Isto é contrário à dinâmica familiar de programas governamentais que trabalham de cima para baixo, onde as agências estatais determinam prioridades culturais relacionadas com modelos pré-estabelecidos criados em resposta às realidades do passado. Apesar da falta de qualquer modelo semelhante no âmbito dos atuais modelos de financiamento das artes britânicas, o Cultura Viva encontra uma ressonância na retórica política que acompanha a busca de soluções para as sociedades de fragmentação da Europa contemporânea. Políticos de todo o espectro político estão procurando maneiras significativas em que a responsabilidade social e as prioridades da comunidade possam ser determinados em níveis mais locais e o Cultura Viva é um exemplo de credibilidade de como o Estado pode aprender a deixar ir de seu controle e a sociedade pode

recuperar o poder para trazer suas próprias transformações.

Meu primeiro encontro com as energias culturais que mais tarde me levariam para o Programa Cultura Viva veio em junho de 1991 quando eu cruzei pela primeira vez através da porta para o complexo penitenciário de Carandiru, em São Paulo. Durante a minha visita, fui convidado para o Pavilhão 9 para julgar um concurso de samba. A incongruência bizarra da minha presença e meu papel naquela tarde se empalideceu antes mesmo da mais extrema justaposição da arte alegre dos sambistas com a desumanidade das suas condições físicas. Fui apresentado naquela tarde a algo que iria sustentar as próximas duas décadas do trabalho que tenho realizado nas prisões brasileiras e além. O concurso de samba estava sendo organizado pelos presos e era uma parte da sua própria cultura, na resistência à cultura da prisão. Os homens compuseram, cantaram, tocaram e dançaram dentro da estrutura e das regras de um concurso determinado e executado por eles mesmos. Embora o evento fosse apoiado

pelas autoridades da prisão e feito possível pelos guardas, foi uma iniciativa que veio dos detentos. As músicas combinaram os desafios do amor e da vida cotidiana, e na melhor tradição do samba ofereceram momentos anárquicos e freqüentemente intraduzíveis que atravessaram fronteiras, quer do comportamento sexual ou social. Ficou claro que o evento foi comemorativo e baseado na forte participação das tradições culturais de suas próprias comunidades. Ele jogou fora tudo o que eu tinha testemunhado e iniciado no sistema penal britânico, onde eu tinha trabalhado como um artista por muitos anos. Seria impossível imaginar uma prisão britânica permitindo ou tendo a estrutura de associação que possibilitaria o concurso de samba que eu vi em São Paulo. Mas também seria difícil imaginar os prisioneiros britânicos tendo o quadro cultural em suas próprias vidas para construir essas respostas artísticas para as situações com que se deparam.

Entre essa primeira visita ao Carandiru e o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva em Pirenópolis, em novembro de 2009, tive o privilégio de trabalhar com uma infinidade de artistas brasileiros, fornecendo respostas criativas para as circunstâncias mais difíceis. O seminário foi uma oportunidade de reflexão intensa, com o objetivo específico de que os participantes olhassem para trás ao longo de cinco anos as atividades e realizações do Programa Cultura Viva. Meu próprio envolvimento com os Pontos de Cultura não tem estado, até recentemente, no nível político, mas sim com os artistas cuja criatividade desperta a imaginação e a transformação de suas comunidades.

Nos últimos dezoito anos eu trabalhei com uma gama de organizações artísticas em todo o Brasil que posteriormente se tornaram Pontos de Cultura, incluindo Nós do Morro, CTO Rio, Grupo Cultural AfroReggae, Grupo Galpão, Grupo Piollin e a Liga de Quadrilha em Rio Branco, Acre.

O tempo que passei com vários Pontos de Cultura me mostrou Brasil que, de outra maneira, teria sido escondido de mim, mas mais do que isso, seus artistas mostraram-me uma maneira diferente de ver. Célio Turino tem escrito que os Pontos de Cultura precisam ver o que está ao seu redor para que eles sejam verdadeiramente capazes de operar em um modo de troca de críticas com as suas próprias realidades

sociais e culturais². Eu também tive que aprender apenas uma forma de ver a fim de re-descobrir a vitalidade da promessa que cada um desses artistas está fazendo no programa Pontos de Cultura. O Seminário foi um lembrete de como é preciso desaprender nossas formas tradicionais de ver, falar, ouvir e aprender. As revelações e visões que foram trazidas à superfície durante os dois dias em Pirenópolis foram tanto nas estruturas da forma como trabalhamos quanto nas coisas que realmente fizemos: as revelações vieram na forma como falamos, olhamos, ouvimos e aprendemos uns com os outros. Isso foi mais do que apenas uma remoção das hierarquias tradicionais de discussões acadêmicas, embora, naturalmente, nos empurrou para uma forma de democracia cultural, que foi adequada para o programa em si. Era um lembrete do imperativo de manter um estado ativo e permanente de procura e não permanecer fixos em uma perspectiva, para acreditar que o significado está contido nos vários e muitas vezes insignificantes momentos e não nas grandes narrativas.

É inteiramente apropriado que o Programa Cultura Viva invoca entusiasmadas e animadas respostas dos políticos, acadêmicos, ativistas e artistas. Não é nenhuma surpresa que o Ministério Britânico da Cultura³ tem procurado estabelecer um programa de intercâmbio com o Brasil para 2010, que permitirá às organizações britânicas de artes aprenderem com os Pontos de Cultura⁴ e ajudar os políticos na definição de novas estruturas de financiamento. Mas para toda a importância e complexidade dos debates teóricos que são gerados pelo programa, é nos seus menores momentos que o programa é mais articulado. Ver Mateus, com dezessete anos de idade, costura lantejoulas em fantasias de maracatu em uma oficina em Tabajara, e saber que este jovem vai lá para fazer isto todas as tardes durante quatro meses do ano, assim como seu pai e seus amigos, é ver um sinal do que não pode ser visto. Mateus está costurando em uma linha entre suas necessidades históricas e desejos contemporâneos. Eu poderia ter visto outros Mateus usando as mãos, pés, cabeça, coração e imaginação em tantos outros Pontos de Cultura em todo o Brasil, mas eu achei esse Mateus com a sua agulha e sua lantejoulas no Ponto de Cultura Aprendendo com Arte em Tabajara. Originalmente criado pelo falecido Mestre Salustiano como um lar para seus quinze filhos, o



local também serve como um centro para a produção de maracatu, cavalo-marinho e uma gama de atividades folclóricas. Minhas visitas ao Mestre Salu, ao longo dos anos, foram motivadas pelas suas próprias proezas na dança, com suas lutas majestosas, peças cômicas, e do encantamento da sua música furiosa e trajes elaborados. Mas, assim tão sedutora quanto as longas horas capturadas pelos rituais que levam centenas de participantes do crepúsculo ao amanhecer, é o tempo gasto nas oficinas que preparam para estes rituais de bebida, comida, dança e teatro. Eles também são parte das necessárias, todos os dias, ações locais que traduzem a realidade e transformam o Brasil.

Como resultado do Programa Cultura Viva, as atividades no Ponto de Cultura Aprendendo com Arte agora podem fornecer pagamentos regulares e uma melhor estrutura para Mateus e para os outros nas oficinas, mas estas atividades não estão acontecendo por causa do programa. É a rede social e a organização comunitária que tornam possíveis tais atividades, independentes de qualquer programa ministerial e é de esperar

que sobreviva à sua eventual extinção ou transformação. A força do Programa Cultura Viva é que ele reconhece a sua própria impermanência e superficialidade em relação às forças que trazem Mateus para costurar suas lantejoulas. Só é possível para o Ministério ser capaz de executar este programa, porque o meio pelo qual os Pontos de Cultura criam aderência às suas atividades não é essencialmente econômico. No desenvolvimento das estruturas sociais que possam trazer quaisquer destas atividades culturais nas novas relações com outros sistemas - sejam eles do Estado ou do mercado - há perigo de que a “visão do mundo original” em que são produzidas pode não se sustentar. Se qualquer uma dessas manifestações é produzida fora de seu ciclo original, se são cooptadas pelo Estado para servir às agendas identificadas no Estado - para abordar questões de saúde, coesão social, educação - ou quando quaisquer destes artefatos, poemas e canções são produzidos no âmbito do intercâmbio econômico diferente, há um choque de mundos e uma re-significação dos sistemas de produção e recepção.

Durante o seminário, vários oradores e um fluxo de exemplos práticos reforçaram a forma transacional em que o Programa Cultura Viva trabalha em diferentes áreas da intervenção do Estado, mas é importante notar que muitas das atividades apoiadas pelos Pontos de Cultura estão em áreas em que o governo tem pouco impacto. Saúde, educação, segurança, saneamento, habitação e emprego são escassas ou inexistentes na maioria das comunidades pobres onde essas manifestações estão enraizadas, e o Estado chega com investimento financeiro em atividades culturais. Novos valores sociais são atribuídos pelo Estado em um contexto no



qual ele esteve historicamente ausente, e ainda tem de encontrar uma agência apropriada. A visibilidade de um setor estatal não parece equilibrar a escuridão em que as comunidades permanecem para outras partes do governo, nem teve o seu espaço ou talvez inclinação no seminário para tratar desse desequilíbrio. O programa enfatiza a autonomia que se mantém em cada Ponto de Cultura para o seu próprio desenvolvimento, com o papel do Estado limitado ao fornecimento de estabilidade, visibilidade e conectividade para o que já existe.

O seminário reiterou através de suas estruturas internas, bem como seus textos preparados especialmente, a importância da autonomia individual e coletiva como um indicador do sucesso inicial e contínuo de cada um dos Pontos de Cultura. Assim, artistas e organizações artísticas são incentivados a cumprir a sua própria agenda, e manter o que era seu espírito original generativo. Se o programa pode ser definido, é pela sua capacidade de aumentar o potencial destes Pontos para serem poderosos agentes dentro de seus próprios domínios, em que se definem em seus próprios termos.

A negação de uma entidade mais ativa para o Estado é inerente ao programa. Perante o fracasso do Estado em outras formas dentro da maioria das comunidades que este programa serve, produz-se uma tensão ambivalente, mas fascinante entre o intervencionismo e o protagonismo, entre direitos e responsabilidades.

O Programa Cultura Viva reconhece que, embora a organização cultural partilhe algumas características com outros modelos de organização social, há diferenças essenciais e ontológicas que marcam o valor especial da ação cultural. Os meios pelos quais as atividades de artes são geradas, as maneiras pelas quais as companhias de artistas operam, as redes e estruturas que apoiam artistas individuais, são formas de organizações não-governamentais na sociedade civil. Elas não são tão rigidamente pré-determinadas como os sindicatos, partidos políticos ou associações de vizinhança, também não têm as mesmas raízes sociais como os movimentos baseados na identidade. Em vez de tentar re-configurar as atividades culturais e organização em modelos que podem não ser adequados para o propósito, o objetivo é

promover novos conhecimentos trazendo diferentes entidades na proximidade. A ênfase é sobre a transversalidade da ação cultural e partilha da gestão e da formação dos Pontos de Cultura entre autoridades públicas e as comunidades dos participantes, usuários, artistas e outras entidades sociais. O programa é um esforço consciente para construir uma ‘capital social’ mais forte no Brasil, que prevê um papel para as políticas públicas e de governo que não olha para o controle, mas para facilitar as demandas da sociedade civil. Reconhece que qualquer resposta eficaz à atual crise brasileira dependerá em última análise da re-construção de relações sociais por, com e entre as muitas comunidades que são devastadas pelos extremos de pobreza e violência. Ao investir em Pontos de Cultura que já estão embutidos no tecido dessas comunidades, talvez exista a possibilidade de gerar o capital social necessário para tal reconstrução. A situação brasileira levanta questões importantes para os debates atuais no Reino Unido, onde as questões do modo em que as artes podem ser movidas do implícito ao explícito, e a

³ Department of Culture, Media and Sport [DCMS]

⁴ Pontos de Contato: um programa de intercâmbio de conhecimento cultural entre o Brasil e o Reino Unido. Produzido por People’s Palace Projects. Mais detalhes no www.peoplespalace.org.uk

13. TRANSE E TRANSIÇÃO, TRAVESSIA E TRAVESSURAS, TRÂNSITO E TRANSGRESSÃO

TT CATALÃO¹

Desejávamos este GA “Cultura, Tradição e Invenção”, exatamente para instalar a questão do lidar com o tradicional “pero sin perder la ruptura”, salvo oportunhol. A questão é central no salto do Programa Cultura Viva em seus inéditos desafios para 2010 e adiante. Não só o salto brutalmente físico para cerca de 2500 pontos, mas as novas relações interministeriais (o Mais Cultura), estaduais e municipais (as novas redes).

Os Pontos precisam ampliar a consciência da expressão estética como reveladora das suas pluralidades. Isso implica no mergulho da linguagem. Isso determina apropriações diversas sobre repertórios e a prática permanente do intervir, reagir, ressignificar, misturar os caldos, lidar com o externo sem medo de bicho-papão para devolver, antropofágicos, outros olhares. Desde a nova configuração dos Pontos como entidade coletiva (o Fórum Nacional criado na Teia de BH 2007) há uma busca não só de base institucional mais autônoma como a luta para se moldar a identidade que não seja redutora, mas espelho da complexidade coletiva. Mostrar que é possível outro pensar com raízes tradicionais sem dispensar novas tecnologias. Criar outros canais para estabelecer inéditas conexões: reforçar as redes que rompem paredes. Superem limites não só os impostos pelos sistemas controladores de fora, mas até os gestados nas próprias comunidades-guetos que ainda incorporem o “peso do impossível”: quebrar o fantasma da impotência.

Grupos e indivíduos sem temer o risco de desafiar até o purismo acadêmico em suas especialidades que adotam visões congelantes, estereotipadas, folclóricas, para interpretar realidades das chamadas “periferias” como mitos passivos, meros objetos de estudo. O velho ranço do popular como fetiche e expiação de culpa. O que está, hoje, em processo ativo nos Pontos é um circuito de inventar e reinventar o tradicional nos formatos que bem entender, com os suportes que bem arrumarem, na marra e no jeito que der para colocar a cara na rua. É essa a guerrilha das narrativas diversas sobre tradicionais discursos com releituras próprias (estéticas) que os Pontos começam a praticar com mais ousadia.

A primeira TEIA, em 2006, no ícone das vanguardas, o monumento da Bienal no Ibirapuera-SP, proclamou essa travessura no templo que virou terreiro. Ali todos nos tornamos Pontos de Costura. Quando as rampas consagradas pelo “moderno” viraram ladeiras do Pelô, de Olinda, dos altos das baixadas e quebradas deslocadas no desvio dos tais grandes centros. A proclamação desta primeira Teia, eclodiu como um jorro, como orgia caótica de “novos bárbaros” no pedaço. Foi um dizer barulhento do “chegamos e viemos pra ficar”! Explosão de baticuns, quando a boutique virou botequim e ficou o erudito pelo não dito. Tal rupturaCONtradição iniciou a mexida no caldeirão que ainda é novo para se obter resultados em produtos de arte diferenciados por esta marca. As Teias (SP-BH-BSB) usaram a estratégia da

ocupação territorial e política, mas, até agora, só ensaiaram a transgressão que pode vir com uma estética do popular não mais fetiche do folclore moldura do “autêntico”; promover o assalto da cultura em movimento, em processo de carne viva, aberta, no cerne do conflito, mix rural e urbano, diferente dos clássicos movimentos culturais. A idéia das Teias (os encontros nacionais de Pontos) implica na rede. Na estrutura de rede todos podem ser centros quando expressam suas realidades. Nós desatamos os nós, proclama a próxima Teia do Nordeste.

Reproclamar a República pela cultura ousou a Teia 2008, de Brasília, que fez um cortejo da rodoviária até o palácio do Planalto invadindo a Esplanada dos Ministérios. Cada nó é um centro que sustenta e justifica a trama da teia. Assim, as periferias são móveis. São apenas territórios afastados do poderio econômico detentor de núcleos equipados (os centros geográficos). Na rede as periferias constituem-se lugares. Redefinem espaços de poder. Fazem-se centros que dá sentido de se pertencer (é a pedagogia da autodeterminação). Quem se desloca para lá, circunstancialmente, é periferia do que ignoram ou não sabem como fazer.

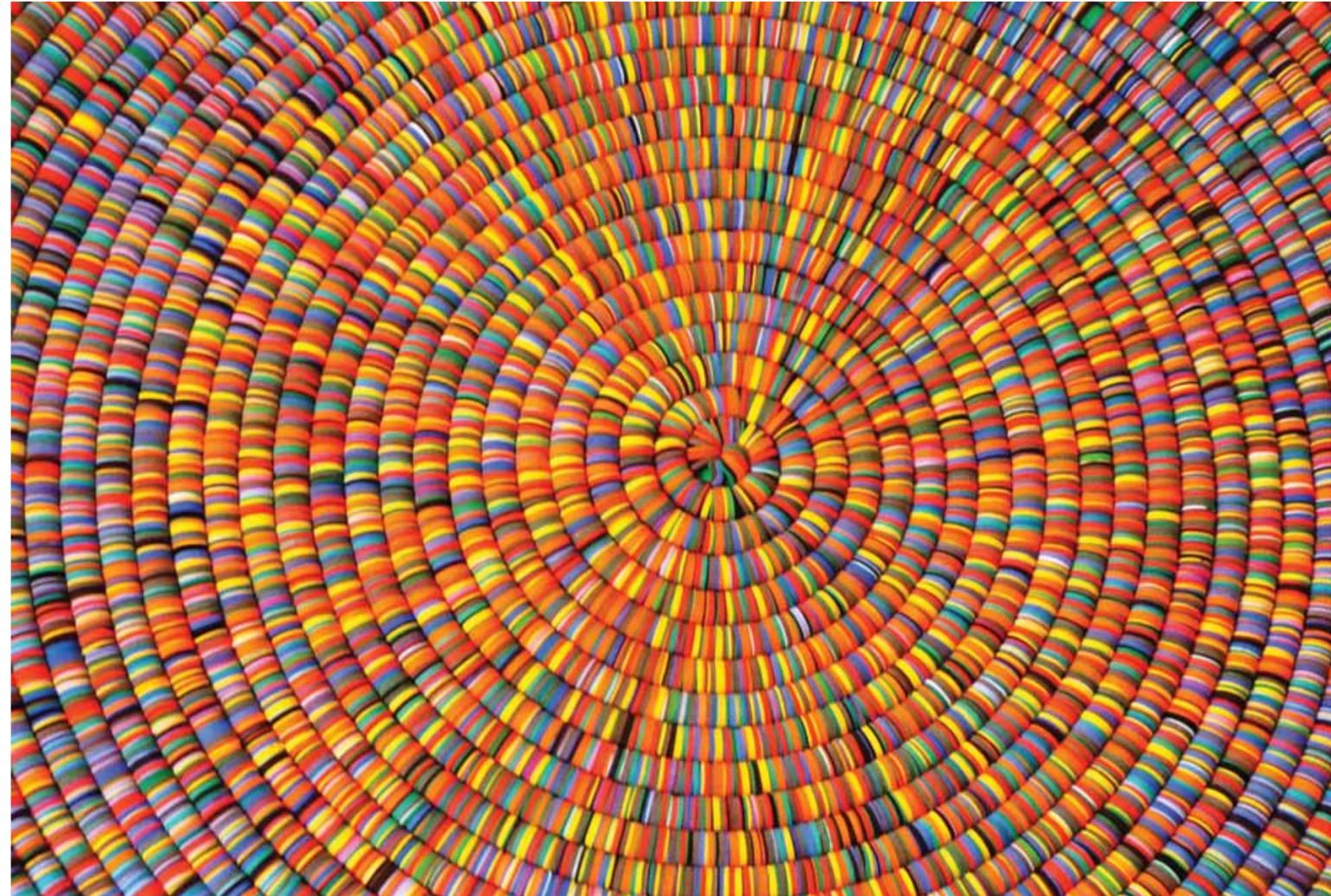
Os elementos da tradição contam, hoje, com novas ferramentas como os kits da Cultura Digital instalados nos Pontos. Criam-se práticas de autonomia e registro e reflexão sobre si e os outros. Aprende-se a editar com o ritmo do sotaque local. Os meios de criação estão nas próprias localidades para “traduzir” os

pontos de vista de cada um, sem mediadores autoritários que querem explicar realidades que não vivem, apenas pensam sobre elas, ou, quando há sensibilidade maior, compartilham. Isto cria um olhar não restritivo nem culpado. Atrave-se às trevas. Destrava. Brinca e é travesso no jogo como, até hoje, a casa grande não sabe se o capoeirista dança ou luta. Não entende porque fragmenta a vida, enquanto o orgânico é circular e pode ser tudo ao mesmo tempo, agora. Desse contato entre oralidade-imaginário e escrita-método, comunidades absorvem gramáticas e técnicas para se expressarem, mas por elas não são absorvidas. Nasce a alfabetização visual e a consciência crítica sobre as manipulações sedutoras do mercado, consumo e mídia. Vacine-se ou vicie-se.

Neste aspecto os terreiros são espaços libertários. Os cyberterreiros fazem ebós com e-book. Mais que mães, são matrizes. Não temem a celebração pela festa (alienado pode ser o que se desconhece e não requebra e desmente o impulso do corpo). Mais que um “superar a dor” eles transmutam o que seria o bode da miséria transformados em cor, som, canto e manifesto. Daí combatem pela beleza e a ginga dobra a gangue.

Seiva que se retroalimenta: “o que eu puder ensinar eu quero ensinar”, dizem. Compartilham para quebrar a principal regra da necrosociedade: isolamento e exclusão. Anulam a incapacidade de conviver com as diferenças. Se tem o dom...Reparte com...

Ao lidar com o Ministério da Cultura via o Cultura Viva permite este novo quadro da mobilização social também no plano estético (embora os produtos de tal processo ainda estejam em construção, principalmente na ação Interações Estéticas). Vivemos o lento construir de um Estado que sai da sua arrogância secular para respeitar e potencializar o que já existe: o Estado não impõe, dispõe. A transformação é mútua, Se o Estado é sólido, quebra; se é gasoso, voa; se é líquido, voa; daí o movimento para trabalhar nas frestas, no estado poroso onde possa haver trocas e busca permanente de fluxo. “Passar o que sei”, trocar o que sentimos, perceber o que somos, construir o que seremos. Sem perder a dimensão simbólica. O ventre semeador dos ritos. Estar sem ser o Estado, deglutir planilhas sem o suplício da punição, mas



pelo decoro do recurso público honrado em prestação clara de contas. A transparência não é boa só como lingerie da mulher do vizinho, vale também pra gente. Exigimos ética porque praticamos ética. E ética não é titica! Vulgarizada em discurso oco de palanqueiros. Quando assumimos que somos os reais autores das autoridades nossas práticas constanger a canalha e envergonhar os corruptos por tanto brio nesse breu.

E aí a tal polêmica sobre a palavra “empoderamento” não é tanto sobre ser uma tradução colonizada de “empowerment”, ou sonoridade que pareça uma espécie de flatulência cívica: é mais pelo sentido de que não se empodera ninguém, por tal ato implicar em alguém “dando poder” a outro. O que se deseja é criar condições para ocorrer o despertar das potencialidades fortalecidas como autonomia e protagonismo. Luta pelo famoso sujeito da história. A coisa vai mais para o fortalecer. E, uma vez, fortes precisamos mostrar isto (volta o momento de impasse

atual em que se impõe a urgência da linguagem manifestada em expressões).

O Estado não apenas dá visibilidade, mas reconhece tais forças e colabora nas condições de criação do circuito em rede. “Mostrar a cara e a coragem”: existir é resistir. Quem precisa de inclusão é a autoridade que desconhece, reprime ou ignora o país real. Plana uma nova bandeira do eu sinto, eu sei, eu posso, eu faço, eu sou. “Chegou a hora de falar quem só ouvia” (tema de rádio comunitária de SP na primeira Teia) O desafio maior ainda é a tal gestão compartilhada. Principalmente neste salto de transe e transição do Programa que explode em redes municipais e estaduais onde há novos interlocutores em diversas máquinas estatais (e suas aderências político-partidárias locais). Apresenta-se uma verdadeira reinvenção do Programa. Novas alianças, repactuações constantes, diálogo e pontes entre os Pontos. Terreiros são belos exemplos

de gestão: ensinam, acolhem, aprimoram e transformam – outros olhares. Socializam os sonhos. Exige-se nesta nova etapa a circulação e a edição do que se registra (há muito material sem tratamento, são apenas dados que não viraram, MESMO, informações, por estarem desindexadas e indisponíveis). A sabedoria e as práticas dos mestres devem encontrar plataformas e meios de divulgação contemporâneos. Não há velhos materiais, mas novos reusos. Tecnologia à serviço. Estrutura à disposição. Educação disponível. Equipamentos acessíveis. Burocracia adequada. Estado aliado. Vivemos, hoje, com os Pontos, uma pequena brecha nessa armadura medieval. Estabelecer confiança mútua. E só se respeita o que se conhece.

Há um corpo de princípios que consolida os Pontos. A multiplicação de Pontos não é matemática alucinada quando Ponto de Cultura possa ser visto mais como grife em macacão de piloto de Fórmula 1 sem essência comprometida. Daí a urgência das

coletas de histórias vivas, casos, testemunhos, o Programa na primeira pessoa.

“O povo do gueto e da ponta, da base, hoje, ocupa o lugar que hoje ocupamos na frente, essa é a contradição, ter o dom da palavra de igual para igual”. Chega de tribunais, queremos a tribuna. O desejo vence o despejo. Não somos suspeitos pela aparência, ao contrário, nossa aparência nos revela e nos orgulha. Novos cânones, outros canais: rádio com a nossa voz, TV com a nossa cara, artes com a nossa atitude. Mídias livres e meios libertos. Somos a soma!

A ruptura acontece legitimada pela tradição, em si, eis a sua contradição. No melhor cardápio dos antropófagos que comiam o coração do inimigo, não por morbidez ou fome, mas para celebrar o mito da coragem e a dignidade do bom combate. Como o escrito na Teia de Brasília: “não temo, temos uns aos outros”!

14. EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA): O ÓLHAR DO OBSERVADOR

JUSSARA P. DE MIRANDA¹

Dar conta de escrever sobre o processo “coletivizante” e “coletivizador” como o ocorrido no Seminário Internacional do Programa Cultura Viva em 2009, requer sejam apartadas as situações não previstas, como por exemplo, a ausência de importantes protagonistas.

São eles os artistas colaboradores dos Pontos, que na minha humilde opinião, são os que provocam a “pororoca” (o tal encontro entre as diferenças) que o Programa que ver (mas já sabe) o que vai mudar no rio, após o primeiro homem entrar. Por ser a pororoca um fenômeno capaz de arrancar raízes e de até mudar os leitos dos rios, é que escolhi participar deste relato da mesma forma como ingressei no Seminário: um peixe fora d’água; um ponto de vista observador.

Cito isto, pois demorei a entender a minha representação no Seminário, já que atuo como artista colaboradora do Ponto Somos LGBT de Porto Alegre, e, também, sou pesquisadora.

Por tal, mesmo antes de aprofundar-me nas águas do Grupo de Aglutinação (G.A) que participei, comento que escrevi sobre o encontro na minha dissertação intitulada “Carcaça e gente dentro: políticas públicas culturais e grupos de dança em situação de trabalho” logo que retornei do Seminário para minha cidade. Refiro-me especificamente ao Capítulo 4², subseção 4.1, intitulada: Cultura da vida e (ponto), que discorre entre outros, sobre os seguintes termos:

“Como convidada, participei do Seminário Internacional

do Programa Cultura Viva, em novembro de 2009, na cidade de Pirenópolis, Goiás. Na ocasião, pesquisadores, gestores de Pontos de Cultura e agentes do MinC, trabalharam na tarefa de formar uma visão crítica sobre as diretrizes do programa, baseada na vivência dos protagonistas a emergir para as convergências.

Sestrosa como uma genuína gaúcha, em se travando assuntos acerca de políticas públicas, ademais culturais, me apresentei com um pé atrás, mesmo desconhecendo a categoria que representava.

Todavia, já nas primeiras horas me rendi à forma como o encontro fora conduzido, notabilizado na liderança de Célio Turino, que ao contrário da marca do poder no gestor e idealizador dos Pontos de Cultura, revelou-se pelas marcas das virtudes humanas.

Encontros como o Seminário, consolidam as políticas públicas culturais que têm envolvido debates em rede no esforço de mapear toda a diversidade ou o multiculturalismo brasileiro, contemplando as diferentes áreas e suas especificidades no manifesto das identidades culturais e da gestão compartilhada, descritas com maestria pela gestão do Programa Cultura Viva, através da ação Ponto de Cultura”.

Segundo Célio Turino³:

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade. No lugar de impor uma

*programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo*²⁶

O aspecto comum entre os Pontos de Cultura no Brasil é a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. O MinC atua como agregador de recursos e de novas capacidades para projetos e instalações já existentes através de subvenção; como também, oferece equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico. Turino afirma: “sou comunista; procuro o Bem Comum e a partilha [...]” – no sentido de partidário, do comum – “o salto civilizacional que o mundo precisa acontecerá quando redescobriremos a noção de Bem Comum”.

Os objetivos propostos pela política dos Pontos de Cultura são vivos como o Programa e, segundo minha percepção, não há controvérsias entre a teoria e a prática, já que o modelo de gestão do Programa Cultura Viva é, verdadeiramente, humanizado.

Este breve extrato, escaldado de uma “percepção” que trouxe adentrada na minha carne, vem a ser o tempero necessário para revigorar a confiança nos modelos de políticas públicas culturais num Brasil, que até então, vinha exibindo seus esqueléticos cenários culturais. Feito este comentário, parto para o objetivo deste, que é a de reunir impressões acerca do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, através de depoimentos dos seus participantes.

Grupo de Aglutinação (G.A.7) -

¹ Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade. LP: Políticas públicas e acessibilidade. FEEVALE NH RS 2010.24 ESSES DE ‘S’.25

² Historiador, administrador cultural e servidor público. Escreveu o livro Na Trilha de Macunaima – Ócio e trabalho na cidade (Ed. Senac, 2005).

CULTURA E EMANCIPAÇÃO (Estado, sociedade e política)

Os painéis, abaixo, apontam as principais questões levantadas pelo G.A.7, a formar o quadro resultante da experiência. Eles se apresentam em forma de imagens fotográficas originais (02), sobre as quais, verificados seus conteúdos, discorro comentários que tecemos entre colegas, acompanhados de perguntas as quais considero relevantes, sejam refletidas por todos integrantes do G.A.7.

O conflito maior ficou por conta das inúmeras interpretações sobre termos como empoderamento, emancipação social, gestão compartilhada entre outros, que, epistemologicamente, desempenham suas funções teóricas. Já nas práticas, eles divergem segundo contextos e especificidades culturais, intelectuais, jurídicas e políticas de cada modelo de gestão, pontos e regiões onde atuam.

Neste contexto, o que resultou de consenso entre os participantes, é o desejo de alijar-se de uma total responsabilidade do estado pelos Pontos de Cultura, no que se refere aos “modelos” de políticas, reservando à sociedade civil, ampliada participação nos processos decisórios.

Sobre as reflexões, ficaram claros entre todos os seguintes recortes: ampliação e democratização dos recursos através da revisão de padrões legais (instrumentos jurídicos); flexibilização das estruturas governamentais (normas, regras e leis), e a autonomia, enquanto referência de emancipação social, para a qual

o estado seria o impulso motor. Também, a representação cultural individual e coletiva, precavendo-se da noção de mercadoria enquanto - fazer - artístico.

Perguntas:

1. Se a cultura não é mercadoria (ou produto), o que é? Como a arte (cultura) coexiste com a noção de “mercado cultural”, que numa perspectiva oficial, traduz 1% do PIB brasileiro?

2. Se, a idéia de emancipação, à priori, visa autonomia social (o que inclui desenvolvimento econômico e poder de decisão), como desenvolver-se socialmente (os Pontos), tendo o estado como regulador das suas ações?

Tomados os enlaces entre os itens, o que prevaleceu (no meu ponto de vista) é: tomar o Programa Cultura Viva como um modelo de referência de política pública cultural. Sugerimos estender seus domínios para outros setores da atividade cultural. Também, que a legislação que se expressa nos espaços de alteridade entre estado e sociedade civil, sejam revisitados.

Perguntas:

1. Quais são as políticas públicas culturais brasileiras a serem referendadas (ou modeladas a partir) e/ou pelo Programa Cultura Viva, de modo que elas participem dinamicamente dos aspectos heterogêneos que o Programa propõe?

2. Quais são os aspectos que haveriam de ser – reformulados – no que compete na relação entre estado e sociedade civil?

Deste primeiro painel, conclui-se, por um lado, que não encontramos (ainda) o impulso necessário para estabelecer parâmetros acerca dos conceitos (concepções) estruturantes capazes de formar um arcabouço seguro a compor as Diretrizes desejadas. Por outro lado, atingimos uma dada maturidade, quiçá, uma sistematização ou sistema organizacional estimulado pelos anseios de todos os integrantes da G.A.7, o que é promissor. Segundo este painel, sobrevivemos à sustentabilidade derivando a autonomia, pois, compreendemos, que embora complementares, elas são divergentes. Miramos na sustentabilidade o encontro com a autonomia, enquanto acesso aos “recursos” materiais que visam multiplicidade de ações, contudo, que este encontro não determina, com precisão, que a autonomia defina poder de decisão. Ou seja, que não poderemos aplicar a sustentabilidade a partir do braço do estado com a autonomia desejada.

No item 10, consta: “chave da sustentabilidade: reconhecer valor imanente ao processo de democracia”.

Primeiro, em sendo a imanência um princípio em Deleuze, que remete a um “Deus dentro de si”, ou uma força que está no sujeito, e ainda, que se opõe à transcendência e por aí afora, teríamos que retornar ao topo da convergência filosófica para clarear, minimamente, a aplicabilidade deste termo neste contexto.

Segundo, da possibilidade da sustentabilidade imanar do processo democrático é subjetivo, já que, o que culturalmente entendemos

acerca do termo “democracia” se afasta da realidade prática, portanto, – reconhecer valor imanente entre sustentabilidade e processo democrático é discutível. Neste contexto, persistem as perguntas:

2. Se a sustentabilidade é (segundo Carlos Abreu) “preencher as necessidades humanas de recursos naturais e garantir a continuidade da biodiversidade local; além de manter, ou melhorar, a qualidade de vida das comunidades inclusas na área de extração de recursos”, prevendo a continuidade. O Programa, nas suas ações, preveria a manutenção, consolidação sócio econômica, ou ainda, a continuidade dos Pontos de Cultura? Como?

1. Sendo a democracia um regime político, onde as decisões são tomadas, direta ou indiretamente, pelos cidadãos que compõem a sociedade civil, cuja liberdade é o caminho da prosperidade econômica. Quais seriam os parâmetros que o Programa seguiria neste desafio?

Este (in) conclusivo painel, desacobertou o sentido de “ pilar” nos participantes, ou o de “fundação”, que sustentaria o progresso econômico dos Pontos.

Prospectando que as comunidades dos Pontos de Cultura, pudessem sustentar suas práticas através da gestão compartilhada, a efeito de longo prazo e socialmente legitimadas, vale refletir sobre uma “situação de trabalho”, que inevitavelmente, é constituinte da seguridade social. Desta feita, suspeita-se, que, possamos estar nos repetindo em torno de um princípio que se assemelha a

“economia solidária”, já que o Ponto de Cultura, à priori, não atende ao modelo da hierarquia vertical, onde há o empregado e o empregador, não se submetendo na prática, à seguridade social.

Segundo implicam as demandas do item 9 (sustentabilidade é diferente de autonomia),e, levando em conta que no Ponto não há soberania de uns sobre os outros, conclui-se que a seguridade social não compartilharia com o modelo de gestão proposto.

Desta experiência, segundo meu humilde entendimento (fora d’água), se estabeleceu entre o nosso grupo de G.A.7, um sentido de solidariedade, onde a vontade é boa e não é forçosamente moderadora dos “bons costumes” sociais. Também, que o Brasil pode e deve desfrutar dos Pontos de Cultura, como um programa que “percebe” a cultura dos Pontos disseminadores de cultura, tendo a Diferença como elemento séptico da Diversidade.

No meu ponto de vista, o que ficou claro, é que o Programa se define pela “mentalidade” política da sua gestão, bem como afirma Célio Turino, que não pergunta “o que”, mas “como” a sociedade civil quer, o que ainda estamos em busca.

Por fim, o Seminário despertou a minha visceral-idade artística e política, e de retorno, passei a disseminar entre meus conterrâneos, a excelência do Programa Cultura Viva, enquanto uma política pública cultural que PERCEBE o Brasil, em toda sua extensão.

15. SUBVERSÃO, RESISTÊNCIA, PERTENCIMENTO E COMPARTILHAMENTO



GA CULTURA DIGITAL¹

Tentativa inicial de sistematização do Grupo Aglutinador de Cultura Digital do Seminário Internacional Cultura Viva. Conceitos: Autonomia, Protagonismo, Empoderamento e Gestão em rede.

A organização do Seminário nos propôs pensar os quatro conceitos estruturantes do Programa Cultura Viva – autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede – a partir da perspectiva da Cultura Digital. A metodologia sugerida aos diversos Grupos Aglutinadores demandava que não encaminhassemos nossa reflexão exclusivamente pelo viés teórico ou acadêmico, mas que adotássemos como ponto de partida as experiências vivenciadas ao longo desses 5 anos de existência do Programa.

Foram reunidos representantes dos Pontos de Cultura, da própria Secretaria de Cidadania Cultural e entes federados, de coletivos independentes que atuam junto aos Pontos, bem como pesquisadores

e observadores que vêm acompanhando o Programa e, no nosso caso mais específico, a ação da Cultura Digital.

A metodologia assumiu como pressuposto a ideia de que os conceitos se materializam enquanto dispositivos e artifícios que procuram apreender e aprender com as dinâmicas das práticas cotidianas e que são estas que fornecem o substrato e dotam tais conceitos de sentido. Esse formato parece alinhar-se ao posicionamento que a Secretaria de Cidadania Cultural tem adotado frente aos Pontos de Cultura, na construção de um Programa que incorpora tais atores não pela carência, mas pela potência.

O modo particular pelo qual o Programa Cultura Viva se articula com os Pontos de Cultura é a expressão de uma nova sensibilidade frente às potencialidades criativas e inventivas de diversas organizações populares que vinham sendo gestadas anonimamente, nas mais distintas localidades, em todo território nacional. Esse posicionamento diferenciado parece

reconhecer a importância das formas organizacionais populares como tecnologia social a ser apreendida e também replicada como Política Pública.

O grande desafio que se coloca então é o da possibilidade de construir canais de conexão, de tradução, entre as experiências que vêm sendo construídas por esses diversos atores e os conceitos propostos pelo Programa.

A EXPERIÊNCIA DO ENCONTRO E A CONFIGURAÇÃO DO GRUPO:

A maioria dos integrantes que compuseram o GA “Cultura Digital” eram pesquisadores ou pessoas que de alguma forma estavam ligadas ao Programa Cultura Viva. Nosso GA contou com a participação de uma “mídia flutuante” de 20 participantes, sendo apenas três deles representantes de Pontos de Cultura e dois representantes de coletivos independentes que desenvolviam trabalhos junto aos Pontos, mesmo não sendo conveniados.

Tal ausência foi sentida pelos participantes do GA e talvez possa nos provocar a refletir sobre o lugar que vem sendo construído para a Cultura Digital, e de que maneira ele vem sendo apropriado e ocupado pela rede de Pontos de Cultura.

Esse questionamento pode ser intensificado quando confrontamos essa participação ainda tímida de Pontistas no nosso GA frente aos resultados mais recentes de uma pesquisa empreendida pelo IPEA junto aos Pontos de Cultura, apresentada na Fundação Casa Rui Barbosa no mês de outubro de 2009. Tal pesquisa apontava que

83% dos entrevistados declaravam possuir o Kit Multimídia e desenvolver atividades relacionadas à Cultura Digital, sendo que apenas 58% deles declararam utilizar ferramentas livres.

Como é possível que a única das três frentes de ação do programa – Escola Viva, Ação Griô, Cultura Digital –, que está presente em todos os Pontos de Cultura e que foi assinalada pelo Secretário de Cidadania Cultural, Célio Turino, como condição para que o Ponto venha se realizar de maneira plena, ao integrar a rede, pode ter contado com a participação de um número tão reduzido de representantes dos Pontos? Um fator que pode ter contribuído para essa ausência foi que, no mesmo período do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, estava ocorrendo em São Paulo o “Seminário Internacional do Fórum da Cultura Digital”, que certamente atraiu boa parte das pessoas e Pontos de Cultura vinculados a essa ação.

Logo nas falas de apresentação foi possível identificar uma série de questões e desafios vivenciados pelos participantes do GA e que dizem respeito à rede de Pontos de Cultura como um todo. Foi apontada a transversalidade da Cultura Digital, que vem reconfigurando o cenário da educação e dos direitos autorais, possuindo interfaces com a economia solidária, com questões relacionadas ao meio ambiente, com a produção artística etc. Foi destacada também a importância da apropriação do software livre e das diversas linguagens digitais como condição para o exercício da autonomia tecnológica, da visibilidade que se pode atingir ao

¹ Este texto tem autoria coletiva: Adilson Ruiz; Edivaldo; Luiz Felipe; Ivana Bentes; Jasiel Martins; Liliãna Sousa e Silva; Caetano Ruas; Karina S. Gomes; Frederico Barbosa; Hanayana; Pedro Marra; Milton Silva; Josiane Ribeiro; Sérgio Melo; Elaine Tozzi; Eliana; Beth de Oxum; Frederico Coelho; Fabiana Sherine; Cristiano Scabello; Bruno Tarin; Carolina Ramalhete; Mariana.

se utilizar os espaços oferecidos pelas redes digitais, além das potencialidades e desafios apresentados pelos processos de integração das culturas tradicionais com a cultura digital.

Boa parte das tensões explicitadas durante esse encontro são desdobramentos do lugar particular que os Pontos de Cultura ocupam dentro do Programa. Tais atores estão posicionados na fronteira tênue entre dois modos e lógicas organizacionais muito distintas – a do âmbito formal Estado e do âmbito informal das comunidades e

localidades que representam e onde atuam. Cada um desses campos de relações envolve, por conseguinte, diferentes grupos apresentando suas próprias demandas e particularidades que em parte se complementam e criam tensões ao entrarem em relação umas com as outras.

Destarte, os Pontos de Cultura, bem como os coletivos independentes e representantes das equipes de Cultura Digital, se configuram dentro do Programa como um agente duplo em sua relação com o Estado e com as comunidades –

são simultaneamente formuladores e implementadores de Políticas Públicas, além (e obviamente não menos importante) de serem representantes de um universo cultural próprio. E essa é uma das principais características da gestão em rede proposta pelo Programa, é o que lhe confere tanto complexidade e potencialidade, quanto conflitos e tensões constantes.

Essa dualidade acabou por conduzir, ainda que de maneira tácita o nosso processo de debate e reflexão. Basta citarmos as tentativas constantes de moderação em nos alertar que boa parte das contribuições que estavam sendo apresentadas pelos participantes seriam melhor enquadradas na categoria “proposições para”, do que mais propriamente de “definições sobre” os conceitos estruturantes do Programa. A despeito desse esclarecimento, a conversa ia se conduzindo quase que naturalmente no sentido dos anseios, dos desafios e principalmente das sugestões de soluções para os impasses vivenciados pelos participantes.

Nada mais natural se pensarmos que os Pontos são os implementadores das políticas culturais e passam a vivenciar as contradições dos mecanismos do Estado, bem como de suas realidades locais. Amparados nesse conhecimento prévio de suas próprias realidades – e nas possibilidades abertas por esse formato que favorece a apropriação dos mecanismos e lógicas de funcionamento do aparelho estatal – tais atores passam, então, a traduzir seus anseios e demandas coletivas em termos de formulações.

Essa dualidade pode ser identificada também pelo constante questionamento durante o debate, quando nos perguntávamos quem é o sujeito autônomo, protagonista e empoderado? É o Ponto? É a rede de Pontos? É a comunidade? Ou o Estado? E, ainda, quem são os sujeitos implicados na gestão em rede que é sustentada por tais conceitos?

Já de antemão poderíamos afirmar que, independentemente de optarmos por ressaltar ora o campo de relações “Pontos de Cultura – Estado”, ora o campo “Ponto





de Cultura – Comunidade”, é de um sujeito político que estamos tratando e colocando em questão. Não político porque partidário, mas político porque coletivo. Sejam os participantes das comunidades locais e que interagem com os Pontos de Cultura, seja a rede de Pontos se articulando e interagindo com o Estado, não podemos nos esquecer que estes somente apresentam demandas relevantes e que alcançam legitimidade porque são essencialmente coletivas. Destarte, o sujeito político em questão, dentro do Programa Cultura Viva e frente ao Estado de maneira mais ampla, é a diversidade cultural. Em outras palavras, é a rede articulada de Pontos de Cultura que a representa.

OS CONCEITOS ESTRUTURANTES E OS PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE

CULTURA DIGITAL E SOFTWARE LIVRE

O primeiro conceito debatido foi o de Cultura Digital e especialmente o papel que o software livre

“democratização ao acesso”, como mera questão de infraestrutura tecnológica, e passam a ser compreendidas como universo cultural dotado de características, particularidades e dinâmicas organizacionais próprias. E, simultaneamente, a cultura passa a ser valorizada a partir do momento em que ela é compartilhada e disseminada. As dimensões do compartilhamento e os regimes de circulação a que elas correspondem passam a ser vistos como elementos que influenciam as formas de também se produzir e conceber os bens culturais. Para os participantes a Cultura Digital, antes de se resumir apenas ao desenvolvimento e suporte de tecnologias digitais para interconexão em rede, se trata principalmente de uma tecnologia social e de uma perspectiva política, que foi ganhando força até se inserir de maneira estratégica dentro do Programa.

A percepção de que no cenário atual não é mais viável pensar cultura sem pensar nos regimes de circulação, nas formas pelas quais ela é compartilhada e, simultaneamente, reinventada nesse mesmo processo, é em grande parte devedora da importância histórica do Movimento de Software Livre. Tal movimento apresentou um formato organizacional que buscava moldar ou “subverter” as tecnologias de informação e comunicação digitais dentro de uma lógica colaborativa e não orientada para a acumulação individual. Ao assumir a “generosidade intelectual” como um dos pilares de seu modo de desenvolvimento – defendendo o direito de livre acesso ao estudo, uso, modificação e distribuição do código fonte dos programas –, o movimento de software livre foi capaz de transpor o âmbito restrito dos programadores de software, passando a colocar questões pertinentes ao universo cultural e da produção de conhecimentos de maneira mais ampla. Nesse sentido, os questionamentos colocados por esse movimento puderam ser apropriados por um conjunto cada vez maior de atores que atuavam em prol da cultura livre e que legitimaram tais demandas enquanto reivindicações a serem colocadas em debate dentro da esfera pública. As bases conceituais e os princípios norteadores do software livre influenciam de maneira significativa muitos dos coletivos que construíram formato proposto para a ação de Cultura Digital que hoje vem sendo implementada. Essa influência pode ser claramente identificada na fala dos participantes sobre quais seriam as principais

desempenha em tal ação – a cultura digital envolveria necessariamente o uso de softwares livres ou abrange qualquer tipo de produção em suporte digital? A ação da Cultura Digital foi concebida e constituída a partir de um conjunto de práticas já arraigadas em diversos coletivos e redes “mediativistas” brasileiras (como o Submídia, a MetaReciclagem, a Mídia Tática, dentre outros). O que dotava tal universo tão diverso de atores de certa unidade era principalmente um posicionamento frente aos aparatos e ambientes digitais e uma perspectiva sobre tais tecnologias que assumia que esses “meios” supostamente “neutros” por onde trafegam opiniões, idéias, histórias e saberes constituem de maneira fundamental as nossas possibilidades de produzir, de compartilhar e até mesmo de conceber os bens culturais.

Essa perspectiva implica em uma modificação significativa no que se compreende por tecnologia e por cultura. Por um lado, as tecnologias e redes digitais deixam de ser tratadas simplesmente a partir da chave interpretativa

características e princípios norteadores da ação/conceito de Cultura Digital. Dentre as várias definições apresentadas, poderíamos aqui destacar: cultura de uso, de apropriação tecnológica e de linguagens para a transformação social; metodologias de formação, redes de colaboração, dentre outras. Num esforço de síntese das falas de vários dos participantes, a Cultura Digital foi caracterizada enquanto um processo de formação com foco na relação entre seres humanos, imbuída de princípios transformação social envolvendo arte, educação informal, economia solidária, sustentabilidade e como possibilidade de convergência entre as mais distintas linguagens e áreas de expressão e produção de conhecimento. Ela se materializaria também como possibilidade de fomento ao desenvolvimento do conhecimento local.

O software livre é entendido, dentro desta perspectiva, simultaneamente como artefato e conjunto de valores capazes de favorecer o protagonismo dos atores engajados em seu processo de desenvolvimento, justamente por defender a autonomia dos usuários como pressuposto para a atuação em rede, culminando, assim, em um ambiente favorável ao estabelecimento de uma inteligência coletiva capaz de operar uma rede horizontal de distribuição de recursos e conhecimentos entre pares.

A despeito das compatibilidades conceituais e organizacionais que existem entre o Programa Cultura Viva e os princípios constituintes da ação/conceito de Cultura Digital, os participantes procuraram debater também as suas experiências de construção desta convergência entre os novos paradigmas apresentados pelas tecnologias digitais e as comunidades locais nas quais os mesmos procuram atuar.

Embora tenha sido ressaltada e louvada a adoção do software livre pelo atual governo – não apenas como solução economicamente viável, mas também como uma escolha política mais conseqüente, quando se almeja atingir autonomia tecnológica – foi identificada também a ainda fragilidade das estruturas fornecidas para a efetivação de tal política pública pelo atual governo. A escassez de recursos e o número reduzido de implementadores para abarcar um universo tão amplo de atores, dentro da perspectiva transversal que a Cultura Digital foi idealizada, por certo dificultou e ainda dificulta



uma realização plena da Cultura Digital junto aos Pontos.

A entrada da ação Cultura Digital no Programa Cultura Viva se apresentou de maneira estratégica ao criar uma demanda política de apropriação das tecnologias para a qual o Programa não possui respostas prontas, e que os Pontos estão buscando solucionar localmente. Essa situação pode ser identificada na medida em que os participantes iam compartilhando suas inquietações e experiências vividas no campo de relações Pontos de Cultura e comunidades locais. Embora todos os participantes concordassem com as características potencializadoras do software livre em sua dupla dimensão, enquanto artefato tecnologicamente eficiente e discurso comprometido com a transformação social, a adesão ao software livre foi identificada como um dos maiores desafios enfrentados pela ação da Cultura Digital e a maior parte do debate se concentrou nas estratégias de inserção e de migração a serem adotadas.

Os participantes relataram várias

experiências de inserção de softwares e ferramentas livres junto a escolas e instituições educacionais públicas. As estratégias mencionadas variavam de um processo de sensibilização e convencimento de coordenadores e professores, passando pela construção de tutoriais e métodos de aprendizagem que valorizassem a transmissão oral de conhecimentos, até a criação de laboratórios que mantinham a diversidade de sistemas operacionais existentes (livres, proprietários ou abertos), para que os usuários pudessem se ambientar e também para que a migração não fosse estabelecida como um processo “de cima para baixo”.

A importância ressaltada para que a Cultura Digital e o software livre ocupassem os espaços das escolas era a possibilidade de transformação dos alunos de meros usuários em pesquisadores, curiosos e questionadores. Isso porque o posicionamento que tal ação adota frente às tecnologias digitais favorece um processo de empoderamento dos participantes, ao fomentar a apropriação tecnológica por meio da reflexão, da construção de subjetividades, capaz de ultrapassar um processo meramente instrumentalizador que se legitima apenas dentro da ideologia de formação de quadros para o mercado de trabalho.

As tecnologias digitais, de maneira mais ampla, vêm contribuindo para provar a viabilidade na construção de novos modelos de negócios capazes de se nortear pela lógica da abundância e não da escassez. Um dos exemplos citados por um dos participantes foi a complexa cadeia de produção e distribuição do Tecnobrega,

no Pará, um modelo de negócio que emergiu da informalidade e da “pirataria”, e que foi capaz de fazer frente ao tradicional modelo da indústria fonográfica, ao abrir um espaço para artistas locais que não se enquadravam dentro dos parâmetros estéticos convencionais. A cultura digital pode ser vista então como possibilidade de potencialização do desenvolvimento e diversidade das expressões culturais e artísticas locais, conciliando-as com modelos de produção e distribuição alternativos e sustentáveis.

O DILEMA DA FORMALIDADE E DA INFORMALIDADE:

A distinção entre a lógica de funcionamento do aparato estatal e as redes informais, pelas quais se organizam os movimentos e coletivos que passam a integrar a rede de Pontos de Cultura, foi outro tema amplamente debatido pelo grupo e que de certa forma norteou boa parte do debate que se relacionava aos conceitos de Autonomia e Protagonismo.

Em que medida esse modelo de distribuição de recursos proposto pelo Programa fomenta a espontaneidade dos movimentos e grupos que estão sendo contemplados? Ou será que eles simplesmente encaixavam tais manifestações em um modelo formal e burocrático que poderia culminar em um enfraquecimento da autonomia dos Pontos de Cultura? Tais dilemas apresentados pelos participantes circulavam entre a possibilidade de lançar mão de tais mecanismos ou atuar à margem dessa lógica e dos dispositivos colocados à disposição pelo Programa, entre transformá-los e subvertê-los. Tal temática foi tratada

a partir de três dimensões principais: a burocrática, a econômica e a política.

A primeira dimensão dizia respeito à adequação aos mecanismos formais de seleção e prestação de contas oferecidos pelo Programa para atender à diversidade de contextos e às realidades locais dos Pontos de Cultura. A ênfase na pessoa jurídica como instrumento privilegiado a ser atendido dentro desse formato, a complexidade e a dificuldade de se manejar todos os dispositivos burocráticos para a prestação de contas e as migrações não fosse estabelecida como um processo “de cima para baixo”.

As contradições preexistentes dentro das próprias estruturas do Estado foram apontados como obstáculos para o pleno desenvolvimento das atividades dos Pontos de Cultura. Por exemplo, o mesmo Governo que lança um prêmio de Mídia Livre, permitindo que os Pontos adquiram equipamentos de rádio transmissão, é o que criminaliza e reprime duramente o movimento das rádios livres.

Os mecanismos institucionais ainda se apresentariam de maneira pouco flexível para abarcar a complexidade das realidades que o Programa visa atender e foram identificados como um obstáculo para o pleno desenvolvimento da autonomia local. Entretanto, foi apresentado também um contraponto a tal perspectiva: qual seria o limite dessa flexibilidade? Como conciliar a garantia da autonomia local com a transparência na utilização dos recursos públicos?

A segunda dimensão tratada possuía estreita relação com a primeira e dizia respeito à viabilidade dos Pontos de Cultura se tornarem efetivamente sustentáveis e se esse último fator seria um pré-



16. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: A TRADUÇÃO INTERCULTURAL COMO METODOLOGIA

requisito para serem considerados autônomos. Autonomia pode ser identificada como independência financeira?

Em resposta a esse questionamento, foram mencionadas experiências em que o protagonismo dos atores e sua capacidade de articulação em rede sinalizaram caminhos possíveis para a consolidação da autonomia dos Pontos de Cultura. Os participantes relataram ações bem sucedidas, como o estabelecimento de um Consórcio Cultural entre diversos grupos artísticos e situações em que os Pontos de Cultura promoveram intercâmbio de atividades, nas quais cada ator poderia oferecer diferentes oficinas, espaços para sediar eventos, apresentação de atividades artísticas e etc. Foi apontada também uma parceria entre Pontos de Cultura e Prefeituras Municipais, seja para o provimento de transporte ou o fornecimento de infra-estrutura para dos grupos artísticos dos Pontos; parcerias entre Pontos de Cultura e redes municipais de ensino, para prestação de consultorias e formação de educadores; ou mesmo parcerias com membros da comunidade local para a troca de lixo tecnológico por oficinas de Cultura Digital, dentre outras.

O processo de construção da autonomia dos Pontos de Cultura e das comunidades atendidas foi associado à capacidade de agir coletivamente e de conseguir encontrar, dentro da própria comunidade ou em outros parceiros, os recursos e as estruturas necessárias para a obtenção dos objetivos almejados. O protagonismo estaria associado a um processo de resistência, em que os obstáculos vão sendo interpretados como desvios e não

necessariamente como barreiras que impedem a ação. Um dos participantes apresentou uma contribuição muito interessante: “protagonismo é procurar solucionar os problemas de outras formas. A primeira coisa que as pessoas colocam são os problemas, elas têm dificuldade de ver as soluções. Nós fizemos uma proposta à comunidade: vamos imaginar o futuro, depois a gente pensa nos recursos. Aí a própria comunidade descobre que todos os recursos que ela necessita para realizar suas ações já estavam ali. (...) a gente descobriu que nós éramos mais forte do que pensávamos.”

Autonomia foi identificada também como um processo que se conquista independentemente de qualquer estrutura do Estado e que tem como ponto de sustentação a identidade, ou o sentimento de pertença, além do compartilhamento de valores entre um determinado grupo de atores. É essa identidade que norteia as escolhas dos parceiros com os quais um determinado coletivo vai se associar para atingir objetivos comuns.

O papel do Programa Cultura Viva dentro desse processo é o de parceiro que, ao criar espaços para que os diversos atores se encontrem e se reconheçam mutuamente e, simultaneamente, se apropriem das linguagens e de modos de operar próprios do aparelho estatal, favoreceu o empoderamento dos Pontos de Cultura enquanto atores coletivos capazes de se auto-representar no campo político e de disputar tais espaços, propondo mudanças e construindo alternativas dentro e fora das estruturas governamentais. Nesse sentido, o Programa Cultura Viva, ao criar novas demandas e problemáticas,

mas simultaneamente abrindo meios de aglutinar os Pontos de Cultura, acaba por colaborar para o processo de construção de uma identidade coletiva entre estes diversos Pontos e, conseqüentemente, da autonomia política de rede.

Empoderamento poderia então ser definido como um processo de reconhecimento de demandas coletivas e de construção de um sentimento de pertença mais amplo que permita a tais atores disputar diversos espaços, alcançar representatividade política e visibilidade pública.

A maior contribuição que o Programa Cultura Viva apresentou foi o fato de evidenciar que diversos atores que atuavam anonimamente na sustentação da diversidade cultural necessitam do apoio e do reconhecimento do Estado, mas que este também necessita deles com a mesma urgência. É esse fator, da bidirecionalidade da distribuição do poder, que permite que tanto a Rede de Pontos de Cultura quanto o próprio Programa, enquanto aparato burocrático estatal, venham a ser transformados e ressignificados.

Se esse processo não fosse de mão dupla, a autonomia teria sido convertida em automatismo, o protagonismo em eficiência e o empoderamento em clientelismo. Teria resultado em uma máquina azeitada, até funcional, mas certamente infértil e pouco criativa. Os Pontos de Cultura vêm ocupando espaços, criando demandas e apresentando proposições que não haviam sido previstos pelo Programa e que dificilmente uma estrutura estatal tradicional seria capaz sequer de imaginar isoladamente.

VALÉRIA VIANA LABREA
ANTÔNIA MARIA DO CARMO
RANGEL
SUMAYA DOUNIS

PROGRAMA CULTURA VIVA¹

O Programa Cultura Viva está na vanguarda das políticas públicas do Estado, ao reconhecer na sociedade e nas diversas expressões regionais e estéticas, a força necessária para revelar os “brasis” ocultos ou excluídos. Este programa revela o quanto do que chama “realidade” é apenas uma versão da história. Há manifestações de resistências, beleza guerreira e afirmação de respeito que não saem nos jornais, revistas, rádios ou tevês. Estes Pontos de Cultura são realidades que agora se mostram e se cruzam com a força autêntica da cultura feita por quem a vive como esta TEIA.

Gilberto Gil (Teia, 2006).

Fundado sobre a dimensão da cultura como direito e como cidadania, o Programa Cultura Viva tem como objetivos ampliar e garantir os meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia.

O Programa se relaciona com os mais variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia de grandes metrópoles do país, comunidades afro-descendentes,

associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais e sem-terra. As organizações são selecionadas por edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializar seus trabalhos. O IPEA, em recente estudo, mostra que o Programa está sintonizado com demandas e valores contemporâneos na área cultural nas questões referentes “à democratização do acesso da produção; e à valorização das experiências locais e da diversidade cultural” (IPEA, 2005:101).

A idéia-força do Programa Cultura Viva aparentemente é singela: o Estado em vez de criar ou fomentar novos grupos culturais, sustentando projetos pontuais e que acabam junto com o governo, simplesmente reconhece e fortalece a experiência estética e artística produzida por grupos sociais historicamente excluídos do circuito cultural, tornado-a credível. Essa idéia, simples na formulação, mas com uma potência criativa ainda a ser mensurada, propõe deslocamentos consideráveis na compreensão do papel do Estado junto à sociedade, porque entende que Estado e sociedade podem, em certa medida, manter relação de co-gestão e responsabilidade compartilhada de uma política pública. Um novo pacto cultural é proposto:

Tal modo de pactuar com a sociedade foi definido como Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. Enquanto nos afastamos das velhas “neo” cartilhas, clareamos os conceitos, à medida que a experiência social avança e os fenômenos tornam-se explicitados. Menos receitadores e

mais educadores, este parece ser um bom caminho. (TURINO, 2004: 16).

Os conceitos estruturantes do Programa são descritos inicialmente com sentidos auto-evidentes: autonomia se traduz pelo respeito à dinâmica local, como um processo de modificação das relações de poder; o protagonismo diz respeito aos atores sociais se assumirem enquanto sujeitos de suas práticas e ao reconhecimento de que todos os grupos sociais, independentemente de origem, produzem conhecimentos e linguagem simbólica esteticamente elaborada; o empoderamento evoca o reconhecimento e a afirmação pelo qual os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder.

Outro conceito se une aos três iniciais: o Programa Cultura Viva propõe que os Pontos de Cultura se articulem em rede. O sentido dessa rede por vezes é polissêmico e, ora diz respeito à forma de gestão do Programa que em muitas questões acolhe e responde às demandas da sociedade, outrora fala da forma como os Pontos se articulam com outros Pontos. A organização em rede propõe processos de auto-gestão e co-responsabilidade, diluindo o poder em vários pontos focais, possibilitando a formação de uma equipe de gestores que se propõe a ressignificar e mesmo reverter a assimetria que existe tradicionalmente entre sociedade, Estado e mercado, em um trabalho onde as ações são construídas coletivamente. O Programa Cultura Viva procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os contextos sociais, ajudando a repensar as políticas públicas que tradicionalmente tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e muitas vezes anacrônicos. O

¹ Este artigo foi publicado in: BRASIL. Programa Cultura Viva: observações e análises. Brasília: SCC/Ministério da Cultura, 2009.

² Utilizamos o termo tradutor no sentido que propõe SANTOS: 2007, p.39: “A tradução é um processo intercultural, intersocial. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução linguística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem “canibalização”, sem homogeneização. (...) Há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa.”



17. CARTOGRAFIA DOS PONTOS DE CULTURA: NOVOS MAPAS CONCEITUAIS

VALÉRIA VIANA LABREA¹
MARIA ANTÔNIA DO CARMOS
RANGEL

Exercício da liberdade. Potência com afeto. É o que praticamos aqui. O comum é simples. A resignificação da política no século XXI, para além das fronteiras e dos territórios, é reencontrar este sentido.

Célio Turino

NO ENTREMEIO: ENTRE A DERIVA E A COSTURA

O Seminário Internacional do Programa Cultura Viva buscou compreender os deslocamentos conceituais que a experiência vivida nos/pelos Pontos de Cultura e a reflexão analítica e teórica sobre eles produzem. A ideia foi dar uma parada para compreender essa experiência e os saberes que produz. Nas palavras de Célio Turino no Círculo de Convergência que finalizou o encontro:

Daqui sai um retrato do programa.

No início foi uma construção solitária, mas depois muitos outros chegaram. Incorporando novas reflexões. Muitos atores se incorporando. Pulsação. Maleabilidade. Busca também de conhecimentos profundos, ir profundamente utilizando as diversas formas de inteligências.

Para tirar esta foto do programa a metodologia da tradução intercultural permitiu que cada grupo, dentro da sua singularidade, refletisse sobre essa experiência social a partir de seu próprio lugar e, na escuta da narrativa do outro, se abrisse para outras perspectivas, ampliando sua possibilidade de compreensão. Este encontro produziu novos conhecimentos contextuais construídos coletivamente nos GAs e validados nos Círculos de Convergência. Na perspectiva que adotamos, o conhecimento contextual é um território de pesquisa, um campo empírico fértil para uma cartografia social e simbólica que busca relacionar os conhecimentos que a experiência de ser Ponto de Cultura gera, produzindo uma narrativa afirmativa que mostra o que o Programa Cultura Viva tem, sua potência para fortalecer os vínculos de pertencimento e de identidade, ampliar sua visibilidade tanto para o Estado quanto em suas comunidades, e quais são os cenários de futuro possíveis. Nos grupos aflorou a percepção de que o Programa caminha em novos campos epistêmicos, essa é uma fala recorrente e recortamos uma que sintetiza esse pensamento:

(...) Temos o interesse de formular um conhecimento diferente daquele que é abordado nas universidades. Observamos os

conhecimentos e os processos de construção desses conhecimentos. (...) Precisamos aprender a sistematizar toda essa riqueza que vem pra nossa panela. Ação e reflexão. Princípio do professor-pesquisador. Fazer uma educação diferenciada – nasce a pedagogia da troca – quando reconhecemos nossas diferenças e aprendemos e crescemos a partir delas. Fazer com que as escolas e comunidades possam transpirar com as culturas locais. A gente conquistou um monte de coisas, mas agora precisamos sistematizar, registrar... O documento que vai sair daqui é um ovinho, que vai se desenvolver. Existem princípios comuns a nós e são esses princípios que nos interessam, pois são eles que são capazes de transformar. GA2 Cultura e Educação.

Um dos resultados do Seminário pode ser entendido como um mapa que documenta uma trajetória comum, percorrida por sujeitos singulares. A proposta deste trabalho é organizar uma cartografia, que permita acompanhar o novo mapa conceitual que foi delineado no encontro, alguns sentidos que circulam ao redor dos conceitos estruturantes do programa e que, em boa parte, organizam a rede de formulações que compõem os discursos e as narrativas dos Pontos de Cultura, a partir da memória cristalizada nos documentos produzidos pelos GAs.

Nosso esforço, ao organizar as redes de formulação, é credibilizar toda experiência, para compreender a polissemia que “empoderamento”, “autonomia”, “protagonismo” e “gestão em rede” produzem no cotidiano dos Pontos, mostrando tanto o

discurso que é comum aos Pontos, quanto suas particularidades. Por isso enfatizamos que o foco não é uma avaliação ou criar hierarquias ou modelos estáticos. A ideia é o contrário: os acertos, o como fazer de cada Ponto, suas escolhas e linguagens, bem como o erro, o equívoco, a incompreensão, o encontro de diferentes escalas e diferentes realidades possuem uma vitalidade e revelam a criatividade dos Pontos, que se superam e vão além da proposta “original” do Programa Cultura Viva.

OS GAS: PONTOS DE DERIVA

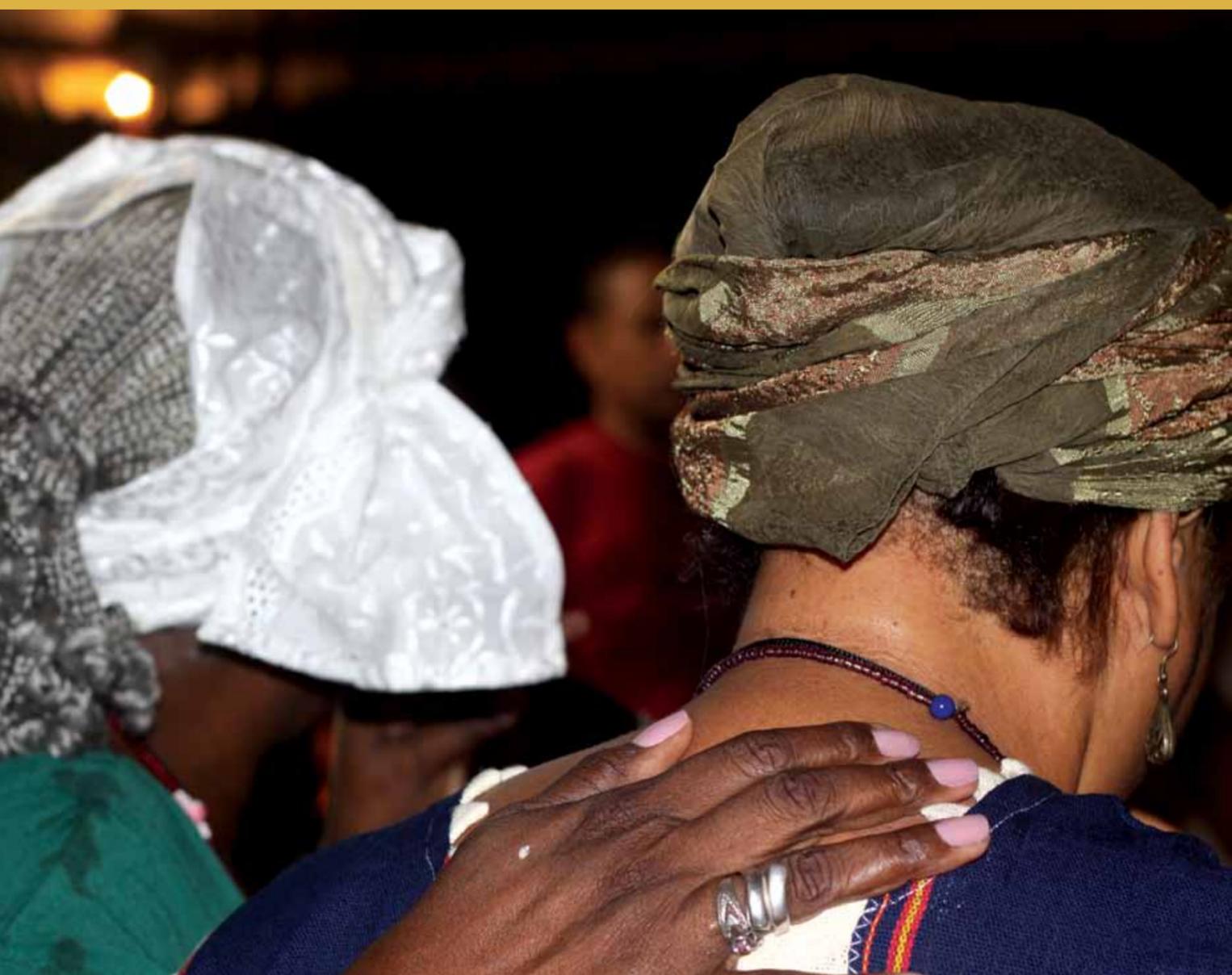
Os Grupos Aglutinadores foram pensados como espaços de encontro e reunião de igualdades e diferenças. Reunimos em cada GA sujeitos que atuam nos Pontos, no Estado, na academia, nas comunidades e a partir de um tema comum, buscam compreender a realidade do programa, a vida do Programa Cultura Viva. Antes de mostrarmos o que é comum e partilhado, organizamos uma rede de formulação composta por diversas e diferentes narrativas, recortadas das falas dos GAs. Ideias-forças, histórias, poesia, reflexão, recortes de um momento de pensar junto que, esperamos, ajudarão o leitor a compreender a amplitude do universo cultural em que os Pontos atuam, seus interlocutores, sua potência transformadora e sua dimensão política.

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO (EXPERIMENTAÇÃO)

Coco da arte e transformação

*Eu vou mostrar para vocês
Esse grupo que formou
Nosso tema não foi fácil
Olha o que resultou*

¹ Valéria Viana Labrea é educadora, doutoranda em Ecologia Humana e Educação Ambiental na Faculdade de Educação da UnB, mestre em Educação e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (2009), especialista em Educação Ambiental pelo SENAC (2007), possui graduação em Letras - licenciatura plena em Língua Portuguesa pela UFRGS (2000). Atualmente é consultora da SCC/MinC.



*Arte e transformação
Implica em reflexão
Leva a muito debate
Regando nossa paixão*

*Falamos, teorizamos
Teorizamos, falamos
Uma voz se levantou
Mas o respeito não faltou*

*Aqui tem autonomia
Protagonismo e gestão
Lema do cultura viva
É potencialização*

*Pra continuar essa história
De encantamento e afeto
A nossa cultura em rede
Precisa da sua ação*

*Olha a mobilização
Olha a mobilização
Olha a mobilização*

GA ARTE E TRANSFORMAÇÃO

*Meus irmãos
Tenho uma coisa a dizer
Uma coisa que padrinho
Já disse a vós micê*

*O que é a vida senão a arte?
Cria
Expressa na pulsão das partes
O mistério que gira em torno da
transformação
Uma engrenagem que vibra a
combustão
Porque não, combustão de
conhecimento
Troca de saberes,
para saber o que está acontecendo
A consciência de si, a atitude, o
empoderamento
Poder que é meu, é seu, de Dona
Maria e Seu Zé do Lamento
Que do lamento já se cansou
Descobriu- se mestre de si mesmo*

*e transmutou
Labutou
Labutou
Gente da terra, custou a entender
seu lugar no mundo
Culto à terra, às alturas
Alçou vôo e descobriu sua cultura.
Cultura híbrida, cultura da vida,
ponto de luz que acolheu sua fala
tímida
Valei-me Deus que esta seja nossa
sina!
Tirai o véu da opressão reprimida!
Por favor, abençoe o Programa
Cultura Viva!*

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO

Arte está inserida em um contexto político. Arte é política, porque é uma forma de se relacionar com o mundo. Pode ser libertadora ou opressiva. Nos processos promovidos pelo Programa Cultura Viva existe a vertente para libertar e os conceitos de fundamentação do programa demonstram essa vertente. Arte, como a vida, está em fluxo, em movimento. Fazer arte com política não significa apenas pensar no conteúdo, mas na forma e na linguagem que pode promover a reflexão crítica. (GA Arte e transformação).

GA2 CULTURA E EDUCAÇÃO

Os Pontos de Cultura bem sucedidos foram os que fizeram as comunidades olharem para si mesmas. Instituição que atuava na comunidade identificando crianças desnutridas, famílias que deveriam receber bolsa família, convidou a comunidade a conhecer as benzedadeiras, desenvolveu uma ação educativa.

Ser Ponto de Cultura é como ter um selo de qualidade, e a aceitação passa a ser diferente. Antes éramos várias iniciativas separadas e depois de virar Ponto de Cultura nos tornamos várias ações conjuntas. Construímos nossos próprios equipamentos de maquinário para filmagem. Passamos a contribuir com o empoderamento dos outros, que também tinham dificuldades para adquirir esses equipamentos. Estamos construindo um pólo de produção audiovisual. Cada Ponto de Cultura vai produzir um filme, com esses maquinários que nós mesmos fizemos. Hoje temos reconhecimento internacional. O programa extrapolou as fronteiras do Brasil, é um exemplo para outros países. Estamos produzindo vários curtas e longa-metragem.

GA3 CULTURA E JUVENTUDE

Participação e envolvimento no Ponto desde a infância. A vivência no Ponto modificou minha forma de pensar, de interagir, me fez valorizar mais as questões do município, a me preocupar em voltar a estudar. Percebi que a vida tem mais Raízes, mais ramificações, mais possibilidades, não era tão quadrada. A vivência no Ponto ajuda os jovens a enxergar possibilidades, a correr atrás delas. Tendo essas noções, os jovens conseguem caminhar sozinhos – junto com o Ponto ou fora deles. Acho que o Ponto de Cultura abre mais a cabeça. A relação entre o Ponto de Cultura e a comunidade é muito boa. Eu defendo o Ponto e me sinto parte dele.

Cultura virou nossa bandeira. O maior desafio do Ponto sempre foi

fazer com que os jovens continuem no projeto, como fazer um trabalho que fomenta no jovem a vontade de gerir o Ponto também, de participar da promoção das atividades. Nosso entendimento de protagonismo é o jovem encabeçando, o jovem liderando o processo. Protagonismo para a gente é o garoto tomar a responsabilidade mesmo, é agir, tomar à frente e ter ferramentas para fazer isso de forma madura. Como fazer isso de maneira organizada, estruturada? É importante dar ferramentas para que o jovem possa ser protagonista.

GA4 CULTURA DIGITAL

Software livre é parte do conceito de cultura digital, é uma peça fundamental. Principalmente se falamos de transformação social. Quando capacitamos alguém para usar software livre ele passa a ser um produtor daquele software. Traz a questão do empoderamento. O que é fundamental é que com o software livre podemos compartilhar não só o uso, mas o desenvolvimento da ferramenta, o que possibilita a inclusão da comunidade. Quebra a imposição do consumo de novos computadores – a cada transformação do software (como acontece com os softwares privados). Isso tem várias consequências, como a diminuição do descarte de máquinas. Existem várias implicações filosóficas e políticas como a mudança do padrão de consumo – a inversão da lógica de mercado.

GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

*Do vale d’água d’alma
Dourou alma pensante
Nasceu cidade na pedra*

*Escorre lagrimas dos lamentos
Almas choram a dor do mundo
A terra treme, pedra voa aos céus
Cai chuva de pedra, desaba morro*

*As mãos calejadas, mas o sustento ganho
Com marreta e cunha quebra pedra
Filhos da pedia vivem na mata
Almas pensantes chegam ao vale
Bebem d’água, provam o encanto
Deste canto silencioso e aberto a todos
Revelo em simples versos
O canto da terra
Da pedra d’água vida brota
Desbrota rosa do tempo
Alumeia a terra clareia a áurea
Pai das Eras*

- *JULIO CÉSAR (GA 5)*

GA6 Cultura e Economia Solidária
Há a história de um grupo de mulheres se encontravam na bica de água e reclamavam da opressão que sofriam dos seus maridos
Então, começaram a se organizar em uma cooperativa de catadoras de resíduos, mobilizando cada vez mais mulheres, gerando renda, conseguindo, transformar suas vidas. Elas conseguiram maior autonomia e melhor qualidade de vida. “Nós éramos lagartas, agora somos borboletas”.



GA7 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

O programa quebra alguns paradigmas na questão do que é cultura. Saiu-se de poucos projetos milionários para algumas poucas empresas, para uma quebra de paradigma. Isto permitiu a participação de grupos menores. Este programa é, portanto, o pulo do gato. A cultura não precisa, contudo, estar inserida no mercado . Estética, ética e economia. Deve-se reconhecer a importância do processo.

GA8 **CULTURA COMO BEM COMUM E BEM ESTAR (SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR)**

GA9 **ARTE E TRANSFORMAÇÃO (EXPERIMENTAÇÃO)**

GA10 **CULTURA E EDUCAÇÃO**

GA11 **CULTURA E JUVENTUDE**

GA12 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA13 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

- *AS REDES DE FORMULAÇÃO: PONTOS DE COSTURA*

GA14 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA15 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA16 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA17 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA18 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA19 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA20 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA21 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA22 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

- *AS REDES DE FORMULAÇÃO: PONTOS DE COSTURA*

GA23 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA24 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA25 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA26 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA27 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA28 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA29 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA30 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA31 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA32 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA33 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA34 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA35 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA36 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA37 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA38 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA39 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA40 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA41 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA42 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA43 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA44 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA45 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA46 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA47 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA48 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA49 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA50 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA51 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA52 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA53 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA54 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA55 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA56 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA57 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA58 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA59 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA60 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA61 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA62 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA63 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA64 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA65 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA66 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA67 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA68 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA69 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA70 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA71 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA72 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA73 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA74 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA75 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA76 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA77 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA78 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA79 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA80 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA81 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA82 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA83 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA84 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA85 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA86 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA87 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA88 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA89 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA90 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA91 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA92 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA93 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA94 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA95 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA96 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA97 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA98 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**

GA99 **CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)**



Fusão de uma parceria com governo com a organização autônoma, mediada. Em contraposição, as conferências de cultura são centralizadas pelo Estado. Isso foi contestado e agora está mudando. GA5 Cultura, Tradição e Invenção (Linguagem, ruptura e contradição) Mestre Teodoro de Bumba meu Boi diz: “eu quero que o governo me apóie, mas não é o governo quem tem que dizer o que eu tenho que fazer, não. Se uma pessoa estiver precisando de uma feira, eu vou fazer uma feira.” Poder fazer o que for necessário segundo o presente e a necessidade daquela comunidade, o que não acontece com a relação com o Estado, ele pede um roteiro “antes”. A autonomia é poder de fato permitir as ações locais, conforme as necessidades das comunidades. O fato é que o Estado é regido por leis que foram criadas para ações que não as culturais. Os indicadores adotados não refletem essa realidade.

Autonomia não se conquista, se retoma, como os povos indígenas. A autonomia já existe dentro das tradições e das manifestações culturais.

Estado X Autonomia: exercício de respeito ao burocrata. A burocracia é uma questão de zelo do estado brasileiro. O país não teve uma revolução, mas uma força de comando sutil com algumas contradições...Cumprir a determinação forte e rígida. São mecanismos de controle sobre o dinheiro público. Tem os clientelismos grandes e os pequenos, que a sociedade pode não entender.

Há resistência do Estado a esse tipo de interferência no Estado... A autonomia é uma infiltração dentro do Estado. Mas existem mecanismos dentro do Estado que começaram a permitir algumas consolidações...

Política.... nós somos os autores das autoridades... Um Estado poroso nos interessa, assim podemos trabalhar nas frestas...os discursos do Estado e das pontas ou Pontos, serem diferentes é um fato, mas isso não pode impedir que todo o aprendizado possa ser sistematizado! A revolução vai se dar nos patamares das contradições...

GA6 CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A autonomia é a capacidade de tomar decisões e arcar com as consequências delas; é igual à independência e liberdade de ação, saber fazer bem o que se faz. É a independência do conceito e da implantação da proposta; independência financeira. A autonomia está ligada diretamente à questão da sustentabilidade. Existe uma demanda por discutir como a política pública vai dialogar para gerar autonomia.

De que forma a economia solidária pode gerar um Ponto de Cultura? Há autonomia na economia solidária, na gestão econômica e organizacional, no uso de moedas sociais; vale-cultura como moeda social, gerando autonomia sem fazer juízo de valor.

GA7 Cultura e Emancipação (Estado, sociedade e política) Autonomia é capacidade de gestão, o empoderamento está dentro.

Autonomia deve jogar no ataque, pois pode romper com algumas normas, repensar algumas amarras. A autonomia deve avançar no sentido dos orçamentos públicos. Autonomia de ações e avançar contra a burocracia. A emancipação é a construção da superação desse aparato, construção de contra-hegemonia, gera a ruptura necessária com o aparato de Estado.

Há limitações que as relações entre o Estado e a sociedade trazem para a autonomia. O Estado tem um conjunto de regras muito rigorosas. No Estado é a autonomia com o limite dado pelas regras da área pública, toda a autonomia é regida por critérios. Existem algumas ferramentas do próprio programa que evidenciam bem essa não-autonomia. Um exemplo é o edital.

Autonomia e sustentabilidade são coisas diferentes. Ter os recursos estatais é direito. Cultura é um direito. O avanço cultural se liga a uma forte intervenção estatal porque não é possível para os grupos se auto-sustentarem. O programa não lida com a produção de bens culturais para serem vendidos no mercado e resta a alternativa do subsídio estatal. É um longo processo, não basta o aporte de recursos inicial, e isso é



direito. Mas não devemos nos abster de criticar o Estado porque ele é o agente financiador.

Temos direito aos recursos e à participação nos processos decisórios. O subsídio é um direito, mas trabalhando num Ponto de Cultura é importante saber o quanto isso gera de insegurança. Uma única fonte de financiamento gera incertezas. Uma fonte só de financiamento é problemática. A resposta a isso não é a auto-sustentabilidade a partir da inserção do Ponto no mercado cultural. Isto é, inclusive, um gargalo do programa.

Não ter capacidade de se sustentar é problemático. A autonomia também diz respeito a aprender a gerenciar os recursos. Às vezes ficamos muito à espera do Estado. O caminho se aproxima de processos participativos, pois isso vai garantir autonomia e capacidade de andar com as próprias pernas. Temos que pensar na cultura como direito, e também como investimento. E construir bem a política para que a insegurança diminua. Extrema dependência dos pontos de cultura com relação ao Estado. Forma de gestão dos pontos ainda é precária. Isto interfere na autonomia. Não houve preocupação de fazer a capacitação de gestão dos pontos. Lei 8.666 (Lei da Besta). Lei se refletiu nas regulações e contratos que o governo firma e trata em pé de igualdade os pontos isolados e grandes empresas culturais. O subsídio a cultura é infimo se comparado, por exemplo, ao da agricultura.

O pensamento neoliberal também trabalha com um significado de autonomia, que é o de desresponsabilização do Estado.

GA8 Cultura como Bem Comum e Bem Estar (Saúde, Sustentabilidade e Soberania Alimentar) Os princípios da Autonomia e do Protagonismo caminham juntos. Autonomia significa comunicação e parceria. Quando você tem parceiro, você consegue ser mais autônomo, porque mesmo que o projeto acabe você consegue seguir seu trabalho.

Temos que ter noção do modo como nossa sociedade está estruturada. Que humanos somos nós que fazemos esses movimentos, para se transformar? Somos muito mal formados para viver. É necessário mudanças mais profundas, precisamos formar humanos diferentes. Existe um método de gestão errado, precisamos mudar isso.

A autonomia depende de um fomento inicial. Eu não preciso ser voluntário para mudar o mundo. Eu não preciso doar minha vida. Posso ser complementar ao sistema. Formar gente diferente, formar filhos diferentes. Prefiro ver que não existe oportunismo. Existe oportunismo dentro de um sistema de valores. Há modos de formar indivíduos íntegros. Não precisamos desfazer o que já está implantado.

PROTAGONISMO

Quem é o protagonista?

O cara que no barco grita 'how', ou quem na novela aparece mais? Como ação, protagonismo é relativo à pró-atividade, é mais como um verbo: protagonizar, ter iniciativa. O protagonista impede que o canto das sereias desvirtue o grupo. Seria o protagonista o ator principal?

GA4 CULTURA DIGITAL

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO

Protagonismo é fundamental para por na mesa o debate sobre o reconhecimento. É a ação que gera a consciência, o reconhecimento e o pertencimento, o respeito à diversidade. Os grupos, os Pontos de Cultura se reconhecem no processo de vivência das políticas públicas. GA2 Cultura e Educação

O Programa Cultura Viva potencializou quem já trabalhava, quem já era protagonista e por isso o programa fortaleceu essas características. Os Pontos de Cultura bem sucedidos foram os que fizeram as comunidades olharem para si mesmas.

GA3 CULTURA E JUVENTUDE

No caso do protagonismo, a questão de como fazer o jovem se sentir parte do espaço é importante. Nesse sentido, é bom que se deixe o jovem fazer o que ele tem vontade, dar espaço para que ele possa traçar seus próprios caminhos. O jovem pode sair do Ponto em um determinado momento, formar outras alianças, fazer outros projetos, voltar para o Ponto ou não. É difícil mapear como fica o protagonismo e a autonomia depois que o jovem sai do ponto, mas é importante saber que a semente da autonomia ficou.

O protagonismo é o aspecto mais relacionado com as outras questões. Falta especificamente no debate do protagonismo o que o diferencia, o que o caracteriza. Acho que a palavra liderança é uma palavra importante nesse contexto. É o jovem participando do processo ou é mais que participação?

Protagonismo é uma participação pró-ativa. Ação protagonista é uma ação que se gesta em um processo de reconhecimento das diferenças. É construir coletivamente, estimula e envolve a participação de todos.

GA 4 CULTURA DIGITAL

A autonomia está ligada ao protagonismo. Não é um princípio, você tem que chegar lá. Podemos ver os pontos de cultura como política pública – do ponto de vista da participação – como aquilo que é da sociedade.

Decidimos que a sede seria, então, os espaços das organizações parceiras. Isso proporcionou protagonismo e união, também um empoderamento maior. Conseguimos realizar muita coisa sem recurso financeiro. Conseguimos descobrir que éramos mais fortes do que acreditávamos ser.

É importante que se legitime o movimento, mas fico pensando se uma comissão nacional não recria modelos antigos e impede o surgimento de coisas novas. A tendência é de que quem está nos Pontos de Cultura é fique como homologador da proposta. Construímos o carro novo com rodas antigas. Sempre existe o papel da liderança, alguém tem que decidir... Mesmo que o outro concorde.

Quem primeiro levou os equipamentos para a comunidade fomos nós. Depois pensamos em ampliar essa possibilidade, com base no interesse demonstrado. O lugar é um terreno. A lógica de trabalho tem que contemplar essa perspectiva e também a característica periférica da

comunidade. É a convergência da transversalidade dessas ações que proporciona a cara do trabalho. Agora todos da comunidade já dominam todo o processo. Não precisamos estar mais lá. Um trabalho bem sucedido se encerra em período determinado. Segue a lógica da pedagogia freireana.

Autonomia e protagonismo interagem em cada momento. Intercâmbio – protagonismos alternantes.

Protagonismo é meter a cara, é decidir ir em frente, é ser também o ator principal. É agir com consciência.

Entender o protagonismo como uma forma de resistência. Para ser protagonista você tem que se subverter. As pessoas com quem a gente trabalha também são protagonistas do processo.

Na hora que alguém faz um programa com a comunidade toda ouvindo... Olhe a auto-estima crescendo! Isso é protagonismo.

GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

O protagonismo transforma, o Ponto de Cultura reconhece todas as dignidades que estavam abandonadas, na hora em que traz a dignidade para frente é a centelha que traz todo o processo transformador da cultura. Espaços de encontros e trocas fortaleceram protagonismo de sujeitos que não tinham papéis definidos.

Protagonismo é um pouco contraditório com o conceito de autonomia. Mas ao mesmo tempo para ser o verdadeiro protagonismo, ou no seu melhor sentido é ser entendido como “oportunidade”, “visibilidade”. Transformar o comando, os sujeitos que estão no comando. Assumir o holofote. Não permitir que os outros contem a minha história. O programa abre cortinas e permite que o povo mostre a sua cara.

GA6 CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Protagonismo é:
- Ser “dono” de si
- Ser sujeito da ação
- As demandas são dos próprios sujeitos
- Na Economia Solidária o protagonismo é de pessoa, e não do mercado
- Protagonizar através dos sujeitos o uso que se faz da renda/sobras a partir dos produtos

- Respeita a lógica e a vivência local valorizando a comunidade
- Oportunidade de criar
- Dar responsabilidade de gerir idéias
- Descobrir lideranças.
É uma característica natural do indivíduo, pode ser incentivado ou inibido, depende do modo que se trabalha.

GA8 CULTURA COMO BEM COMUM E BEM ESTAR (SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR)

Protagonismo é uma coisa muito genérica. Não consigo entender isso no comum. É uma palavra muito apropriada, mas tem que ser uma categoria comum para vários atores primeiro.

Protagonismo significa articulação, mostra que você como sociedade pode mudar as coisas.

Fala da relação articulação e protagonismo, que envolve comprometimento. A articulação vem como necessidade de qualificação do seu Programa.

- *EMPODERAMENTO*

Empoderamento não como tomada de poder, mas como distribuição de responsabilidades com o coletivo, com o outro, através do protagonismo. Divido responsabilidade com o Estado, mas faço da minha forma.

Empoderamento é uma forma de ressignificar o poder; assumir a responsabilidade com o conjunto da sociedade; cada um se apropria de como exercitar o seu poder.

O empoderamento permite que eu me construa como sujeito e como seres políticos. “Todos somos seres políticos.”

GA2 CULTURA E EDUCAÇÃO

Empoderamento é tomar aquele lugar. “Apoderar-se de” é mais do que empowerment. “Apoderar-se de” é tornar próprio de mim. Apropriar-se é um ato externo e empoderamento é me tornar consciente do meu poder.
Aí em posso me tornar protagonista a partir do meu empoderamento e ai sim me tornar autônoma. Vamos dar empoderamento para fulano de tal. Difícilmente fala-se de apoderar. Apoderar é sempre de dentro para fora. Nós estamos nos apoderando de algum tipo de ação e somos capazes de executar aquele tipo de ação.

O pessoal da favela se apoderou de uma ferramenta (software)

	
complexa para desenvolver sua própria ferramenta. Ninguém deu isso a eles.	
Empodimento – uma pessoa trocau a palavra sem querer e acho que isso foi muito interessante. Ela disse: a gente pode mesmo. Ela está percebendo que ela pode. Empodimento é o contrário do que impedimento. Empodido. A gente às vezes não pode tudo. Gosto mais de ficar do outro lado, conversando... a gente pensa que nós estamos empoderando. Quem tem cultura viva, já pode tudo.	
GA3 CULTURA E JUVENTUDE	
Relação entre o empoderamento e a autonomia é dinâmica, não necessariamente uma coisa leva a outra em um sentido unidirecional. Objetivo é juntar, associar os três conceitos. Embora esses conceitos possam ocorrer separadamente, nos pontos, eles aparecem misturados.	
Talvez a palavra empoderamento não seja a palavra mais adequada, porque passa a idéia de que alguém dá o poder, não necessariamente que as pessoas se empoderam. Talvez fortalecimento fosse uma palavra melhor.	
Acho que o empoderamento está ligado à idéia de saber que posso fazer alguma coisa, de poder fazer algo e contribuir de alguma forma. Poder passar o seu conhecimento para o outro.	
Empoderamento é um pouco a idéia de se sentir responsável pelo Ponto e, ao mesmo tempo, de se sentir bem participando dele, se sentir à vontade. Quando você começa a se sentir parte do Ponto e a se sentir bem ali, você começa a se sentir mais livre para propor, para	

	
sugerir projetos, atividades. Isso gera, aos poucos, um sentimento de autonomia, você começa a se sentir mais aberto a participar de novas experiências. Esse é o segredo do empoderamento, se sentir bem fazendo aquilo, o que leva ao sentimento de pertencimento.	
Pensando no Pontão, acho que isso demora um pouco mais de tempo. Acho que o empoderamento vem com o acompanhamento do que vai sair a partir da formação. Pode demorar um tempo até que aquele processo gere frutos, mas quando gera, você percebe que houve um empoderamento.	
GA4 CULTURA DIGITAL	
Não gosto de empoderamento, a gente não entende isso, a agente entende o pertencimento. O próprio conceito de empoderamento é importado. Gestão dos pontos – grana, hierarquia, quem faz, quem recebe... São autônomos? Há questões de disputa. O outro lado da solidariedade. Pensar novos modelos de gestão. Empoderamento significa “ter bala na agulha”, ter poder, ser quem pode mandar. Tradução para o inglês do termo de Paulo Freire – autonomia. Re-importar o conceito. Faltou conceito de sustentabilidade, tem a ver com autonomia, mas por um viés econômico.	
GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)	
Empoderamento, eu fui traduzir essa palavra, porque era nova para mim. É o fortalecimento e não empoderamento. Potencialmente temos tudo o que buscamos, o que temos é que fortalecer.	
Fortalecer o sujeito está muito ligado	



O Ponto de Cultura em uma oficina de produção de brinquedos educativos.

ao protagonismo. Um sujeito forte é um protagonista. Fortalecer faz com que acreditemos que todos tem alguma coisa especial dentro e o que falta é fortalecer. Fortalecimento / empuleiramento (ver de cima, subir no puleiro).

No lugar de empoderamento uso pertencimento, isso te pertence. Em alguns casos o pertencimento pode ser visto como empoderamento. Reconhecer o que já existia também é poder. As pessoas hoje não são preparadas para lidar com o reconhecimento.

O empoderamento como doação não faz sentido, eu não dou o poder a alguém! Pertencimento (“isso” é seu!), com identidade (ter nossa cara, nosso cabelo). Eleva a auto-estima, colocar os “meios de produção” na mão de quem cria e de quem faz. O empoderamento é “dado” ao outro ð auto-empoderamento é incorporado; são atitudes e ações afirmativas que fortalecem as pessoas/ajuda a se descobrirem.

GA6 CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

	
discussão não pode ser feita sem que a gente reflita em como se dá a produção e circulação cultural no país. Esta não é a função do Ponto de Cultura, mas se for, teremos que lutar contra esses monopólios.	
Os Pontos de Cultura são extremamente heterogêneos em vários aspectos. Eles não nascem com os programas do Ministério. Portanto, potencializam práticas. Não é o Ponto que empodera a instituição. Não é o Ponto de Cultura que ganha legitimidade do Estado; o Estado também ganha legitimidade com Pontos de Cultura. Afroreggae e Ação da Cidadania como exemplos. O empoderamento é o reconhecimento do trabalho do grupo que proporciona novas relações com a cidade e com governos locais. Agora com a força do governo federal. O Estado pauta e é pautado o tempo todo.	
A palavra empoderamento em si gera estranhamento. Só funciona se for coletivo. Enfatiza-se a importância de se pensar no conceito no sentido político, ou seja, em uma questão mais ampla, no contexto em que estamos. É necessário preparar o indivíduo e o coletivo para “usar” a palavra/ conceito. É um processo de construção para que se chegue aos avanços requeridos. É o próprio passo para a superação dos obstáculos. Capacidade de superar problemas em conjunto.	
GA7 CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA) EMPODERAMENTO DENTRO DOS PONTOS DE CULTURA	
Tem o problema dos editais. Há perda de autonomia para um grupo se manter por vezes. Pra dentro dos pontos de cultura, empoderamento. Pra fora, como alargar o espaço de formulação das políticas, não apenas execução.	
Pode-se pensar nos Pontos de Cultura enquanto incubadoras. Essa	

	
discussão não pode ser feita sem que a gente reflita em como se dá a produção e circulação cultural no país. Esta não é a função do Ponto de Cultura, mas se for, teremos que lutar contra esses monopólios.	
Os Pontos de Cultura são extremamente heterogêneos em vários aspectos. Eles não nascem com os programas do Ministério. Portanto, potencializam práticas. Não é o Ponto que empodera a instituição. Não é o Ponto de Cultura que ganha legitimidade do Estado; o Estado também ganha legitimidade com Pontos de Cultura. Afroreggae e Ação da Cidadania como exemplos. O empoderamento é o reconhecimento do trabalho do grupo que proporciona novas relações com a cidade e com governos locais. Agora com a força do governo federal. O Estado pauta e é pautado o tempo todo.	
A palavra empoderamento em si gera estranhamento. Só funciona se for coletivo. Enfatiza-se a importância de se pensar no conceito no sentido político, ou seja, em uma questão mais ampla, no contexto em que estamos. É necessário preparar o indivíduo e o coletivo para “usar” a palavra/ conceito. É um processo de construção para que se chegue aos avanços requeridos. É o próprio passo para a superação dos obstáculos. Capacidade de superar problemas em conjunto.	
GA7 CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA) EMPODERAMENTO DENTRO DOS PONTOS DE CULTURA	
Tem o problema dos editais. Há perda de autonomia para um grupo se manter por vezes. Pra dentro dos pontos de cultura, empoderamento. Pra fora, como alargar o espaço de formulação das políticas, não apenas execução.	
Pode-se pensar nos Pontos de Cultura enquanto incubadoras. Essa	

discussão não pode ser feita sem que a gente reflita em como se dá a produção e circulação cultural no país. Esta não é a função do Ponto de Cultura, mas se for, teremos que lutar contra esses monopólios.

Os Pontos de Cultura são extremamente heterogêneos em vários aspectos. Eles não nascem com os programas do Ministério. Portanto, potencializam práticas. Não é o Ponto que empodera a instituição. Não é o Ponto de Cultura que ganha legitimidade do Estado; o Estado também ganha legitimidade com Pontos de Cultura. Afroreggae e Ação da Cidadania como exemplos. O empoderamento é o reconhecimento do trabalho do grupo que proporciona novas relações com a cidade e com governos locais. Agora com a força do governo federal. O Estado pauta e é pautado o tempo todo.

A palavra empoderamento é muito americanizada. Fortalecimento da potência do ser enquanto sujeito histórico. Quanto mais ele compreende este potência, mais ele consegue empreender e mudar a história. Eu acesso recursos públicos não importa qual governo. Acessar recurso não é fazer aliança. Exemplo com relação às entidades: muitas entidades com mais de 2 anos de prática (o que exige o edital). Aumento da disputa por recursos. O Cultura Viva provoca autonomia em entidades que já tinham uma história.

A economia da cultura é limitada. Não trabalha com o conceito de hegemonia. Incomoda pensar a cultura enquanto produção de lucro. Emancipação não como produção de recursos. O ponto de cultura empodera e é empoderado. Economia da cultura não pensa em

	
monopólio. A Cultura não como uma política de governo, mas como política de Estado. Em que medida a norma deve sobreviver aos governos. Exemplo: Maracatus e cavalos-marinhos em PE.	
O Ponto de Cultura apresenta o seu projeto. Autonomia da rede. Escolas Vivas. Conceitos transversais de acordo com o caminhar da rede. Os Pontos de Cultura têm autonomia de propor seu projeto. A capacitação já está prevista nos âmbitos estaduais. Cultura não como produto final, mas como processo cultural. Na rede, eles trocam processos culturais. Este também tem valor, tanto de escambo quanto financeiro, mas também acadêmico.	
A experiência de artista. É importante pensar na situação de trabalho do artista. Se ele já existe e está sendo um ponto de recepção de difusão de produtos artísticos, é bom que se pense no artista. A questão do dinheiro, portanto, é sim importante. Exemplo: linhas de crédito. O artista também é protagonista.	
GA8 CULTURA COMO BEM COMUM E BEM ESTAR (SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR)	
Empoderamento implica na idéia de que se possui o poder. Isso é incômodo.	
Poder é saber. Quero ser poderoso, mas sobre mim, sobre meu destino e acho que todos devem querer isso também.	
Empoderamento é compartilhar e depois comungar (comungar aqui está relacionado à fraternidade). Há um descompasso de como construir tudo. O processo de	

gestão compartilhada é muito interessante, mas a disposição para o planejamento tem que ser maior. É difícil ter uma estrutura para que esse planejamento aconteça.

GESTÃO EM REDE

Não podemos estar presos às palavras, porque alianças já existem há muito tempo entre os povos, essa rede sempre existiu...

GA5

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO (EXPERIMENTAÇÃO)

Os conceitos estruturantes do Programa fundamentam a atuação em rede. Os Pontos de Cultura potencializaram o protagonismo, autonomia e empoderamento que já existiam, eles são dados, são construídos, e a gestão em rede é um meio para alcançá-los. A gestão em rede é um caminho para trocar e dar continuidade às experiências dos Pontos de Cultura.

Gestão em rede = compartilhamento; fortalecimento das bases; potencializar, contribuir, gerir; construção de políticas que se relacionem entre si; política pública de descentralização.

GA2 CULTURA E EDUCAÇÃO

Gestão em rede é uma ferramenta, não pode estar no lugar dos princípios. O valor é compartilhamento, gestão compartilhada.

Rede. Nós construímos juntos uma rede com barbante. De repente tínhamos uma Teia pronta. A gente tem coisas que nos ligam nesse fazer. Parece que a escola é um bicho de 7 cabeças. As relações têm um tempo de se construir. É difícil estabelecer essa relação com a escola. As escolas são engessadas, sim. A gente tem falado de rede, na escola a gente fala de emaranhado. Nos Pontos de Cultura a gente constrói o fazer. Nas escolas o fazer está pronto. A gente tem o âmbito do pensar, do fazer e do ser. Se a gente não tem um espaço para respirar, esses âmbitos vão ficando menor. Nas redes, a riqueza são as trocas de experiências. Esse protagonismo tanto dos meninos quanto dos professores. Os professores estão tão sufocados que eles não têm noção do que podem fazer. As crianças, quando têm uma vivência nova, elas mesmas começam a transformar a escola.

GA3 CULTURA E JUVENTUDE

O Ponto de Cultura abre espaço

para que muitas atividades que surgiram ali possam ser ampliadas e desenvolvidas em outros espaços. O Ponto não tem toda a infraestrutura necessária para realizar algumas atividades, então busca-se articulações com outros espaços, com outros pontos, ampliando as atividades e mesmo melhorando a forma como elas ocorrem.

Uma coisa que eu acho que tem a ver com a gestão em rede é a questão do Pontão. O Pontão, ao invés de trabalhar com os jovens diretamente, trabalha com os Pontos, promovendo a articulação e gerando mobilização também. Acho que o Pontão entra nessa idéia de protagonismo também, porque está lá para fazer uma ponte, ajudando para que as atividades possam ser realizadas e permitindo que esse protagonismo possa ser mais efetivo. No caso da rede, o Pontão também ajuda na articulação, em como fazer para que as relações se estendam, para que não fiquem só no âmbito regional. Nesse ponto é importante também o uso das ferramentas virtuais.

Nem sempre o formato da rede é horizontal o suficiente para permitir que cada um consiga se expressar, dizer que o pensa e se fazer ouvido. Alguns órgãos que deveriam estar ajudando e articulando não conseguem fazer isso, ficam presos em uma burocracia. Por isso o diálogo aqui é muito importante. Todo mundo faz parte da rede, desde o menino que está começando a participar do Ponto até o governo.

Acho que quem participa é a equipe, principalmente, do grupo que gere, organiza. Mas tem também o sentimento de compartilhamento, de comunidade. É importante a conexão entre os Pontos e também a existência de espaços que articulem os representantes. A rede é um sonho e uma luta comum. É uma partilha e um diálogo entre todas as experiências.

As redes existem em vários níveis. Entre os Pontos; entre os Pontos e outros espaços; fora dos Pontos; regionais etc. A rede é a articulação em níveis regional, nacional, articulando todos os Pontos e propiciando o compartilhamento mais amplo de experiências, a integração, a teia de saberes.

A gente não trabalha sozinho. A gente precisa estar com o outro, só assim a gente consegue melhorar a sociedade. As pessoas se unem para promover o bem comum, para atingir objetivos em comum.



A rede é um universo de afinidades, é intercâmbio dentro desse universo. A rede funciona de acordo com as suas finalidades, sempre buscando a horizontalidade como um mecanismo que amplia a ação e as possibilidades de fala. A gestão em rede tem um elemento de aproximação, de troca de experiências, buscando saídas, soluções para problemas semelhantes; gerando também uma reflexão coletiva sobre diversas questões. O importante para a formação da rede é tecer laços.

A forma do Ponto de Cultura trabalhar é bem diferente da forma como o Estado trabalha. Essa aproximação é importante porque é bom que o Estado saiba como o Ponto funciona, como a comunidade o percebe e, da mesma forma, com a comunidade e o ponto em relação ao Estado. Buscar essa interação onde as pessoas percebem as dificuldades do Estado e também as demandas dos pontos.

A relação com o governo, com o Estado tende a ser muito conflituosa, então é importante que os Pontos busquem a sua

autonomia, sem depender totalmente de recursos do governo, da política de editais. Uma relação harmoniosa que se estabelece com o Estado uma hora acaba e o conflito volta. Como fica então? Quando falamos de rede, então, é preciso pensar também em autonomia.

Acho que esse é o diferencial do Programa Cultura Viva, a busca por integração em rede e por descentralização, de forma que se o programa acabasse, os pontos já tenham alguma sustentabilidade e possam continuar. Acho que o programa tem sido bem sucedido nisso.

GA4 CULTURA DIGITAL

Fazemos a discussão de conceitos com exemplos práticos. Não existe rede sem pessoas. Temos que abstrair as instituições e olhar quem são as pessoas que interagem na rede. Redes são formadas por trocas. Temos que verificar a capacidade de fazer trocas dentro da rede.

Quem pode exercer cada função?

É necessário o reconhecimento das capacidades e a promoção das mesmas. Há necessidade ainda de descentralizar o processo e os recursos, para atender as demandas dos diversos atores. Não é o nome rede que faz ser uma rede real. Autonomia é o terceiro fator de rede, isso tem a ver com a descentralização. Se tiver hierarquia, não é rede. Quanto à gestão... Tem que ter intencionalidade? Objetivo de administrar? Organicidade? Para gerir tem que ter inteligência coletiva.

A rede tem que ter alguém com iniciativa e gente que mantenha a rede viva. Entrelaçamento de conceitos. Teia, encontro dos Pontos de Cultura, com socialização das experiências. Há autonomia dos pontos para organizar o evento. Fusão de uma parceria com governo com a organização autônoma, mediada. Em contraposição, as conferências de cultura são centralizadas pelo Estado. Isso foi contestado e agora está mudando. É importante que se legitime o movimento, mas fico pensando se uma comissão nacional não recria modelos antigos e impede o surgimento de coisas novas. As redes mais sustentáveis são as redes por afinidades. Redes por afinidades e não por proximidade – mais liberdade nos editais.

Falta sistematização porque os Pontos não se comunicam, em forma de rede, para que possam se apropriar do que está sendo feito nas diferentes localidades, criar outras leituras, possibilidades.

Uma lista de e-mails já agiliza muitas coisas. Um coletivo de informação tem por objetivo compartilhar conhecimentos. Outro fator relevante é ter um caixa comum – o que promove o deslocamento de

parte da grana. Temos ainda a moeda virtual - (moeda de troca local) – que fica armazenada no banco de dados e no imaginário das pessoas, chamada uiraquitam. Um dos princípios é o que chamo de manutenção da relação. A Cultura Digital funciona em um ambiente de comunicação constante.

Há duas questões: oralidade e aprendizado. Ninguém aprende sozinho... Isso é falácia. Existe alguém do outro lado que te responde... E tem que ter cuidado para um não virar um respondedor. Por exemplo, pode-se criar um ambiente de aprendizagem sem identidade muito clara, sem tantas relações pessoais. Os caminhos que se entrecruzam e se influenciam mutuamente. Relação em rede é intrínseca à cultura digital.

Cultura digital é transversal em todas as outras ações. Ela não pode estar descolada de qualquer outra atividade dos Pontos de Cultura. A não inclusão da Cultura Digital atrapalha a comunicação com os atores dos pontos. Precisa-se educar para e no trabalho em rede. Criar um espaço de convergência para essas produções é importante, ainda não existe essa plataforma, falta um portal ou similar.

GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

Gestão em rede, utopias das utopias... através do Cultura Viva perdemos a sensação de isolamento, percebemos que éramos muitos, espalhados e as novas tecnologias é que permitiram todo mundo se ver. A própria gestão foi uma grande novidade. Hoje não usamos a rede para gestão coletiva, ela é usada para a informação, para a

divulgação. Não é usada ainda em mutirões, o trabalho coletivo ou de gestão efetiva em rede ainda não está acontecendo, é preciso ir mais além. Os pontões podem ser a origem da gestão em rede. É preciso quebrar o paradigma das rádios, por exemplo, e só a rede pode potencializar isso através da articulação para a subversão.

A Teia é a nossa grande experiência de rede onde cada nó é um centro.

O perigo é a grande de desestabilização se não trabalharmos com os pontos de “costura”. Todos os Pontos já eram Pontos, eles foram apenas potencializados, se o programa acaba os Pontos não estarão mais no esquecimento, continuam Pontos com antes, porém agora visíveis. Pontos de costura, luta política – deve ser uma construção permanente da gestão compartilhada exercida entre os Pontos e o Estado.

Como a tecnologia pode retratar outras linguagens sem se tornar emblemática?A produção do conhecimento é tamanha que estamos no momento de maior dificuldade de “tratamento” dessa produção, esse momento é agora? Aqui? Comunidade colaborativa de aprendizagem ð inteligência coletiva para todos.

Tratamento, edição, gestão da produção cultural; circulação e distribuição de conteúdos produzidos pelos Pontos de Cultura dentro e fora da rede cultura viva, em diversos suportes, estar em contato, colocar pro mundo ver! Gestão das redes sociais que contemple a socialização da produção cultural através de processos de colaboração, mutirão e cooperação. Os terreiros são



exemplos de gestão: ensinam, acolhem, aprimoram e transformam – outros olhares, socializar os sonhos.

GA6 CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gestão em redes é:

- Compartilhamento de idéias
- Trabalho em conjunto
- Solução de problemas
- Fortalecimento institucional
- Comercialização conjunta
- Articulação na distribuição
- Compartilhamento de ações
- Troca de experiências
- Rompe com estruturas hierárquicas verticais. Exemplo: Mercado: Patrão x Empregado. Na economia solidária, todos são sujeitos do processo
- Inovação na gestão de informações e compartilhamento e complementariedade de ações
- Fortalece as cadeias produtivas.
- Essa rede que já existe dos Pontos de Cultura é fechada, não é acolhedora.
- Pensar em políticas que empoderem realmente que dêem essa autonomia.



- Nas organizações do terceiro setor há grandes desvios dos papéis. O problema é metodológico.
- A gestão em rede é fundamental para que as coisas fluam. GA7 Cultura e Emancipação (Estado, sociedade e política)

O Pontão nasceu para estar a serviço de um processo coletivo de reflexão que ganhou corpo e a rede foi provocada a pensar a respeito do sentido de sua atuação enquanto elemento que trabalha não só as linguagens artísticas, mas a cultura dentro de um ponto de vista mais amplo. Surgiu também a idéia de uma cartografia dos Pontos como instrumento do processo contínuo dos pontos, das vozes do que estão silenciados, das populações dos grupos de baixa renda. Aprofundamento com relação a conceitos chave do programa. Para transformar em Política de Estado: incentivo em processos de formação, desenvolvimento das capacidades dos grupos, como instrumento de fortalecimento de uma comunidade de modo que se aumente o poder de inserção deles na sociedade.

GA8 CULTURA COMO BEM COMUM E BEM ESTAR (SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR)

A gestão em rede enquadra os demais princípios, pois estamos pensando eles de dentro da rede.

Nós e nós... Temos que desatar os nós. A rede tem os nós. A Teia não...

Talvez seja justamente o nó que sustenta a rede.

“Como trabalhar a gestão do Ponto, deixar isso política de Estado e não como política de governo, e ver a gestão no Ponto e não só no Estado, e transformar tudo isso em

política pública?”

Qualificar a gestão em rede faz com que os Pontos entrem para dentro do Estado. Temos uma rede viva, imensa e um tanto desarticulada. Objetivo: Gestão em rede deve ajudar o Programa virar lei. Tudo isso passa pelo o indivíduo pensar na sua sustentabilidade, ou seja, em sua autonomia, manutenção e relação com a rede. A gente está num momento único. Temos condições de estar protagonizando o Programa Cultura Viva para ele se tornar lei. O Programa cultura Viva tem tudo isso para acontecer. Se a gente qualifica essa coisa e coloca na gestão em rede, temos o cenário para fazer isso dar certo.

Temos que tomar cuidado com quem vai fazer parte da rede. Porque há uma diferença entre o começo do Programa e hoje. No começo era movimento. Agora são projetos. Os novos Pontos não têm o mesmo comprometimento. Chegam, se apropriam da rede e não constroem.

COMO SE FOSSE A CONCLUSÃO: SÍNTESE DOS GAS

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO (EXPERIMENTAÇÃO)

Os conceitos do Programa Cultura Viva interagem e fazem surgir novas formas de experiências, através da arte.

Todos os conceitos se inter-relacionam e podem ser vivenciados através da gestão em rede.

Os conceitos são filhos dos desejos’.

Importante compreender a circularidade dos conceitos e como cada um contribui para o fortalecimento do outro (empoderamento, autonomia,

protagonismo e gestão em rede).

Os conceitos começam a ser ativados, a partir da conscientização das pessoas e a gestão em rede é a interação das pessoas que permite que as identidades se revelem e se valorizem.

Os conceitos surgem das ações praticadas, eles são inicialmente vivenciados e aí reconhecemos como os conceitos atuam na prática.

O que a prática vai nos suscitar?

O Programa Cultura Viva, através dos conceitos, reconhece e potencializa os trabalhos já existentes com cultura, nas comunidades.

GA2 CULTURA E EDUCAÇÃO

- Brincar como algo importante e como construção do conhecimento
- A escola vai ao Ponto de Cultura – o Ponto vai a todo lugar
- Escolas visitando os Pontos de Cultura
- Transformar o professor no pesquisador local
- Os Pontos de Cultura promovem o encontro intergeracional
- Atuação do protagonista influenciando políticas públicas
- Autonomia e política cultural
- Cultura e engajamento político
- “No professor a gente vê continuidade...”
- Professor é nosso primeiro aliado
- Integração direta com professor
- O professor é a figura constante
- Necessária a aproximação com os professores, propondo ações conjuntas
- Dialogar – Dificuldade de “fazer”
- Diálogo entre instituições
- Cultura e Educação não dialogam
- Dignidade da prática
- Coletividade
- Cultura Viva – Fluxo e fluidez
- Conectividade com o movimento
- Fluidez circular e horizontal dos

Pontos de Cultura X Verticalidade das escolas

- Circularidade e horizontalidade ao contrário de verticalização de cima pra baixo
- Os Pontos de Cultura potencializaram o protagonismo, autonomia e empoderamento que já existiam
- Empoderamento e autonomia não são dados, são construídos, e a gestão em rede é um meio para alcançá-los
- Gestão em rede = compartilhamento
- Outro olhar para gestão em rede

- Fortalecimento das bases
- Potencializar, Contribuir, Gerir
- Construção de políticas que se relacionem entre si
- Política pública de descentralização
- Os tempos psicológicos dos relacionamentos
- Estimular a profissionalização do campo cultural em gestão
- Visibilidade do protagonista
- Empoderamento a partir do vivido
- Os Pontos podem promover mais trocas de experiências e diálogos com as escolas, para que elas tenham referências fortes, artísticas e culturais
- Extensão – Universidade
- Aprender fazendo
- Os mestres precisam decidir onde querem caminhar e se querem caminhar. Também podem ser procurados. “Quando o aprendiz está pronto para caminhar, o mestre aparece”.
- Fomento para projetos construídos de forma compartilhada
- + (mais) estudantes – (menos) alunos, + trocas + oficinas + vivências – aulas – verticalização
- O Programa fomenta a reflexão e as ações relativas à educação
- “Contaminação” (no bom sentido) do programa nas instituições públicas, principalmente sociais
- “Liberdade de abordagem da

nossa prática”

- Aproximação das práticas tradicionais
- Construção de rede é, portanto, a costura da solidariedade, a troca cessante dos vividos, o compartilhamento das dificuldades e êxitos
- Empoderar – pode tudo
- Conceito é um e a prática é outra
- Tinha uma educação de submissão, mas depois do programa revitalizou
- O Programa Cultura Viva é um exemplo para todo o conjunto da sociedade brasileira. É preciso o “Brasil Vivo”
- Os grupos culturais com sua autonomia, protagonismo e empoderamento revelam a cultura viva do Brasil
- A prática dos conceitos fortalece os Pontos de Cultura
- Transformação dos indivíduos, instituições e governo
- Reflexão: O que nos conecta? O que temos em comum?
- Política pública de descentralização e inclusão
- Potencialização da autonomia, empoderamento e protagonismo comunitários
- Educação e pedagogia para gestão – profissionalização do campo cultural
- Articulação de experiências educacionais, antes “escondidas” = ação solidária
- Fomento à construção de políticas intersetoriais – públicas e privadas
- O programa fomenta ações e reflexões nos processos educacionais formais e informais
- O programa fomenta a educação política, contribuindo para transformação da cultura política
- O programa contagia outras instituições e fomenta uma educação institucional republicana (secretarias, ação social e educação), modificando práticas e posturas
- Aproximação das práticas tradicionais brasileiras (oral, cultura popular, saberes e fazeres populares) com as práticas pedagógicas oficiais
- O programa revela a dignidade da prática
- O programa, através dos Pontos de Cultura, considera o/a professor/a – aliado estratégico na transformação
- O fazer e o agir no Ponto de Cultura representa por si só uma práxis pedagógica, instaurando outras aprendizagens, rompendo a dicotomia tradicional ensino-aprendizagem
- O sentido do empoderamento “impodimento”, a partir da vivência educativa, permite o poder ser
- Os Pontos de Cultura criam/ provocam contra-fluxos com os discursos oficiais

- Os Pontos contribuem com a formulação de leis para valorização do patrimônio cultural
- O programa estimula criação/proliferação/irradiação de metodologias de aprendizagem e ensino, valorizando a diversidade das tecnologias sociais/culturais para educação
- Os Pontos valorizam o brincar e o encontro intergeracional
- Os Pontos produzem conhecimento diferenciado do conhecimento da universidade
- O programa contribui para formação do professor/pesquisador da cultura do território onde ele atua
- Os jovens que passam pela atuação dos Pontos de Cultura se transformam.

- Reconhecer nossas trilhas e pistas, reconhecer nossas práticas e nossas diferenças, garantindo a diversidade pedagógica.
- As práticas culturais dos Pontos são uma ameaça para a arrogância da academia

GA3 CULTURA E JUVENTUDE

Delimitação da compreensão dos conceitos a partir da experiência vivida. A relação entre empoderamento e autonomia é dinâmica, não necessariamente uma coisa leva a outra em um sentido unidirecional. Objetivo é juntar, associar os três conceitos. Embora esses conceitos possam ocorrer separadamente, nos pontos, eles aparecem misturados.

Autonomia: capacidade ou possibilidade de agir e pensar por conta própria, por vontade própria. Empoderamento: é um pouco a idéia de se sentir responsável pelo ponto e, ao mesmo tempo, de se sentir bem participando dele, se sentir à vontade. Quando você começa a se sentir parte do ponto e a se sentir bem ali, você começa a se sentir mais livre para propor, para sugerir projetos, atividades. Isso gera, aos poucos, um sentimento de autonomia, você começa a se sentir mais aberto a participar de novas experiências.

Protagonismo: é meter a cara, participar proativamente, promover, organizar, decidir ir à frente, potencializando suas habilidades. Gestão em Rede: é sinônimo de fortalecimento dos trabalhos e horizontalidade. É uma partilha e um diálogo entre todas as experiências. A integração em rede aparece como uma forma de descentralização das ações, projetos e programas do Estado e sua gestão, de forma que se o programa acabe, os pontos já tenham alguma sustentabilidade e

possam continuar.

GA4 CULTURA DIGITAL

GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

- *AUTONOMIA*

Prêmios promovem maior flexibilidade com o uso do recurso Nós somos os autores das autoridades.

Pedagogia da auto-determinação – construo junto sendo eu mesma. Como permitir que a sociedade se manifeste do seu jeito – como respeitar a função do estado/das pessoas no estado?

Autonomia enquanto expressão. Autonomia da ruptura.

Fazer o necessário segundo o julgamento e a realidade da comunidade, caminho da confiança. Indicadores econômicos não contemplam a dimensão cultural. Poder de cada um construir coletivamente.

“Régua e compasso” – caminhos autônomos, e gestão em rede potencializa a “troca” e conhecimento sobre os caminhos de cada um.

Ter o poder instituinte, de decisão. Não podemos ficar reféns dos editais.

“Autonomia já existia e existe nos terreiros”.

- *EMPODERAMENTO: FORTALECIMENTO*

- Atitudes e ações afirmativas que fortaleçam as pessoas/ajude a se descobrir
- Fortalecimento / empuleiramento

- (ver de cima, subir no puleiro)
- Pertencimento (“isso” é seu!), com identidade (ter nossa cara, nosso cabelo)
- Eleva a auto-estima, colocar os “meios de produção” na mão de quem cria e de quem faz
- Empoderamento é “dado” ao outro
 - Đ auto-empoderamento é incorporado
 - Atitudes e ações afirmativas que fortaleçam as pessoas/ajude a se descobrir

- *PROTAGONISMO*

- Ser o que a gente faz, o personagem principal diluído na coletividade
- Comunidade de protagonistas
- Desvelar/mostrar/dar visibilidade a artistas diversos (que estiveram na invisibilidade
- Acreditar e processar a transformação
- Realizar as ações independente das orientações que “vem de cima” (do estado)
- Pessoas assumindo a mobilização/ocupando os espaços
- Perceber e compartilhar a grandiosidade do que se faz
- Quem sabe melhor a sua história do que você mesmo?
- Mostrar nossa cara, nosso sotaque, nosso cabelo
- Viver a sua verdade - eu sei, eu posso, eu faço – eu sou!
- “Chegou a hora de falar quem só ouvia” (tema de rádio comunitária)

- *GESTÃO EM REDE*

- *Estabelecer alianças*
- Como a tecnologia pode retratar outras linguagens sem se tornar emblemática?
- A gestão do programa ainda não é compartilhada
- A produção do conhecimento é tamanha que estamos no momento de maior *dificuldade de “tratamento” dessa produção*, esse momento é agora? Aqui?

- *Tratamento, edição, gestão da produção cultural*
- *Circulação e distribuição de conteúdos* produzidos pelos Pontos de Cultura dentro e fora da rede cultura viva, em diversos suportes
- Estar em contato, *colocar pro mundo ver!*
- Gestão das redes sociais que contemple a *socialização da produção cultural* através de processos de *colaboração, mutirão e cooperação*
- *Terreiros* são exemplos de gestão: *ensinam, acolhem, aprimoram e transformam* – outros olhares, socializar os sonhos
- *Pontos de costura*, luta política – deve ser uma *construção permanente da gestão compartilhada exercida entre os pontos e o estado*
- *Comunidade colaborativa de aprendizagem à inteligência coletiva para todos*

CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

- *O povo “lá do gueto” ocupa espaços e tempos*
- *Cultura imemorial* (ancestralidade permeia o presente)
- *A memória faz a história*
- *Tradição vem dos povos*, qual a cultura que queremos?
- *Entender a brincadeira na sua essência* e no contexto
- *Possibilidade de diálogo com a tradição*
- *Ruptura com aceitação*, validação da ruptura pela tradição
- Criar “motes” (espaços com manifestações alternativas) para *atrair jovens para as manifestações tradicionais*
- Fusões e confusões (antropofagia) à o *tradicional em linguagens contemporâneas e o contemporâneo em linguagens tradicionais (desafio)*
- A própria tradição é uma ruptura
- *Não romper com o “cerne” da tradição*

- Eventos de massa (espetáculo) são manifestações da tradição ou do mercado?
- Espontaneidade / travessura social / organização política à *ruptura exercício libertário*
- *Ruptura não é pelo senso estético do mercado* / aspecto comercial da produção artística inibe a manifestação da tradição

GA6 - CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

PROPOSTAS

1. Difundir a idéia da economia solidária entre os pontos de cultura (e vice-versa)

2. Agregar os pontos de cultura aos fóruns de economia sol

3. Reconhecer a cultura como vetor de desenvolvimento sustentável como atividade econômica

4. Mapear e identificar pontos de cultura que trabalhem a economia solidária

5. Garantir mecanismo para difusão e comercialização para o escoamento da produção em rede

6. Ações institucionais

7. Promover o diálogo institucional entre agentes e políticas inter setoriais

8. Garantir a destinação da verba pública para publicidade voltada para publicidade das mídias alternativas

9. Criar novas formas de fomento: a) fundos solidários; b) via bancos populares; c) crédito específico para pontos de cultura; d) vale cultura para produtos de ponto de cultura

10. Realizar encontros presenciais e virtuais para aprofundamento

de temática: economia solidária + pontos de cultura.

CONCEITOS

- Autonomia
- COMPREENSÃO DOS CONCEITOS*
- Liberdade e ação
- Sustentabilidade
- Autonomia da gestão econômica e organizacional
- Independência financeira
- MUDANÇAS PERCEBIDAS NA PRÁTICA*
- Coragem
- Ruptura
- Liberdade
- Estímulo
- Renascimento

CONCEITOS

- Protagonismo
- COMPREENSÃO DOS CONCEITOS*
- Sujeito da ação
- Oportunidade de criar
- Descobrir lideranças
- Saber pensar
- Liderança compartilhada
- MUDANÇAS PERCEBIDAS NA PRÁTICA*
- Ação
- Oportunidade
- Independência
- Transformação social
- Trabalho coletivo

CONCEITOS

- Empoderamento
- COMPREENSÃO DOS CONCEITOS*
- Poder fazer
- Capacidade de superar problemas coletivamente
- Processo de independência
- MUDANÇAS PERCEBIDAS NA PRÁTICA*
- Ação
- Oportunidade
- Independência
- Transformação social
- Trabalho coletivo

CONCEITOS

- Gestão em rede
- COMPREENSÃO DOS CONCEITOS*
- Compartilhamento de idéias

- Trabalho em grupo
- Troca de experiências
- MUDANÇAS PERCEBIDAS NA PRÁTICA*
- Ação
- Oportunidade
- Independência
- Transformação social
- Trabalho coletivo

CONCEITOS

- Tema aglutinador
- COMPREENSÃO DOS CONCEITOS*
- Cultura e Economia Solidária
- MUDANÇAS PERCEBIDAS NA PRÁTICA*
- Ação
- Oportunidade
- Independência
- Transformação social
- Trabalho coletivo

GA7 - CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICO)

Formalização como uma das vias de emancipação social.

Empoderamento: conceito problemático, americanizado (ninguém “dá” poder a ninguém); os ativistas componentes da rede potencializam uns aos outros em seu próprio movimento de ação coletiva; este processo de potencialização só se efetiva através da luta política; as redes como forma de potencialização de ações, principalmente frente às restrições legais.

Fortalecimento da noção de cultura enquanto um direito de representação individual e coletiva, não enquanto mercadoria, que deve ser financiado pelo Estado. Acesso à verba pública não significa perder a autonomia.

Ressignificação de lugares e identidades. Os pontos de cultura



são ressignificados e apropriados pelo tecido social no qual estão inseridos. Isso determina as especificidades de cada Ponto. Cultura Viva como referência para formulação de políticas públicas. Reformulação da relação entre Estado e sociedade; revisão de legislação; participação nos processos decisórios; flexibilização da estrutura do Estado; ampliação das expectativas e pressões do processo de espaços de formulação das políticas públicas; democratização dos recursos públicos e das decisões. O Estado aparece como fomentador do processo de organização e mobilização da rede. Um processo emancipatório tende a reforçar um quadro em que os movimentos organizados devem passar a pautar o Estado.

Diferenciar entre Sustentabilidade e Autonomia: nem todo Ponto de Cultura DEVE ou PODE ser auto-sustentável financeiramente; Autonomia ≠ Sustentabilidade: sustentabilidade enquanto busca de recurso e sobrevivência material; autonomia na gestão e efetivação do programa; sustentabilidade e autonomia se determinam reciprocamente; a sustentabilidade dos projetos nem

sempre fortalece a autonomia. Chave da sustentabilidade: reconhecer valor imanente ao processo de construção da democracia.

Autonomia como capacidade de intervenção no sentido de transformação social. Autonomia pressupõe protagonismo.

É preciso considerar, para uma correta apreensão do conceito, o papel das diversas mediações Estado/Instituições/Comunidade. Devemos considerar a confusão que existe entre o papel do Estado e dos movimentos sociais. Cultura Viva é igual a trabalho vivo não subordinado.

Política do COMUM valoriza, reconhece a Multiplicidade. A diversidade cultural como a oxigenação do programa. Aproprição dos processos de gestão como facilitador do empoderamento: acompanhamento dos processos pelo Minc das comunidades; retirar foco do CONTROLE. Evoluir para ACOMPANHAMENTO, quando na atividade fim e não somente no aspecto financeiro.

GAB - CULTURA COMO

BEM COMUM E BEM ESTAR (SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR)

O que faz para melhorar o bem estar deles neste ato (tocando tambor)? Como isso melhora o bem estar deles? O que esse exercício causa neles? Como isso melhora o bem comum de nós?

- Alegria e Cumplicidade
- Emoção Agregatória
- Sintonia das emoções melhorando a unidade do grupo
- Autonomia só com parceria!
- A música reverbera nos corações deles e nos nossos
- Nós sentimos o pulsar
- Agita o sangue! (eles)
- Mexendo o corpo
- Leveza interior
- Compartilhamento de expressões favorecendo uma leveza social
- Alegria, satisfação de estar produzindo arte; identificação, integração, compartilhar a alegria
- A música transforma as pessoas, traz o contato.
- Contaminar a humanidade com a música e a alegria
- Se sentem úteis à humanidade e felizes pelo dom da música
- Contaminam a nossa alma e alimentam a nossa vontade de pertencer
- Reconhecimento
- Identificação
- Aplaudir
- Existir isso
- Ativar circulação e criatividade
- Participação Pública
- Quem faz arte se diverte e aumenta a auto-estima. Também alegre quem está em volta.
- O ritmo, a música, a Arte, a Cultura favorece a saúde física, mental e espiritual.

2ª pergunta: Gera alegria! Reconhecimento! Alimenta a alma!

- Este ato une as pessoas. Traz paz,

diminui a violência. Promove a solidariedade.

- A expressão artística gera bem-estar, alegria
- A dança, a música são atividades de bem-estar e integração.
- A cultura, a arte favorece a saúde física, mental e espiritual.
- Realização, Coletividade.
- A cultura e a arte são expressões da alma.
- Compartilhando com o grupo a arte.
- Provoca relaxamento
- Convivência, troca de energia
- Alegria, satisfação, realização e participação
- Com alegria, o exercício corporal, na experiência conjunta.
- Para nós, percebemos a alegria, felicidade, tranquilidade, novidades.
- Paixão
- Encantamento. Despertando a criatividade.
- A alegria é um ótimo elixir para a saúde
- Quando é feito coletivamente, melhor ainda.
- A música deles é como o sangue deles que corre nas suas veias: vital, quente e circular!
- LIBERDADE
- A arte é necessidade da alma humana. Um ser saudável precisa ter sua alma nutrida, tanto quanto o corpo.
- A música e a expressão do Indivíduo pela arte liberta!
- A expressão coletiva
- Música solta a energia de forma descontraída, levando ao desenvolvimento corporal e mental, desenvolvendo a harmonia de Paz e Calma no compasso do tempo
- Alegria, emoção e harmonia
- Satisfação e alegria
- Irradiação do encantamento
- Nós somos músicos. Tocar nos faz bem.
- Hugo
- Porque são afetados e nos afetam. - Assim mesmo!

- Solta o corpo – movimenta – aumenta a circulação.
- Integra o grupo, acompanha o som...

1) Gera alegria! Circula energia!

- Energia, alegria, saúde
- Música alegre, anima, mexe com o corpo e a mente, traz junto, aproxima
- A música causa a eles paz e alegria
- Com todos participando do batuque
- Para melhorar o deles, nós bailamos e nós aplaudimos. Para melhorar o nosso, bailamos e aplaudimos
- Bem estar consigo com os outros, com o meio
- Pois nos inspira a criar e mover e compartilhar
- Mexendo o corpo
- Ter prazer no que gosta e no que faz
- A comunhão no som
- Se sentem mais felizes e propagam a felicidade
- Contágio de energia, alegria, saúde. Incita a criação como capacidade humana de expressão de si, do mundo para o bem
- Expressão
- Comunicação de nossas sub-felicidades
- Interação, comunicação, diálogo, amizade, carinho, cuidado, afeto
- Amor a si
- Retorno a ser feliz
- O prazer de tocar
- Por meio da sincronia da entre a respiração e o ritmo
- A música alimenta a alma
- Traz energia positiva e alegria, leveza e distração
- Desconstrução gera alegria, alegria e bem estar. Para melhorar é preciso interagir
- Os da alegria, interatividade
- Estimula, dá alegria, esperança, vitalidade
- Alegria imanente da música/ cultura.
- Fazer circular, circular, circular as manifestações culturais
- Paz
- Tranquilidade e Amor
- Conexão ontológica
- Descontração, quebra, olhares (troca), coletiva
- A expressão artística desperta os sentidos e pela estética produz novas éticas
- Música, ritmo, alegria, comunhão
- Relaxando, se divertindo, purificando o corpo, ritmo limpa stress, exercita neutrônios
- Alegria
- Animando
- Tocar todos juntos! Enche de alegria e inspiração na vida!
- Dar-lhes alto estima
- A música lhes traz alegria e união
- Toque e tenha

- Se entrega a algo lúdico: a música;

2) Se entregando à música e aos músicos

- Prazer no que faz. – Anima o meu corpo e alma
- Freedom
- Alegria, emoção e alegria
- Eles gostam de fazer isso.
- Fazendo com que todos participem. Alegria geral
- Ele faz isso porque ele se sente bem
- Quem toca e canta seus males espanta
- Relações afetivas; Luz
- Eles aprendem a se comunicar por outros meios
- Ligar o ar condicionado (ou sair da sala)
- O ritmo, a alegria interna, o movimento, afeto, encontro.
- Dá vontade de participar, estar junto, alegria!
- Saúde, Saúde
- Expressar a si mesmo gera equilíbrio e saúde
- Ouvir e estar com o outro permite que eu me torne mais inteiro e saudável
- Música – alegria, gingado, compartilhamento

- AVALIAÇÃO

GA1 ARTE E TRANSFORMAÇÃO (EXPERIMENTAÇÃO)

Que bom

- O encontro
- A troca
- Aprendi muita coisa
- Que a cultura está viva!
- Quase tudo...
- Sentir o coletivo
- Compartilhar sonhos

Que pena

- Que o tempo não seja do tamanho do Brasil
- Tempo curto
- Que eu não seja Deus
- Que o encontro tem fim
- Acabar a programação antes
- Não poder fazer barulho no grupo
- Ter pouco tempo para falar no grupo

Que tal

- Comprometer-se em lutar pela continuidade do Cultura Viva
- Criar novos encontros e mais trocas
- Encontrarmos uma vez por mês
- Nos vermos de novo
- Mais, mais, mais
- Brincar mais

- Antes da Teia, ter outro encontro

GA2 CULTURA E EDUCAÇÃO

Bola dentro: Encontro onde cada um pode falar
Bola fora: Tempo curto

Bola dentro: Capacidade de administrar o caos
Bola fora: Metodologia que possa segurar o grupo

Bola dentro: Generosidade em deixar a coisa fluir
Bola fora: Ficou muito solto. Tinha que ter um tempo de fala mais controlado

Bola dentro: Foi legal
Bola fora: Eu não consigo ver o meu ponto aí não. Isso aqui tá muito pra teórico ler. Consigo ver só umas 3 coisas práticas.

Bola dentro: Anarquia heróica
Bola fora: Tempo foi pouco pra aprofundar

Bola dentro: Processo de construção coletiva é muito importante para formação de cada um
Bola fora: Faltou mais uma condução focada nisso. Questões orientadoras mais focadas

Bola dentro: Estamos crescendo. É caótico e dói. Foi crescimento hoje
Bola fora: Potencial das práticas culturais a respeito da educação

Bola dentro: Estarmos juntos para discutir educação
Bola fora: Eu não falei quase nada

Bola dentro: Riqueza e complexidade da nossa conversa. Comparado com seminário tradicional foi muito bom. Foi uma perspectiva inovadora, aprendi muitas coisas
Bola fora: Se tivesse dado um tempo pra cada um? Gostaria de ter ouvido mais algumas pessoas. Poderia ter feito uma rodada para todos terem oportunidade de falar

Bola dentro: Foi muito instrutivo pra mim
Bola fora: Aumenta o tempo de alguns em detrimento de outros. Senti falta em alguns momentos de um maior controle do tempo.

Bola dentro: É muito difícil fazer uma reunião cultural com um tema tão complexo e produzir algo tão rico quanto o que produzimos.
Bola fora: Ter mudado a regra do jogo no meio do caminho também confunde. O que fariamos em um dia e meio tivemos que fazer em

um dia.

Bola dentro: Gosto da dinâmica, menos painel e mais interação.
Bola fora: Faltaram os mestres. Discutir a educação e os mestres não terem sido convidados, perdemos uma contribuição valiosa. Me senti falando por eles e isso não é bom.

Bola dentro: O fato de vocês terem topado esse desafio e fazerem parte do programa cultura viva. Foi um dos melhores encontros que eu já fui.
Bola fora: Não deveria ter interrompido a fala dele para dar o recado de alteração da programação.

Bola dentro: Achei muito rico estar em um grupo com tantas pessoas de PC de várias regiões do país. As experiências foram muito ricas.

GA3 CULTURA E JUVENTUDE

- *O que aprendi* | *O que ensinei* |
- *O que manter* | *o que alterar para amanhã*

• Acho que a gente consegue fazer um bom grupo, um grupo unificado, dinâmico, a partir do momento em que a gente ouve o que o outro tem a dizer. Acho que o grupo ouviu muito o que o outro tinha a dizer e contribuiu em cima da fala dos outros.

• Na prática, ouvimos muito o que os outros disseram, apesar de as experiências dos outros mostrarem caminhos diversos. Aprendi muito a partir disso, ouvindo as experiências dos demais. Acho que compartilhei muito e recebi também. O que eu acho que a gente pode repensar é como manter as redes podem ser mantidas e fortalecidas. Como fazer para que a mudança de governo não enfraqueça ou destrua a rede. Como fazer para que ela se mantenha? Essa forma de diálogo é única.

• A disposição a ouvir mais do que falar é muito importante.

• Eu aprendi que nem tudo é polêmica. Para a gente chegar a um consenso não precisa ser com discussão exaltada e nem porrada. O que eu ensinei é muito forte, prefiro o que eu compartilhei. Espero ter conseguido compartilhar minha experiência e para amanhã espero manter essa relação boa que tivemos hoje. É bom repassar amanhã esse sentido de união.



Aprendi com a experiência de cada um e com a vivência de cada ponto de cultura. O que compartilhei foi a minha vivência no ponto. Para amanhã, é importante manter a rede, o intercâmbio de experiências para construção de pontos cada vez melhores.

O acordo de convivência, a experiência de ouvir o outro foi muito construtiva. Aprendi muito ouvindo as experiências dos demais. É importante manter a união do grupo e a sintonia na hora de transmitir o que foi discutido.

Foi muito rico poder ouvir a experiência dos outros pontos e poder ouvir a experiência direto com o jovem. Além disso, essa metodologia foi muito legal. Colaborou e permitiu que as pessoas exercitassem o ouvir. Para amanhã é bom que essa cultura de ouvir o outro se mantenha.

Aprendi que as relações humanas que tomam parte nesses espaços são insubstituíveis. A relação igualitária que se estabeleceu no grupo permitiu a todos se doar um pouco e levar um pouco do outro, permitiu que houvesse compartilhamento. Para amanhã, é importante que essa harmonia, o bom astral, a união se mantenham. Que nós próximos grupos e nos próximos trabalhos isso se mantenha.

Como é bom trabalhar com diversidade cultural. Ouvir outras histórias, outras experiências. É importante fortalecer a formação das redes, para que haja maior conhecimento dos outros pontos.

Importância da continuidade do

programa. A cultura deve ser uma prioridade.

GA4 CULTURA DIGITAL

Que bom ...

- Conhecer e rever pessoas
- Convergência e divergência de idéias
- A diversidade de pessoas
- Que os facilitadores foram parceiros
- Conseguimos terminar o trabalho, mesmo com o tempo apertado
- O nível da discussão foi muito bom
- Que participei à tarde aqui

Que pena...

- A facilitadora cobrou o tempo
- O formato da dinâmica atrapalhou, em algumas horas.
- Tivemos poucos pontos de cultura
- Que já está acabando
- Que não consegui acompanhar o dia todo

GA5 CULTURA, TRADIÇÃO E INVENÇÃO (LINGUAGEM, RUPTURA E CONTRADIÇÃO)

Que bom ...

- o conhecimento que tivemos neste encontro com tanta diversidade cultural
- o trabalho ter abertura a todos para mostrar suas idéias e experiências na roda e todos puderam se expressar
- o espaço de idéias
- poder discutir em grupo
- compartilhar
- que vocês tiveram paciência e flexibilidade
- que conseguimos finalizar a tarefa, mesmo com pouco tempo

- o como foi feito o trabalho, a tranquilidade e o respeito dos mediadores e os recursos materiais

- sorvete de limão com melancia, diversa ruptura do tradicional

Que pena...

- que o tempo foi muito pouco, mas o aprendizado foi muito grandioso
- o pouco tempo para as discussões conceituais
- pouco tempo
- não ter mais tempo
- que não tivemos mais tempo
- que tivemos pouco tempo
- que foi 3 dias
- a pressão do tempo
- ...de galinha, sem muito tempo para aprofundar os temas

Que tal...

- que foi muito bom
- enviar uma cópia do relatório para o meu e-mail alxmarques@ig.com.br
- mais!
- manter o círculo de reflexão constante
- curtirmos o resultado desse transe/transição, ruptura, vivência, etc e tal?
- a próxima ser uma semana
- continuar...
- a gente se encontrar de novo, talvez numa cachoeira
- "Que bom, que pena, que tal... Esse côco vem do meu quintal!"

GA7 - CULTURA E EMANCIPAÇÃO (ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA)

Que bom...

- O monitoramento do facilitador sobre o grupo
- A administração do tempo
- A democracia acontece!



- Poder ter um espaço para refletir sobre a prática e dialogar com outras pessoas que estão envolvidas com o Programa Cultura Viva em diferentes frentes
- A metodologia utilizada
- Que houve participação coletiva
- Que o tempo foi respeitado
- Que o trabalho fluiu sem problemas
- Participação do grupo
- Experiências e visões relatadas
- Saber ouvir
- Que debatemos todos juntos
- Que a composição do grupo foi equilibrada
- Que este espaço aproximou ativistas, pesquisadores e gestores
- Mediação
- Disposição
- Debate
- A partilha
- A síntese
- O método
- A possibilidade de discussão e avaliação de uma ação pública
- Encontrar, discutir, participar, deliberar, fazer avançar a Cultura
- Que conseguimos convergir e ser objetivos sem, ou com pouca prolixia
- Reunir pessoas de diferentes formas de pensar e agir em relação às implementações de programas que possibilitam aberturas e rompimentos de regulações do Estado.
- Poder trocar com atores tão distintos
- O trabalho com o grupo
- Poder conhecer mais do programa
- Trocar idéias e experiências
- Estar em Pirenópolis
- Que fomos convidados para discutir sobre diretrizes conceituais do Programa Cultura Viva e de seu fortalecimento como política pública
- Poder trocar idéias
- Que realizamos este Seminário

com pesquisadores, pontos e gestores

- Encontrar a diversidade (gestores, pontos de cultura e pesquisadores) cultural e avançar na reflexão
- A organização
- O espaço
- Que houve participação de vários atores do Cultura Viva neste encontro
- Grupos pequenos e facilitadores
- Grupo misto (pontos + gestores+ pesquisadores)
- A iniciativa do seminário: um espaço de reflexão coletiva. Isso é poder participar dos processos de construção de políticas públicas.
- Ouvir, propor, mensurar, dimensionar, dividir opiniões, concepções e até conceitos, observando do " meio", nos interstícios da coisa cultura viva

Que pena...

- O ritmo acelerado do debate
- O pouco tempo de discussão que acarreta a superficialidade em algumas discussões
- A falta de tempo
- Horário cansativo
- Que a sistematização não teve tempo para permitir maior aprofundamento e debate das posições levantadas
- Redução do tempo na última hora
- Que faltou uma síntese mais efetiva por conta do tempo curto
- Sacrificar o tempo
- Não ter mais representantes dos Pontos de Cultura no grupo
- Que algumas pessoas não se manifestaram
- Não ter falado da minha experiência enquanto colaboradora do Ponto
- O grupo acabou reunindo muitos pesquisadores e ficou carente das histórias vividas pelos Pontos.

- Mudança de horário: ficamos menos produtivos no final do dia 19.
- Que não houve mais debate
- O pouco tempo do GA
- Que não tivemos oportunidade de identificar contradições na compreensão dos conceitos e aprofundá-los. Muitas vezes, as falas iam acontecendo e sobrepondo-se umas às outras (houve de tudo)
- O tempo foi exíguo
- Que neste grupo tenham tão poucos com experiências práticas de Pontos de Cultura
- Ter pouco tempo para discussões
- Que o grupo tinha um numero muito reduzido de pontos de cultura
- Não termos aproveitado mais os conteúdos pensados antes do Seminário (Publicação)
- O tempo curto para tratarmos das nossas subjetividades
- Que não conseguimos ainda avançar para ampliar os espaços de discussão para englobar ainda mais os movimentos populares

Que tal...

- Pensarmos em maneiras de avançar no protagonismo social e na distribuição e ampliação de recursos governamentais para fortalecer políticas como essa...
- Acontecer sempre e com tempo maior?
- Aproveitarmos esta metodologia em outros cenários?

BIBLIOGRAFIA

- BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOFF, Leonardo. Saber cuidar; ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. TEIA 2006. Brasília: SCC/ Ministério da Cultura, 2006.

BRASIL. Revista Cultura Viva. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: MinC, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. RJ: Lexikon, 2007.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

LABREA, Valéria Viana. A "vanguarda que se auto-anula" ou a ilusão necessária: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: CDS/UnB, 2009.

LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo (org.). Programa Cultura Viva: observações e análises. Brasília: SCC/Ministério da Cultura, 2009.

SADER, Emir; BETTO, Frei. Contraversões. Civilização ou barbárie na virada do século. São Paulo: Boitempo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. A gramática do tempo; para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais orgânicos em tempos de modernidade. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006

TURINO, Célio. Ponto de Cultura; o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2009.



Seminário
Internacional
do Programa
Cultura Viva

18 a 20 de novembro de 2009 - Pirenópolis GO - Brasil



Secretaria de
Cidadania Cultural

Ministério
da Cultura

